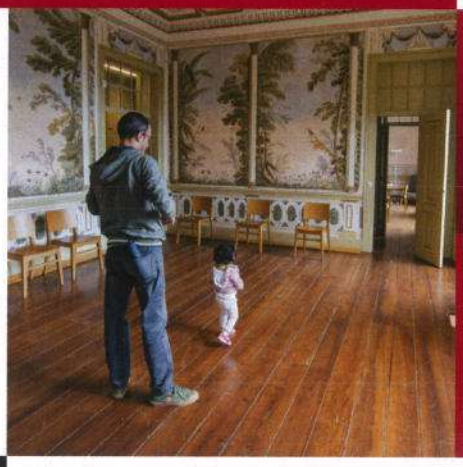
SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

POR BOAS CAUSAS

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2025



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2025

SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

POR BOAS CAUSAS

ÍNDICE

1.MENSAGEM DO PROVEDOR

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa apresenta o Relatório de Gestão e Contas de 2025, reafirmando o seu compromisso secular com a promoção do bem-estar, da inclusão e da dignidade humana. Num ano marcado por exigências económicas e sociais significativas, a Instituição consolidou o seu papel enquanto pilar fundamental da proteção social, da saúde e da coesão comunitária, permanecendo ao serviço de Lisboa com a missão que a orienta há mais de cinco séculos.

O Plano de Reestruturação iniciado no segundo semestre de 2024 tem vindo a reforçar a gestão global e a sustentabilidade da Instituição. Em 2025, avançámos de forma consistente na implementação deste plano, concluindo 31 das 100 medidas previstas e atingindo uma execução física de 63%. Este esforço decorreu em paralelo com iniciativas de melhoria dos processos internos e com a reorganização estrutural iniciada no ano anterior. O reforço da gestão e da eficiência traduziu-se na consolidação do equilíbrio económico e financeiro, refletido num saldo global positivo de 40,7 milhões de euros e num resultado líquido de 43,6 milhões de euros.

A tesouraria registou igualmente uma recuperação expressiva, superando as metas previstas no Plano Reestruturação.

No âmbito da Ação Social, reforçámos a intervenção ao longo de todo o ciclo de vida, assegurando respostas de proximidade a crianças, jovens, famílias, pessoas idosas, pessoas com deficiência e cidadãos em situação de sem-abrigo. Este trabalho foi complementado pela ampliação das respostas de apoio ao internamento e às altas sociais, fundamentais para garantir transições hospitalares mais seguras e humanizadas, libertando capacidade no SNS e protegendo os mais vulneráveis.

No plano das respostas sociais, foram concretizados avanços estruturantes, como a abertura do Centro de Alojamento Temporário da Saudade, a expansão da Residência Raquel Ribeiro para 66 lugares, o aumento da capacidade de cuidados continuados e a criação de novas soluções de autonomia.

A atividade dos Jogos Sociais assumiu um papel determinante no financiamento da missão, alcançando o segundo melhor volume de vendas de sempre, assegurando um retorno à sociedade superior a 3 mil milhões de euros.

Prosseguimos ainda um processo exigente de reorganização e simplificação orgânica, essencial para modernizar a Instituição, reforçar a articulação interna e aprofundar a digitalização dos processos. Paralelamente, fortalecemos a segurança da informação, promovemos uma cultura organizacional ética, transparente e orientada para resultados.

A valorização dos trabalhadores representou um eixo central deste percurso. A atualização das tabelas salariais, as progressões remuneratórias, a harmonização de critérios de ingresso e o programa de pré-reformas refletem o compromisso da Santa Casa com o reconhecimento e o bem-estar dos seus colaboradores, garantindo simultaneamente uma gestão geracional equilibrada e sustentável.

Reforçámos também a aposta na inovação social, na cultura, no empreendedorismo e nas parcerias estratégicas que ampliam o alcance e o impacto da nossa ação.

Estes resultados revelam uma visão que continua viva e atual, inspirada pela matriz cristã que, ao longo dos séculos, orienta a Instituição para a misericórdia, a compaixão e o serviço ao próximo.

Lisboa, 31 de março de 2026

Paulo Sousa

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

2. GRANDES NÚMEROS 2025

Ação Social

Utentes	Famílias apoiadas	Respostas Sociais	Equipamentos
87.412	**30.057**	**30**	**129**

Saúde
Cuidados Hospitalares e Altas Hospitalares

Consultas	Utentes	Cirurgias	Camas Hospitalares	Camas de apoio Hospitalar | Altas Sociais
36.880	**7.709**	**1.664**	**204**	**123**

Saúde
Cuidados Primários

Outras consultas	Consultas Médicas
169.829	**52.784**

Saúde
Cuidados Continuados

Doentes Tratados	Equipamentos
539	**3**

Educação
Ensino Superior

Escola	Licenciaturas	Alunos
1	**3**	**512**

Educação
Centros de Formação

Centros de Formação	Cursos de Formação Jovens | Adultos	Formandos
2	**37**	**763**

Jogos Sociais

3 057 Milhões
Retorno à Sociedade

3 143 Milhões
Vendas Brutas

714 Milhões
Distribuição aos Beneficiários

5 210
Pontos de vendas

Patrimonio

661
Imóveis propriedade da SCML

412 Milhões
Valor dos Imóveis de Rendimento

10,4 Milhões
Rendas Recebidas

707
Número contratos arrendamento

Cultura

63 833
Número de visitantes e participantes

886
Número de artividades desenvolvidas

Financeiros

43,6 Milhões
Resultado Líquido

851 Milhões
Ativo

37,3 Milhões
Resultado Operacional

99,2%
Despesa corrente Execução Orçamental

3. MODELO DE GOVERNAÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, nos termos dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro (na redação em vigor), que se encontra sob a tutela do membro do Governo responsável pela área da Segurança Social – a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Esta tutela abrange, além dos poderes especialmente previstos nos Estatutos, a definição das orientações gerais de gestão, a fiscalização da sua atividade e a sua coordenação com os organismos do Estado ou deles dependentes.

Os órgãos de Administração da SCML são a Mesa e o Provedor, contando a SCML com dois órgãos consultivos e um de fiscalização, respetivamente: o Conselho Institucional, o Conselho de Jogos e o Conselho de Auditoria.

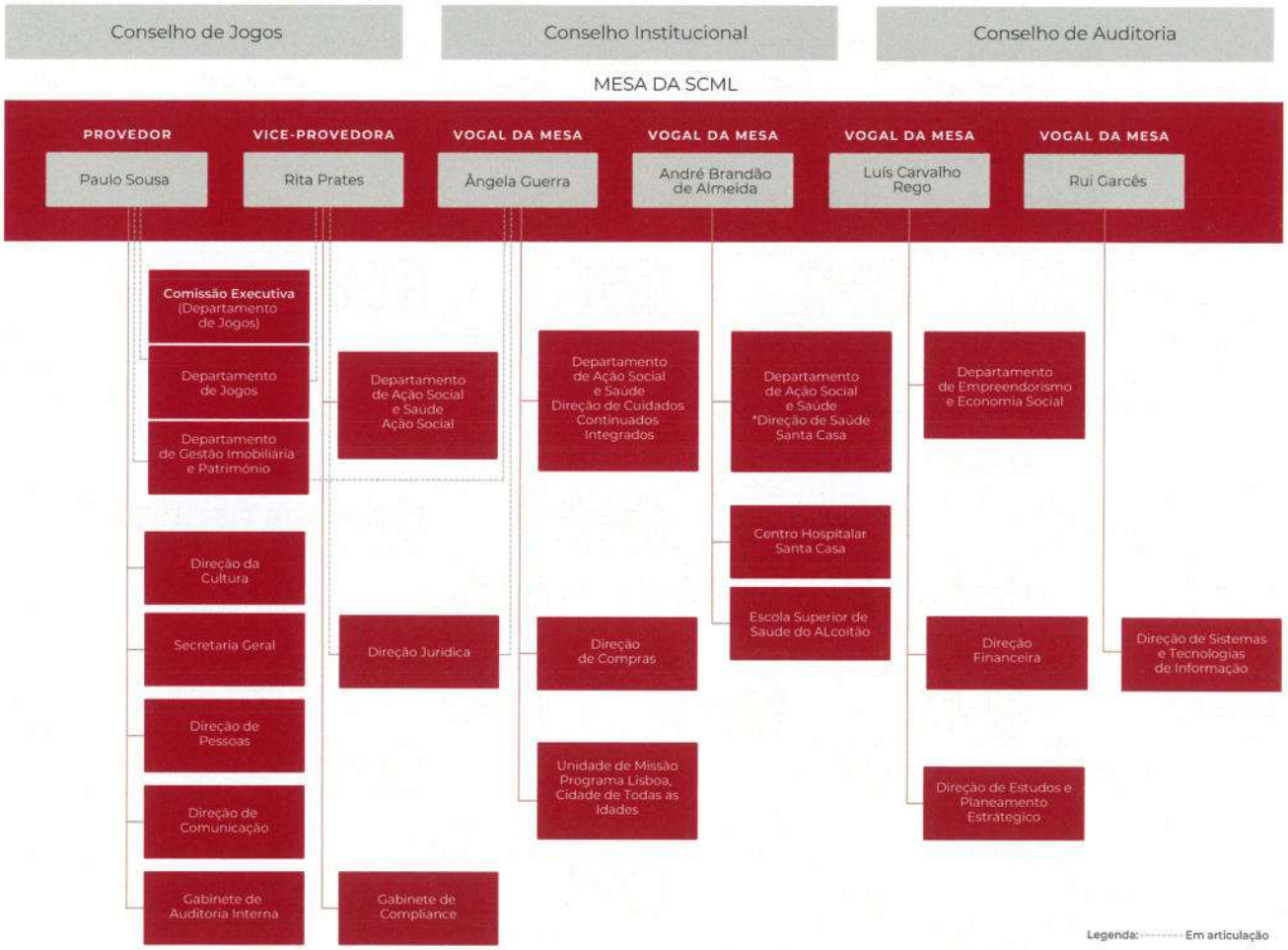
A Mesa é responsável pela elaboração dos planos de atividades, orçamentos e relatórios e contas de gerência. Sem prejuízo de outras competências estatutárias, desempenha ainda um papel estratégico, através da definição de orientações e objetivos a atingir pelos vários departamentos da SCML, bem como a elaboração dos regulamentos e das normas internas, a contratação de pessoal e autorização de aquisição de bens e serviços, além de criar, transformar ou extinguir equipamentos da instituição.

O/A provedor/a da SCML, sem prejuízo de outras competências estatutárias, é responsável por representar a instituição e presidir às reuniões de Mesa, do Conselho Institucional e do Conselho de Jogos, bem como dos conselhos diretivos do Hospital Ortopédico de Sant'Ana e do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão.

Em 31 de dezembro de 2025, a Mesa era constituída pelo Provedor, Vice-Provedora e por quatro vogais, com os pelouros a seguir indicados.

Mesa a 31 de dezembro de 2025

ORGANOGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO DA SCML (A 31 DE DEZEMBRO DE 2025)



Pelouros do Provedor e dos Vogais da Mesa a 31.12.2025
Organograma Simplificado

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Informação a 31 de dezembro de 2025

COMPOSIÇÃO DA MESA DA SCML

Provedor
Paulo Alexandre Duarte de Sousa

Vice-Provedora
Rita Calado Araújo Prates de Silveira

Administradora
Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra

Administrador
Abílio André Brandão de Almeida Teixeira

Administrador
Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego

Administrador
Rui Miguel Thereza Garcês

A SCML TEM OS SEGUINTES ÓRGÃOS CONSULTIVOS E DE FISCALIZAÇÃO:

Órgãos de fiscalização – Conselho de Auditoria

Presidente, nomeado em representação do Ministério das Finanças
Vítor Miguel Rodrigues Braz

Vogal, nomeada pela tutela, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Ana Marta Carreira

Revisor Oficial de Contas, nomeado pela tutela, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
António Maria Velez Belém

Órgãos Consultivos – Conselho Institucional

Provedor
Paulo Alexandre Duarte de Sousa

Dois representantes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Um representante do Ministério da Saúde

Um representante do Ministério da Economia

Um representante da área governamental que tutela a administração local

Um representante da Irmandade da Misericórdia e de São Roque

Três elementos de reconhecido mérito designados pelo Provedor.

Conselho de Jogos

Provedor
Paulo Alexandre Duarte de Sousa

Um representante da tutela

Um representante do Ministério das Finanças

Um representante do Ministério da Administração Interna

Um representante do Ministério da Saúde

Um representante do Ministério da Educação

Um representante do Ministério da Cultura

Um representante da área governamental que tutela o desporto

Um representante da área governamental que tutela o comércio e o turismo

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

Síntese dos Principais Indicadores Financeiros (os dados não incluem o Departamento de Jogos)

Os quadros seguintes resumem a situação financeira da SCML nos últimos anos.

Quadro 1 - Evolução do Saldo Global (Corrente e Capital)

(Em Milhões de Euros)

Designação	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Contas 2024	Orç. 2025	Contas 2025
DESPESA CORRENTE						
CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	67,0	66,2	64,4	62,4	77,8	64,6
Gastos com o Pessoal	152,8	153,6	151,8	161,0	158,3	172,8
Subsídios, apoios financeiros e outros gastos	35,5	32,8	34,7	30,1	32,3	28,5
Gastos e Perdas de Financiamento	0,0	0,0	0,0	0,3	0,2	0,3
TOTAL DESPESA CORRENTE	**255,3**	**252,5**	**251,0**	**253,8**	**268,6**	**266,2**
RECEITA CORRENTE						
Rendimentos provenientes dos jogos sociais	186,5	195,0	191,1	198,6	200,7	206,9
Prestações de Serviço Ação Social e Saúde	22,9	27,7	29,3	33,9	48,6	39,0
Rendas de Propriedades de Investimento	7,2	7,7	8,6	9,6	11,4	10,4
ISS - Protocolos e RSI	0,6	0,3	38,0	34,1	32,1	34,4
Outras Receitas	7,5	10,6	14,9	17,5	24,3	17,7
TOTAL RECEITA CORRENTE	**224,7**	**241,2**	**281,9**	**293,8**	**317,1**	**308,4**
SALDO CORRENTE	**-30,7**	**-11,3**	**30,9**	**40,0**	**48,5**	**42,2**
TOTAL DESPESA DE CAPITAL	**22,1**	**26,9**	**25,1**	**22,6**	**77,9**	**15,3**
TOTAL RECEITA DE CAPITAL	**0,5**	**1,0**	**8,7**	**4,8**	**63,2**	**13,8**
SALDO CAPITAL	**-21,6**	**-25,9**	**-16,4**	**-17,9**	**-14,8**	**-1,5**
SALDO GLOBAL	**-52,3**	**-37,2**	**14,5**	**22,2**	**33,7**	**40,7**

O **saldo global** da SCML é positivo em 40,7 milhões de euros em 2025, sendo decomposto por um saldo corrente positivo de 42,2 milhões de euros e por um saldo de capital negativo em 1,5 milhões de euros.

As **despesas correntes** a 31 de dezembro de 2025 atingiram os 266,2 milhões de euros, 99,1% do valor inscrito em Orçamento. Comparativamente ao ano de 2024, podemos verificar um acréscimo de 4,9% (+12,4 milhões de euros) justificado sobretudo, pelo aumento nos gastos com o pessoal com um acréscimo de 7,3% (+11,8 milhões de euros, decorrente de um conjunto de medidas/processos transversais à SCML, como sendo a atualização das tabelas salariais das carreiras gerais, carreira de enfermeiros e de médicos, a normalização do critério de ingresso no que diz respeito às habilitações académicas (pré e pós-Bolonha), da atualização do salário mínimo e das progressões de carreira.

As principais áreas da despesa corrente são a área da Ação Social (54,7%) e a Saúde (24,8%).

Quadro 2 - Evolução das Despesas Correntes

(Em Milhões de Euros)

Área Intervenção	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Contas 2024	Orç. 2025	Contas 2025
Ação Social	141,8	135,9	139,7	142,6	140,2	145,5
Saúde	59,2	61,1	61,6	61,9	67,5	66,0
Escola Superior	3,6	3,9	4,4	4,2	4,1	4,2
Património (DGIP)	9,0	9,2	9,5	8,3	9,6	8,8
Cultura	3,4	3,4	3,4	3,5	3,6	3,6
Outros	38,4	39,0	32,3	33,2	43,5	38,2
Despesas Correntes Total	**255,3**	**252,5**	**251,0**	**253,8**	**268,6**	**266,2**

A principal rubrica da receita corrente corresponde aos resultados provenientes dos jogos sociais (206,9 milhões de euros) representando 67,1% do total da receita corrente. Este desempenho traduz um crescimento de 4,1% face ao ano anterior (+8,2 milhões de euros).

No que respeita às restantes áreas de atuação, registaram-se igualmente variações positivas quando comparadas com 2024. As receitas associadas à ação social aumentaram 9% (+3,7 milhões de euros), enquanto a área da saúde apresentou um crescimento de 14% (+4,2 milhões de euros). Apesar deste comportamento favorável em termos homólogos, as receitas da área da saúde evidenciaram um desvio negativo significativo face ao orçamento previsto para 2025, situando-se 19,4% abaixo do planeado (–8,3 milhões de euros).

Quadro 3 - Evolução das Receitas Correntes

(Em Milhões de Euros)

Área Intervenção	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Contas 2024	Orç. 2025	Contas 2025
Ação Social	5,9	6,6	44,7	41,5	41,6	45,2
Saúde	20,9	25,1	26,4	30,1	42,6	34,4
Escola Superior	2,4	2,6	3,1	3,3	3,2	3,1
Património (DGIP)	7,6	9,7	9,0	10,5	18,3	11,3
Cultura	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros	1,4	2,1	7,5	9,7	10,6	7,4
Distr. Result. DJ	186,5	195,0	191,1	198,6	200,7	206,9
Receitas Correntes Total	**224,7**	**241,2**	**281,9**	**293,8**	**317,1**	**308,4**

Em 2025, a Despesa de Capital (investimento) atingiu 15,3 milhões de euros o que representa um decréscimo de 7,3 milhões de euros (-32,3%) relativamente ao ano anterior.

Quadro 4 - Evolução da Despesa de Capital

(Em Milhões de Euros)

	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Contas 2024	Orç. 2025	Contas 2025
Ação Social	2,5	1,0	1,6	2,7	1,5	1,6
Saúde	2,2	0,9	0,7	1,1	7,1	1,0
Escola Superior	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2	0,2
Património (DGIP)	4,0	5,6	7,0	9,1	39,2	7,0
Cultura	0,3	0,0	0,2	0,0	0,2	0,2
Outros	0,4	0,7	2,8	0,1	14,7	0,9
Investimentos Financeiros	12,8	18,5	12,7	9,6	15,0	4,4
Despesa Capital Total	**22,1**	**26,9**	**25,1**	**22,6**	**77,9**	**15,3**

Em 2025 releva-se:

Obras no valor de 8,0 milhões de euros nomeadamente, Obras de Reabilitação em Prédios de Rendimento (2,6 milhões de euros) e em Prédios afetos à atividade (5,4 milhões de euros);

Investimentos financeiros no montante de 4,4 milhões de euros, destacando-se 3,4 milhões de euros para a Santa Casa Global e 1,0 milhões de euros para o Hospital Cruz Vermelha.

Quadro 5 - Tipologia da Despesa (Investimento)

(Em Milhões de Euros)

Tipologia	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Contas 2024	Orç. 2025	Contas 2025
Aquisições e Permutas de Património	0,0	0,0	0,0	0,0	15,0	0,0
Informática	0,7	0,9	2,5	0,2	15,2	0,7
Obras	6,2	6,6	8,3	11,7	28,6	8,0
Inv. Financeiros	12,8	18,5	12,7	9,6	15,0	4,4
Outros	2,5	0,9	1,8	1,1	4,1	2,2
Total	**22,1**	**26,9**	**25,1**	**22,6**	**77,9**	**15,3**

Em 2025 a Receita de Capital atingiu os 13,8 milhões de euros, referente sobretudo a alienações de Património (12,0 milhões de euros), alienações financeiras (1,2 milhões de euros) e recebimento de participadas (0,7 milhões de euros).

Quadro 6 - Tipologia da Receita (Desinvestimento)

(Em Milhões de Euros)

Tipologia	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Contas 2024	Orç. 2025	Contas 2025
Alienações e Permutas de Património	0,0	0,0	0,5	0,7	62,6	12,0
Alienações Financeiras	0,5	1,0	1,8	2,6	0,0	1,2
Informática	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rec. Empréstimos	0,0	0,0	5,9	0,0	0,0	0,0
Recebimento Participadas	0,0	0,0	0,6	0,0	0,6	0,7
Outras Receitas Capital	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0
Total	**0,5**	**1,0**	**8,7**	**3,2**	**63,2**	**13,8**

Globalmente, a SCML registou em 2025, um resultado líquido positivo no valor de 43,6 milhões de euros. Este resultado é decomposto por um saldo corrente positivo de 42,2 milhões de euros, e por um saldo sem fluxo financeiro positivo no valor de 1,5 milhões de euros.

Quadro 7 - Evolução da Composição dos Resultados

(Em Milhões de Euros)

Composição dos Resultados	Contas 2021	Contas 2022	Contas 2023	Contas 2024	Orç. 2025	Contas 2025
Despesas Correntes	255,3	252,5	251,0	253,8	268,6	266,2
Receitas Correntes	224,7	241,2	281,9	293,8	317,1	308,4
Saldo Corrente	**-30,7**	**-11,3**	**30,9**	**40,0**	**48,5**	**42,2**
Outros Gastos (sem fluxo financeiro)	40,7	47,9	63,4	67,7	10,0	43,4
Outros Rendimentos (sem fluxo financeiro)	31,5	46,8	34,9	58,0	0,0	44,9
Saldo sem Fluxo Financeiro	**-9,2**	**-1,1**	**-28,4**	**-9,7**	**-10,0**	**1,5**
Resultado Líquido do Exercício	**-39,8**	**-12,4**	**2,5**	**30,3**	**38,5**	**43,6**

5. AMBIENTE EXTERNO DE ATUAÇÃO

CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

O ano de 2025 foi marcado por importantes desafios como tensões geopolíticas, tarifas comerciais e adaptação tecnológica. A economia global revelou-se surpreendentemente resiliente, resistindo ao impacto negativo da incerteza e à decisão de aumento das tarifas comerciais por parte da administração norte-americana, que aplicou taxas gerais por país e tarifas setoriais sobre produtos. Com os direitos aduaneiros em níveis historicamente elevados, os recentes acordos comerciais entre os EUA e os seus principais parceiros comerciais, contribuíram para a redução da incerteza no final do ano, apesar de permanecerem conflitos comerciais ocasionais, como a recente disputa entre a China e os EUA sobre o controle de exportações de semicondutores e minerais de terras raras, que culminou na redução das tarifas bilaterais até novembro de 2026. Em 2025 houve uma aceleração da corrida à Inteligência Artificial (IA), com o investimento nesta área a dar um impulso significativo para o crescimento do comércio mundial. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que, em 2025, a economia mundial cresça 3,3%, que os EUA cresçam 2,1% e que o crescimento na China atinja os 5%. A Área do Euro deverá crescer apenas 1,4%. Nos países emergentes, destaca-se o crescimento robusto da India de 7,3%, um dos principais motores do crescimento global em 2025.

A economia portuguesa tem-se mostrado resiliente aos choques recentes, finalizando 2025 com o PIB a crescer 1,9%, mas apresenta um abrandamento face a previsões anteriores:

Quadro 8 - Produto Interno Bruto (PIB) - Portugal

Indicador	2023	2024	2025	4ºT 2023	4ºT 2024	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025
Taxa de variação anual, %	3,1	2,1	1,9						
Taxa de variação homóloga, %				2,6	2,6	1,7	1,8	2,3	1,9
Taxa de variação em cadeia, %				0,7	1,2	-0,3	0,7	0,7	0,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais Trimestrais - Estimativa Rápida a 30 dias, 30 janeiro 2026| Nota: 2023- dados definitivos; 2024 - dados provisórios; 2025 - dados preliminares

- No conjunto de 2025, o PIB cresceu 1,9% em volume, após o aumento de 2,1% em 2024. A variação homóloga foi de 1,9% no 4° trimestre, menos 0,4% que a taxa do trimestre precedente. Considerando a variação em cadeia, o PIB aumentou 0,8% no 4° trimestre após um crescimento de 0,7% nos dois trimestres anteriores.

- O défice da balança comercial sofreu um agravamento de 3.752 milhões de euros face ao ano anterior, atingindo o valor de 32.100 milhões de euros em 2025. Esta evolução desfavorável resultou do aumento das importações (+3,9%) em relação às exportações (+0,5%), de acordo com os primeiros resultados anuais de 2025, divulgados pelo INE. Em relação às importações, o mercado que mais contribuiu para o acréscimo em 2025, foi o espanhol que se manteve como o principal fornecedor de bens a Portugal, com um peso de 32,9%. Espanha, Alemanha e França concentram, no seu conjunto, 52% das importações nacionais.

- No conjunto de 2025, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma variação média anual de 2,3% (2,4% em 2024). O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), indicador que o Eurostat utiliza para fazer a comparação com os restantes países da Zona Euro e que difere do IPC por incluir a despesa de não residentes no país e excluir a despesa de residentes no exterior, registou uma taxa de variação média anual de 2,2% em 2025 (2,7% no ano anterior).

Quadro 9 - Evolução Anual dos Preços (taxa de variação, %) – Portugal

Indicador	2023	2024	2025	dez/24	mar/25	jun/25	set/25	dez/25
Índice de preços no consumidor (IPC)	4,3	2,4	2,3	3,0	1,9	2,4	2,4	2,2
Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC)	5,3	2,7	2,2	3,1	1,9	2,1	1,9	2,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Índice de Preços no Consumidor, 13 janeiro 2026, 31 dezembro 2025 e Indicadores de Conjuntura - Dezembro 2025, 21 janeiro 2026| Nota: 2022- dados definitivos, 2023 e 2024 - dados preliminares

- A taxa de poupança das famílias estabilizou no terceiro trimestre de 2025 em 12,5% do seu rendimento disponível, de acordo com a informação do INE. Esta estabilização terá sido determinada pelo crescimento de 1,6% do rendimento disponível bruto e da despesa de consumo final.

- O peso da dívida pública no PIB encerrou o ano de 2025 abaixo dos 90%, caindo para 89,7%, menos 3,9% que o valor registado no final de 2024 (93,6%), sendo esta trajetória descendente explicada pela evolução positiva do PIB.

Quadro 10 – Dívida Pública, em % do PIB

Indicador	2022	2023	2024	2025	4ºT 2024	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025
Área Euro [1], %	89,3	87,0	87,1	n.d.	87,2 [p]	87,9 [p]	88,4 [p]	88,7 [p]	n.d.
Portugal, %	111,2	96,9	93,6	89,7	93,6	95,0 [p]	96,7 [p]	97,6 [p]	89,7 [p]

Fontes: Eurostat e Banco de Portugal, 2 fevereiro 2025| Notas: n.d. – não disponível; [p] - provisório

[1] Área Euro - 20 países (desde 2023)

- Em 2024 o coeficiente de Gini[1] fixou-se em 31,9%, menos 1,8% face ao ano anterior. Este resultado traduz o nível mais baixo de desigualdade desde 2021 e um dos mais baixos desde 2015. Apesar da evolução positiva deste indicador, Portugal permanece como um dos países mais desiguais do total de 27 nações que compõem a UE, superado apenas pela Bulgária (o mais desigual), Lituânia, Letónia e Itália.

Quadro 11 - Índice de Gini [1]

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
UE [2], %	30,8	30,6	30,3	30,4	30,1	30,0 [b]	30,2	29,6	29,6	29,4
Portugal, %	34,0	33,9	33,5	32,1	31,9	31,2	33,0	32,0	33,7	31,9

Fontes: Eurostat e Pordata |Nota: [b] - Quebra na série temporal

[1] Índice de Gini: Assume valores entre 0 (todos têm igual rendimento) e 100 (todo o rendimento concentrado num único agregado familiar), logo quanto maior for o valor atribuído a um país, maior o nível de desigualdade.

[2] UE (28): 2013 – 2019; UE (27): A partir de 2020

CONTEXTO DEMOGRÁFICO E SOCIAL

As estimativas do INE apontam para a manutenção da tendência de envelhecimento em Portugal1. Esta tendência não reflete o que se passa em todo o território: entre 2021 e 2024 Portugal registou um aumento populacional de 3,2% e um aumento de 6,2 p.p. residentes com 65 ou mais anos. Já em Lisboa, o número de residentes aumentou 5,6%, mas o número de residentes com 65 ou mais anos subiu apenas 3,2 p.p.. Podemos assim afirmar que o concelho de Lisboa está a envelhecer menos que o resto do país.

Em consonância, e apesar de a proporção de crianças e jovens até aos 19 anos permanecer inferior a 20% em Portugal e em Lisboa, o número de crianças até aos 4 anos registou um aumento de 10,2% no concelho, enquanto a nível nacional a variação foi quase nula. Para isto contribuíram os nascimentos verificados na cidade: em 2024 nasceram 84 642 crianças em Portugal, das quais 6,8% em Lisboa[2]. A freguesia com maior número de nascimentos continua a ser o Lumiar (8,5% do total de Lisboa), seguida de Arroios (6,9%) e Santa Clara (6,5%). Esta evolução permite assim identificar zonas da cidade onde se poderá registar um aumento da procura de serviços dirigidos à infância como Alcântara, Campolide, Marvila, Santa Clara e São Vicente que registaram um aumento do número de nascimentos superior a 20% e, no caso de São Vicente de 31,7% e outras em que, pelo contrário, se poderá verificar o inverso já que registaram uma diminuição de nados-vivos próxima dos 10%, como os Olivais e Campo de Ourique.

A imigração tem um papel importante na natalidade em Portugal e, com mais destaque, na cidade de Lisboa: em 2024 os nados-vivos de mãe

estrangeira em Portugal e no concelho de Lisboa representavam 26,2% e 36,8%[3], respetivamente, do total de nascimentos. Destas mães destacam-se as de nacionalidade do Brasil, mas também dos PALOP e do subcontinente indiano. O rejuvenescimento da população residente em Portugal encontra-se assim muito dependente da imigração, pelo que as condições de acolhimento e integração são determinantes para garantir a sustentação do sistema de proteção social.

A vulnerabilidade social continua presente em Portugal e, em 2025, 13,9% dos residentes na zona da Grande Lisboa não tinham capacidade económica para manter a casa aquecida e 8,5% tinham dificuldade em pagar a renda/prestação da casa ou as despesas correntes atempadamente[4]. Para isto contribui em larga medida a manutenção dos preços praticados no mercado imobiliário, que dificultam, quando não impedem, o acesso a uma casa, em especial na cidade de Lisboa: em 2024, a taxa de sobrecarga das despesas com a habitação afetava 6,9% da população residente em Portugal, subindo este valor para 9,6% na A.M.L..

A desigualdade de rendimentos e concentração nos escalões mais baixos estende-se às pessoas de mais idade. Em 2024 o número de pensionistas da segurança social ultrapassava os 3 milhões, dos quais perto de 70% por velhice[5]. O valor médio anual desta pensão era 9.061€, o que significa que em Portugal as pessoas com 65 ou mais anos recebiam em média 755,1€/mês, um valor inferior ao salário mínimo nacional. Não são por isso de estranhar os dados relativos às condições de vida: desde 2020, a proporção da população residente com 65 ou mais anos em risco de pobreza ou de exclusão social é superior ao total nacional. E, também em linha com a tendência verificada desde que este indicador é apurado, em 2025 a taxa de pobreza das mulheres era superior à dos homens: 22,8% e 18,2%, respetivamente, a partir dos 65 anos[6].

No domínio da saúde, a ausência de pessoal e de equipamentos tem vindo a agravar-se. No final de 2025, o número de utentes sem médico de família era superior a 1,5 milhões, situação que afetava 1 em cada 4 utentes da região de Lisboa e Vale do Tejo.

O aumento da esperança de vida aliado ao ainda reduzido número de anos de vida saudável expectáveis a partir dos 65 anos em Portugal apontam para a necessidade de aumentar a oferta da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, com destaque para as Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) que mantêm o utente em casa, com os benefícios pessoais e económicos associados.

Quadro 12 - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados n° utentes a aguardar vagas

Tipologia	2023-12-31	2024-12-31	2025-12-31	Variação 2025/2023 %
Equipa de Cuidados Continuados Integrados	353	506	520	47%
Unidade de Convalescença	179	106	105	-41%
Unidade de Longa Duração e Manutenção	671	700	829	24%
Unidade de Média Duração e Reabilitação	534	371	401	-25%
Total Geral	**1 737**	**1 683**	**1 855**	**7%**

Fonte: SNS Utentes a Aguardar Vaga de Cuidados Continuados — Transparência

Entre 2023 e 2025, verificou-se um aumento de 6% no número de camas nas unidades de Convalescença, de Longa Duração e Manutenção, e de Média Duração e Reabilitação. Contudo, este reforço revelou-se insuficiente para acompanhar o crescimento de 7% no número de utentes em lista de espera por uma vaga.

6. AGENDA DO ANO

JANEIRO

9 de janeiro – Atribuição do prémio "Quality Award" ao Placard pela ConsumerChoice - Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor, reconhecendo a conexão e a confiança do público nesta marca.

11 de janeiro – Aniversário dos 120 anos do Museu de São Roque tendo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dedicado um programa exclusivo para assinalar esta efeméride.

17 de janeiro – Inauguração pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa do Centro Local de Informação e Coordenação (CLIC-Lx), em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), o Instituto da Segurança Social (ISS), a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), a Polícia de Segurança Pública e a Nova Medical School.

21 de janeiro – Realização de hasta pública de imóveis pela Santa Casa, no âmbito do Plano de Reestruturação da Misericórdia de Lisboa, onde a alienação de dois imóveis rendeu quase 12 milhões de euros.

FEVEREIRO

21 de fevereiro - Constituição da primeira Comissão de Trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com o objetivo de defender os direitos e interesses dos trabalhadores da Santa Casa.

MARÇO

5 de março – Inauguração pela Santa Casa do Centro de Alojamento Temporário da Saudade para pessoas em situação de sem teto e requerentes de proteção internacional, com capacidade para 48 residentes, dos quais 42 em alojamento temporário e 6 em alojamento de emergência.

27 de março - O SOL – Saúde Oral em Lisboa, foi reconhecido com uma distinção da Direção-Geral da Saúde pelo projeto "Um SOL à primeira vis(i) ta", no âmbito da 2.ª edição do prémio "Boas Práticas em Saúde Oral".

MAIO

27 de maio – Distribuição pela Santa Casa do Cartão Social Eletrónico a cerca de 600 famílias permitindo aos cidadãos com fragilidade económica adquirir bens alimentares.

27 de maio – Realização na Sala das Extrações da Misericórdia de Lisboa do Encontro Europeu KORALE |Lisboa Com Vida, que reuniu os representantes dos vários projetos que integram a iniciativa, cofinanciado pela União Europeia através do programa Interreg Europe, tendo sido uma oportunidade para debater novas ideias, apontar caminhos e consolidar o que já foi feito no combate à solidão indesejada e isolamento social da população mais envelhecida dos seis territórios onde atuam os projetos que englobam este consórcio.

JUNHO

4 de junho – A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa marcou presença na Feira do Livro de Lisboa 2025, ao longo de quase três semanas, o stand e o auditório Sul acolheram dezenas de iniciativas, desde lançamentos editoriais e mesas-redondas a oficinas sensoriais, rastreios de saúde e apresentações culturais.

JULHO

2 de julho – Celebração dos 527 anos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, mais de cinco séculos em prol das Boas Causas, em áreas tão diversas como Ação Social, Saúde, Cultura, Educação, Património, Inovação e Investigação.

3 de julho – Adesão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao Compromisso com a Inclusão (Inclusive Community Forum – ICF), uma iniciativa da Nova School of Business & Economics (Nova SBE) dedicada à promoção de uma comunidade mais inclusiva para pessoas com deficiência, promovendo a sua empregabilidade.

10 de julho – Celebração de contratos de financiamento no valor de 1,5 milhões de euros entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e 31 Misericórdias de todo o país, no âmbito das candidaturas apresentadas ao Fundo Rainha D. Leonor (FRDL) na área da recuperação do património.

SETEMBRO

11 de setembro - Unidade de Fisioterapia Cardiorrespiratória e Sarcopenia inaugurada em Cascais com o apoio da ESSAlcoitão.

25 de setembro – Celebração do 1° aniversário da Residência Raquel Ribeiro.

OUTUBRO

7 de outubro – Reconhecimento do Projeto RADAR como uma boa prática pelos peritos do programa europeu Interreg Europe, passando a integrar a sua base de dados de Boas Práticas.

27 de outubro - Lançamento da App SCML para Gestão do Serviço de Apoio Domiciliário, mais um passo fundamental no compromisso com a Transformação Digital em curso, com o objetivo de otimizar os fluxos de trabalho entre as Equipas da Ação Social e os utentes.

NOVEMBRO

19 de novembro – Realização de hasta pública para venda de imóveis, sendo nove o total de imóveis urbanos, entre moradias e prédios, que estiveram em proposta, divididos pelos concelhos de Lisboa, Odivelas e Sintra.

20 de novembro – Relançamento da campanha nacional "Todos Juntos Pelo Acolhimento Familiar", criada numa parceria entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Casa Pia de Lisboa e o Instituto da Segurança Social.

21 de novembro – Inauguração pela Santa Casa de uma nova valência inclusiva na Residência Branco Rodrigues, passando este equipamento a acolher também estudantes normovisuais em situação de vulnerabilidade, reforçando a missão de inclusão e promoção da autonomia.

DEZEMBRO

10 dezembro – Homenagem realizada pela Santa Casa aos cerca de 600 voluntários como reconhecimento do trabalho incansável prestado.

17 dezembro – Realização da primeira Assembleia Geral de Trabalhadores, na sala de Extrações, com participação presencial e transmissão em streaming, permitindo o envolvimento dos trabalhadores a partir de diferentes locais.

18 dezembro - Santa Casa assume gestão definitiva do Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian.

30 dezembro – A Irmandade da Misericórdia e de São Roque de Lisboa foi condecorada pelo Presidente da República com a distinção da Ordem do Infante D. Henrique, no grau de Membro Honorário, pelo trabalho e esforço na prática das Obras de Misericórdia, em particular pela atenção à exclusão social e à solidão.


SANTA CASA
MISERICORDIA
LISBOA
MUSEU
SÃO ROQUE
MUSEU
SÃO ROQUE
museu São Roque
Oito relíquias,
Oito santos e
Muitas coisinhas


SANTA CASA
MISERICORDIA
LISBOA

7. QUEM SOMOS

PERFIL ORGANIZACIONAL

NOME DA ORGANIZAÇÃO: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como "SCML")

ATIVIDADES, MARCAS, PRODUTOS E SERVIÇOS: Ver capítulo "O Que Fazemos". Mais informações em: https://www.scml.pt/.

LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ORGANIZAÇÃO: Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa

LOCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES: Em Portugal, na região de Lisboa e noutras áreas do território nacional.

TIPO E NATUREZA JURÍDICA DE PROPRIEDADE: A SCML é uma entidade sem fins lucrativos, definida juridicamente como pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, nos termos dos respetivos Estatutos em vigor, aprovados pelo Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de dezembro.

É dotada de um orçamento próprio, cujas receitas são provenientes da atribuição de uma percentagem dos rendimentos das receitas dos Jogos Sociais e de outros rendimentos obtidos com a prestação de diferentes serviços (Ação Social, Saúde, Cultura, Educação e Património).

MERCADOS SERVIDOS: A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa assegura, no distrito de Lisboa, um vasto trabalho nas áreas da ação social, da saúde, da educação e formação e da cultura, prestando serviços a milhares de pessoas. Através dos apoios que concede a outras entidades e iniciativas nacionais, apoia boas causas em todo o País. E ao assegurar a organização e exploração dos Jogos Sociais do Estado, em nome e por conta do Estado Português, desenvolve atividade também em todo o território nacional. Ainda no âmbito da organização e exploração dos Jogos Sociais do Estado, o Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem uma delegação na cidade do Porto.

CADEIA DE FORNECEDORES: A SCML conta com diversos fornecedores críticos respeitantes a: alimentação; manutenção; limpeza e higiene; bens de saúde; vigilância; eletricidade; água e saneamento; gás; telecomunicações; transportadoras; produção e distribuição de jogo social; software; hardware; e seguros. Estes são fornecedores de bens ou serviços, nomeadamente, empreiteiros e prestadores de serviços sociais e/ou de saúde, cuja falha de fornecimento afetam diretamente os serviços prestados pela Instituição. Na sua grande maioria trata-se de fornecedores nacionais.

NORMAS DE COMPORTAMENTO: A Instituição dispõe de um conjunto de instrumentos orientadores em matéria de ética e conduta, nomeadamente:

- Código de Ética e Conduta
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho
- Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- Política de Jogo Responsável
- Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo no âmbito da Organização e Exploração dos Jogos Sociais do Estado
- Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas e Proteção de Denunciantes de Infrações.
- Mais informações em: www.scml.pt/sobre-nos/etica-e-conduta

GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS DA SCML[7]:

ASSOCIAÇÕES E PARCEIROS ESTRATÉGICOS: Entidades com as quais a Instituição estabelece relações em prol do bem comum, apoiando ou cooperando no desenvolvimento de projetos e iniciativas, numa perspetiva de inovação, qualificação e maximização do alcance da sua ação.

FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS: Atores fundamentais na gestão da cadeia de abastecimento da Instituição, fornecendo bens e prestando serviços especializados não passíveis de internalização e essenciais ao desenvolvimento da atividade.

BENEMÉRITOS: Pessoas e entidades que, através dos importantes legados, heranças e doações que deixam à Instituição em nome das suas boas causas, têm contribuído para a concretização da sua missão.

COLABORADORES: São o capital essencial, a equipa que, todos os dias, materializa a missão da Instituição.

ASSOCIAÇÕES SINDICAIS: Estruturas de representação coletiva dos trabalhadores, para defesa e promoção dos seus interesses socioprofissionais com as quais é mantida uma linha de diálogo regular.

COMUNICAÇÃO SOCIAL: Os media são parceiros estratégicos na difusão de informação sobre a atividade da Instituição e de sensibilização da sociedade para problemáticas relacionadas com as suas áreas de intervenção.

COMUNIDADE VOLUNTÁRIOS: São as pessoas e entidades coletivas que estão na abrangência geográfica e de atividade da Instituição, na qual a mesma tem impacto direto e indireto ao nível social, económico e ambiental. Pessoas que, de forma livre e desinteressada, colocam o seu tempo e aptidões ao serviço da missão da Santa Casa, complementando a sua atividade.

IRMANDADE DA MISERICÓRDIA E DE SÃO ROQUE: Entidade canonicamente ereta, historicamente ligada à Santa Casa, contribuindo para a concretização das Sete Obras espirituais do seu Compromisso originário e assegurando o culto da Igreja de São Roque.

ÓRGÃOS CONSULTIVOS E DE FISCALIZAÇÃO ESTATUÁRIOS: Integram o modelo de governação da Instituição, sendo constituídos por representantes de entidades públicas estratégicas para a missão e a atividade da Santa Casa.

UTENTES, CLIENTES, BENEFICIÁRIOS: São as pessoas para quem a Instituição dirige a sua atividade e que utilizam nomeadamente os seus serviços de ação social e de saúde e frequentam o seu ensino, são empreendedores sociais, são os seus arrendatários e são os jogadores dos Jogos Sociais do Estado.

INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS E CIENTÍFICAS: A colaboração com instituições académicas e científicas é estratégica na procura de avanços em áreas prioritárias da sua atuação, incluindo a formação dos profissionais.

TUTELA E ENTIDADES PÚBLICAS EXTERNAS: O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que tutela a Santa Casa, e as demais entidades públicas, com as quais mantém uma relação de cumprimento de responsabilidades institucionais e legais, assim como também de cooperação mútua.

MEDIADORES DOS JOGOS SOCIAIS: Constituem as pessoas singulares e coletivas que prestam serviços de assistência com vista à celebração do contrato de jogo entre o Departamento de Jogos e o jogador, recebendo o preço das apostas e procedendo ao pagamento de prémios de jogo.

VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO

Quadro 13 – Valor Económico Direto e Distribuído

Milhares de euros	2021	2022	2023	2024	2025
I) Valor Económico Direto Gerado	**224 671,1**	**241 196,5**	**281 888,5**	**293 817,9**	**308 358,9**
Distribuição Resultados dos Jogos Sociais	186 456,1	195 007,6	191 089,1	198 639,0	206 868,0
Atividade Ação Social	5 943,4	6 619,5	44 740,2	41 484,6	45 200,2
Atividade Saúde	20 924,1	25 059,8	26 352,1	30 146,7	34 364,2
Património	7 572,7	9 708,7	8 999,4	10 518,3	11 272,7
Escola Superior	2 351,6	2 600,2	3 102,0	3 256,1	3 067,9
Cultura	39,2	83,5	74,1	98,3	148,7
Rendimentos de Aplicações Financeiras	138,4	671,7	6 810,3	8 461,6	6 668,0
Outras Receitas Correntes	1 245,5	1 445,5	721,2	1 213,3	769,3
II) Valor Económico Direto Distribuído (Custos operacionais)	**255 347,9**	**252 508,4**	**251 015,9**	**253 770,9**	**266 198,1**
Fornecedores	66 978,1	66 157,1	64 441,1	62 405,5	64 570,9
Gastos com Pessoal	152 829,8	153 580,8	151 838,3	160 954,4	172 779,0
Subsídios a utentes, bolsas, prémios e apoios financeiros	34 897,8	31 991,7	33 823,0	29 489,2	27 409,5
Outras Despesas Correntes	642,2	778,8	913,4	921,8	1 438,7
III) Valor Económico Acumulado (I-II)	**-30 676,8**	**-11 311,9**	**30 872,6**	**40 047,0**	**42 160,8**

PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) consolidou a implementação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, no âmbito do qual operacionaliza um Programa de Cumprimento Normativo (PCN), com o objetivo de prevenir, detetar e sancionar atos de corrupção e infrações conexas, e também, em articulação, o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDI), estabelecido pela Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro.

O PCN integra os seguintes instrumentos:

- Um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR);
- Um código de conduta;
- Um programa de formação; e,
- Um canal de denúncias internas.

A implementação do PCN é feita através de um sistema estruturado, constituído, por um lado, por documentação interna, para lhe conferir a necessária coerência face à realidade organizacional da SCML, e, por outro, por ações essenciais à implementação de todo o sistema de prevenção da corrupção e da proteção dos denunciantes de infrações da SCML.

As disposições constantes da documentação – que é aprovada pela Mesa da SCML – e as ações referidas abrangem e são aplicáveis, no que diz respeito à SCML, a todos os seus trabalhadores e membros dos órgãos estatutários, neles se incluindo os membros de órgãos de administração.

PEGADA AMBIENTAL

Quadro 14 – Indicadores Ambientais

Indicadores Ambientais	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Energia consumida (GJ)	102 894,1	106 550,7	101 229,0	-5%
Energia de fontes não renováveis	47 907,2	49 348,3	36 405,3	-26%
Energia adquirida	54 986,9	57 202,4	64 823,7	13%
Captação de água (ML)	295,8	282,4	269,7	-4%
Água subterrânea	0,3	0,3	0,3	-1%
Água adquirida a terceiros	295,4	282,0	269,4	-4%
Resíduos Perigosos Produzidos (T)	137,7	135,0	123,7	-8%
Hospitalares	123,5	117,7	109,4	-7%
Outras tipologias	14,2	17,3	14,3	-17%
Resíduos Não Perigosos Produzidos (T)	1 257,9	1 160,6	993,8	-14%
Papel/cartão	48,5	45,7	44,5	-3%
Plástico/metal	54,2	95,5	72,7	-24%
Vidro	1,5	0,8	0,9	10%
Orgânicos	136,6	130,4	110,9	-15%
Indiferenciados	381,2	490,3	425,2	-13%
Outras tipologias	635,9	397,8	339,7	-15%
Emissões de CO2 e GEE	3 026,9	2 992,2	2 275,6	-24%
Consumo de combustíveis nas instalações	1 788,0	2 310,6	1 588,8	-31%
Consumo de combustíveis na frota	1 238,9	681,5	686,9	1%

Nota: A atualização dos dados ambientais em anos anteriores deve-se sobretudo ao facto de os fornecedores apresentarem consumos inicialmente estimados e apenas mais tarde corrigidos, obrigando a ajustar os valores para refletirem informação mais próxima do real.

INFORMAÇÃO SOBRE COLABORADORES E OUTROS TRABALHADORES

Nestes dados não são considerados os Órgãos de Administração e o Conselho de Auditoria. Não são igualmente considerados os trabalhadores com ausências superiores a 30 dias, nomeadamente por motivo de licença sem vencimento, cedência a outras entidades e baixa prolongada, uma vez que, nestas situações, dada a natureza da atividade da SCML, em regra, é necessário efetuar a substituição temporária do trabalhador no posto de trabalho.

Quadro 15 – Total de Colaboradores por Género

	2023		2024		2025		Variação 2025/2024 (%)
Homens	1 381	23%	1 348	23%	1297	22%	4%
Mulheres	4 642	77%	4 613	77%	4607	78%	0%
Total	**6 023**	100%	**5 961**	100%	**5 904**	100%	**1%**

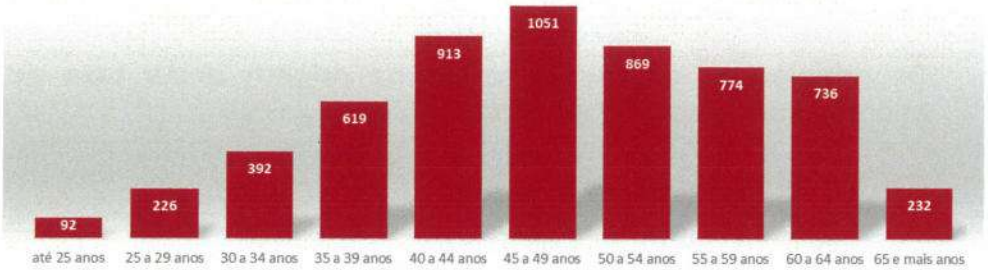
Conforme resulta do quadro acima, o número de homens que trabalha na SCML representa apenas 22% do total de 5 904 trabalhadores ativos a 31 de dezembro de 2025.

Efetivamente, observa-se que esta é uma realidade que não tem sofrido grandes alterações ao longo dos anos, verificando-se uma preponderância constante de trabalhadores do sexo feminino na estrutura de Recursos Humanos.

DEMOGRAFIA LABORAL

A pirâmide etária da SCML destaca um dos maiores desafios para a DIP, em particular na distribuição etária dos trabalhadores que revela uma força de trabalho mais madura, com idade média de 47,7 anos. A maior concentração situa-se entre os 45 e os 54 anos, enquanto os escalões mais jovens têm pouca representação. Esta estrutura reforça a necessidade de renovação geracional, planos de sucessão e estratégias de transmissão de conhecimento.

Gráfico 1 - Distribuição por Escalão Etário

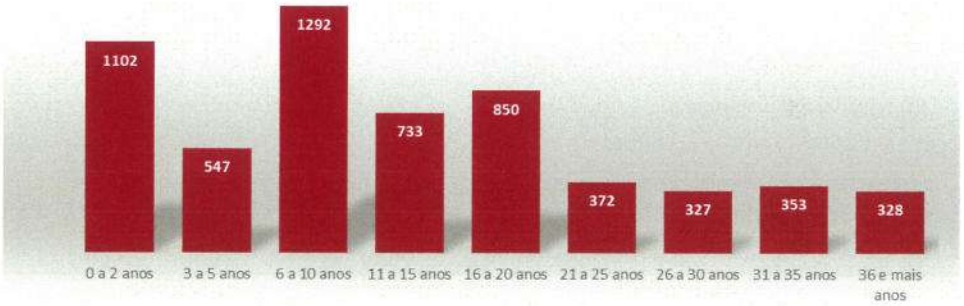


Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

No que respeita à antiguidade dos trabalhadores, conclui-se que:

- A média da SCML é de 13,7
- 50% dos trabalhadores concentram-se entre os 0 e os 10 anos de antiguidade;
- 18,7% tem uma antiguidade igual ou inferior a 2 anos.

Gráfico 2 - Distribuição por Antiguidade na SCML



ABSENTISMO

Quadro 16 – Absentismo

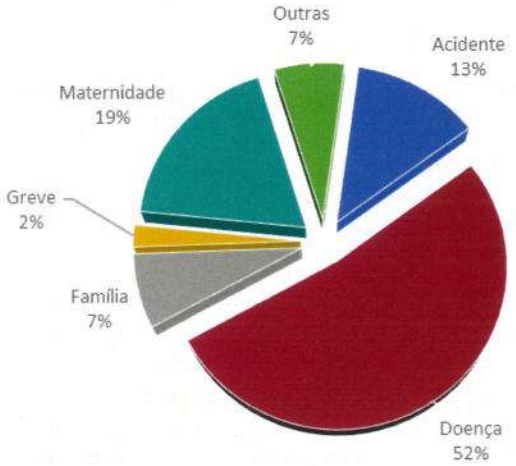
	2023	2024	2025
Taxa de absentismo	7,8	7,5	7,08

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

A taxa média de absentismo da SCML em 2025 foi de 7,08 %, o que corresponde a um ligeiro decréscimo face ao ano de 2024. Esta diminuição verifica-se essencialmente nas ausências por maternidade, relativamente ao período homólogo.

Os principais motivos que estão na origem desta taxa de absentismo encontram-se representados no gráfico seguinte.

Gráfico 3 – Motivo de Absentismo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

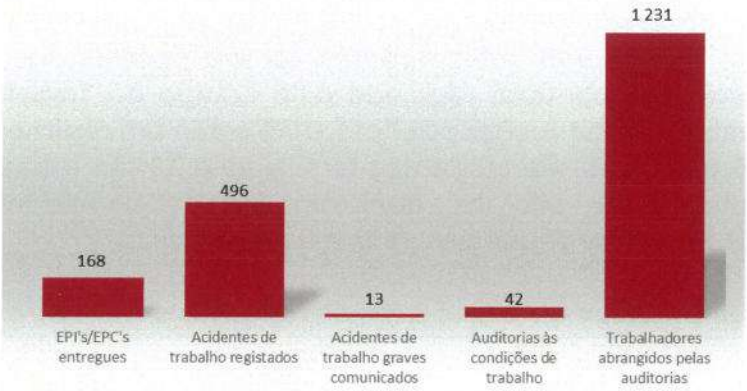
Quadro 17 – Greve

N.º de ausências por motivo de greve	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Nº de ausências	2 098	1 410	4 781	3 372

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

Em 2025, registou-se um aumento significativo no número de ausências por motivo de greve face a 2024, traduzido em mais 3 371 ausências por motivo de greve (+239,1%), refletindo uma maior mobilização laboral ou intensificação das paralisações ocorridas nesse período.

Gráfico 4 – Acidentes de Trabalho



Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

Em 2025 registaram-se 496 acidentes de trabalho, incluindo 13 graves e 4 mortais relacionados com o acidente do Elevador da Glória, que exigiu uma resposta institucional articulada e reforço das medidas de prevenção. Foram realizadas 43 auditorias, entregues 168 EPI's e desenvolvidos instrumentos normativos como o Regulamento de SST e o Plano de Prevenção de Riscos Laboratoriais. A área promoveu ainda campanhas de sensibilização sobre Legionella e Pseudomonas e concluiu ações formativas para geriatria e apoio à comunidade.

NATUREZA DOS VÍNCULOS

Quadro 18 - Vínculo Contratual (*)

Vínculo Contratual	2023		2024		2025		Variação 2025/2024	
Contrato de trabalho em funções públicas (Quadro Residual SCML)	330	6,0%	251	4,2%	204	3,4%	-47	-18,7%
Quadro Individual de Trabalho	5 656	92,0%	5 681	94,5%	5675	95,4%	-6	-0,1%
Comissão de serviço e cedência de interesse público (Externos)	37	1,0%	29	0,5%	25	0,4%	-4	-13,8%
Subtotal	**6 023**	**99,0%**	**5 961**	**99,2%**	**5 904**	**99,3%**	-57	-1,0%
Prestadores de serviços	56	1,0%	48	0,8%	44	0,7%	-4	-8,3%
Total	**6 079**	**100,0%**	**6 009**	**100,0%**	**5 948**	**100,0%**	-61	-1,0%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH e Relatórios de Gestão & Contas 2023 e 2024

*Nota: Foram contabilizados os trabalhadores afetos ao DJ

Em termos globais, face ao ano de 2024, registou-se uma diminuição de 57 trabalhadores com vínculo contratual com a SCML.

Conforme se observa no quadro acima, a 31 de dezembro de 2025, a SCML contava com 5 948 colaboradores ao seu serviço, dos quais: 95,4% estão vinculados por contrato regulado pelo Código do Trabalho, 3,4% têm contrato de trabalho em funções públicas, 0,7% estão em regime de prestação de serviços (5 dos quais são ajudantes familiares e 32 são amas/baby-sitters) e os restantes 0,4% são os denominados "trabalhadores externos" (Comissões de Serviço e Cedências de Interesse Público).

Podemos ainda constatar uma tendência de redução no número de prestadores de serviços nos últimos anos.

DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO POR SERVIÇOS

O quadro infra representa a distribuição do número de trabalhadores por serviço, nos últimos 3 (três) anos. O ano de 2025 fechou com uma redução de 1% no número de trabalhadores, menos 57 trabalhadores face ao período homólogo.

Quadro 19 - Distribuição e Evolução por Serviços (*)

	2023		2024		2025		Variação 2025/2024	
ADM/GAB/SI	591	9,8%	573	9,6%	588	10%	15	2,6%
CHSCML	825	14%	786	13%	787	13%	1	0,1%
DASS-AS	3 335	55%	3 291	55,2%	3 225	55%	-66	-2,0%
DASS-DISSC	345	6%	336	5,6%	345	6%	9	2,7%
DASS-RRR	0	0%	45	0,8%	55	1%	10	22,2%
DASS - Cuidados Continuados	247	4%	255	4,3%	255	4%	0	0,0%
DEES	26	0%	24	0,4%	24	0%	0	0,0%
DGIP	161	3%	149	2,5%	150	3%	1	0,7%
DIC	66	1%	64	1,1%	59	1%	-5	-7,8%
DJ	309	5%	309	5,2%	292	5%	-17	-5,5%
ESSA	55	1%	57	1,0%	54	1%	-3	-5,3%
UM_GPOTSCML	21	0%	24	0,4%	20	0%	-4	-16,7%
UM_LCTI	23	0%	30	0,5%	34	1%	4	13,3%
UM_VALORT	19	0%	18	0,3%	16	0%	-2	-11,1%
	6 023	**100,0%**	**5 961**	**100%**	**5 904**	**100%**	**-57**	**-1,0%**

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

UMValot T e UPV integraram o DEES

UMGPOTSCML integrou a SG

Quadro 20 - Distribuição nos Serviços de Apoio o Suporte

	2024	2025	Variação 2025/2024	
Administração	42	46	4	9,5%
Gabinetes	22	19	-3	-13,6%
Serviços Instrumentais	448	445	-3	-0,7%
Secretaria Geral	61	78	17	27,9%
Total	573	588	15	3%

UMGPOTSCML integrou a SG

Quadro 21 - Macro Carreiras

Agrupamento macro	2023		2024		2025		Variação 2025/2024	
Dirigente	506	8%	484	8%	425	7%	-59	-12%
Técnico superior	2 381	40%	2 372	40%	2378	40%	6	0%
Técnico profissional	690	11%	671	11%	686	12%	15	2%
Auxiliar	2 446	41%	2 434	41%	2415	41%	-19	-1%
	6 023	**100%**	**5 961**	**100%**	**5 904**	**100%**	**-57**	-1%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

O número de Dirigentes registou uma diminuição de 12%, resultante do processo de Reestruturação Interna que iniciou em setembro de 2024 e irá terminar em 2026.

ADMISSÕES E SAÍDAS

No ano de 2025, o turnover na SCML ascendeu a cerca de 211 trabalhadores, refletindo a dinâmica de entradas e saídas verificadas nesse período.

REMUNERAÇÕES COMPLEMENTARES

Conforme resulta do quadro seguinte,

Quadro 22 - Principais Remunerações Complementares

Principais remunerações complementares	2023	2024	2025	Variação 2024/2025	
Subsídio de Turno	2 911 012 €	3 161 264 €	3 530 770 €	369 506 €	11,7%
Despesas de Representação	1 528 040 €	1 383 617 €	1 271 026 €	- 112 591 €	-8,1%
Isenção Horário Trabalho	1 278 333 €	1 245 544 €	1 308 139 €	62 594 €	5,0%
Horas extra e trabalho dia feriado	1 024 431 €	1 198 065 €	509 037 €	- 689 028 €	-57,5%
Regime Horário Acrescido	875 437 €	942 655 €	1 240 052 €	297 397 €	31,5%
Remunerações sorteios/eventos DJ	697 810 €	730 482 €	599 961 €	- 130 521 €	-17,9%
Complemento de Função	616 271 €	645 228 €	267 374 €	- 377 855 €	-58,6%
Horas de Prevenção	225 463 €	268 716 €	119 613 €	- 149 103 €	-55,5%
Complemento de Penosidade	175 366 €	256 626 €	454 222 €	197 596 €	77,0%
Total	**9 332 164 €**	**9 832 197 €**	**9 300 193 €**	**- 532 004 €**	-5,4%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

A redução das remunerações complementares (horas extra/feriados, função, prevenção) foi determinante para a redução de gastos com este tipo de remunerações. O impacto foi parcialmente compensado pelo reforço de turnos, regime horário acrescido e complemento de penosidade.

TELETRABALHO

Foi deliberada pela Mesa da SCML a implementação de um modelo híbrido, voluntário e experimental de Teletrabalho, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2022.

Quadro 23 - Teletrabalho

Regimes de Teletrabalho	Nº de Trabalhadores
Regime de Teletrabalho	-
Regime Híbrido de Trabalho Mensal	36
Regime Híbrido de Trabalho Semanal	367
Total	**403**

Em 2025 estavam registados um total de 403 trabalhadores abrangidos por regimes de teletrabalho, exclusivamente em modelos híbridos. A grande maioria — 367 trabalhadores — atuou em Regime Híbrido de Trabalho Semanal, evidenciando uma preferência clara por modelos com distribuição regular de dias presenciais e remotos. Os restantes 36 trabalhadores estiveram em Regime Híbrido Mensal, representando uma utilização mais residual deste formato.

De forma global, os dados mostram que o teletrabalho está presente de forma estruturada na organização, maioritariamente através de modalidades híbridas de frequência semanal.

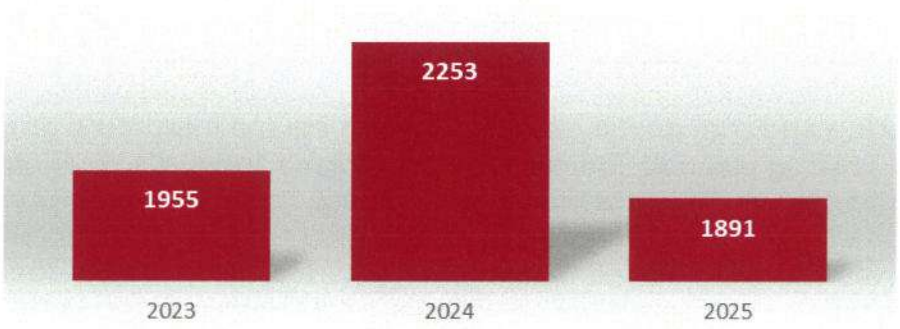
APOIO AO TRABALHADOR

A Unidade de Apoio ao Trabalhador (UAT), em cumprimento do quadro legal e alinhado com o Plano Nacional de Saúde Ocupacional, desenvolve um trabalho multidisciplinar e holístico, com o propósito de assegurar a segurança e saúde dos trabalhadores.

MEDICINA DO TRABALHO

Foram realizadas cerca de menos 30% das consultas face ao ano anterior. A redução temporária da atividade está associada a um processo de transição e reorganização da equipa médica, que impactou a disponibilidade para consultas durante parte do período.

Gráfico 5 - Consultas de Medicina do Trabalho



Fonte: Workmed

LIMITAÇÕES PARA O TRABALHO

No que concerne à limitação para o trabalho, da consulta de medicina do trabalho resultaram: a emissão de 402 aptidões condicionadas e 22 inaptidões temporárias (5,2% do total de limitações).

Do total de 1 891 consultas de medicina do trabalho realizadas em 2025, resultaram 22,4% de fichas de aptidão com alteração da aptidão para o trabalho, menos cerca de um por cento, face ao ano anterior.

PROGRAMA (RE)INTEGRAR

Durante o ano de 2025, o (re)integrar manteve a sua intervenção centrada no acompanhamento de trabalhadores com alterações no desempenho ocupacional por questões de saúde.

Ao longo do ano, foram identificados 624 trabalhadores com necessidade de acompanhamento no programa (re)integrar. Sendo que 39,4% (246) encontram-se adaptados à função, 34,1% (213) possuem função adaptada, 8,0% (50) encontram-se em monitorização, 4,6% (29) obtiveram parecer para reintegração profissional, tendo sido encaminhados para UGRH e 13,8% (86) permanecem em avaliação por escassez de recursos, condicionando não só o ritmo dos processos de avaliação, reavaliação, intervenção, reintegração, como também o foco numa atuação mais preventiva.

No âmbito da prescrição de produtos de apoio, observou-se um aumento significativo face ao ano anterior. Em 2025 foram atribuídos 36 produtos de apoio, comparativamente aos 9 atribuídos em 2024.

PSICOLOGIA LABORAL

Em 2025, a área de Psicologia realizou 2 755 consultas, abrangendo 189 trabalhadores, incluindo 24 consultas preventivas entretanto suspensas para reavaliação. Os principais motivos de procura foram dificuldades relacionais, problemas em contexto laboral e adaptação a doença física, destacando-se sintomas depressivos, ansiosos e de burnout.

Após o acidente do Elevador da Glória, a equipa integrou o grupo de gestão de crise, prestando intervenção psicológica imediata a vítimas, familiares e colegas, em formatos individual e grupal.

Na vertente multidisciplinar, a Psicologia participou no projeto de caracterização de trabalhadores com deficiência e incapacidade, contribuindo para o guião e para a realização das entrevistas.

APOIO SOCIAL

Quadro 24 - Benefícios Sociais

Benefícios	2023		2024		2025		Var. 2025/2024	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Subs. não Reembolsáveis	1	250,00 €	0	- €	0	- €	0	0,00 €
Subs. Reembolsáveis	203	168 389,69 €	64	79 173 €	115	181 683,41 €	51	102 510,41 €
Subs. de Compl. Medicamentos	197	7 817,02 €	206	6 318 €	176	4 865 €	-30	-1 453,09 €
Subs. de Proteção Infantil	4 089	402 416,79 €	3 692	328 661 €	2 923	258 409 €	-769	-70 251,87 €
Subs. Freq. Ensino Básico	272	8 496,94 €	85	2 924 €	102	3 872 €	17	947,44 €
Subs. de Formação Complementar	0	- €	0	- €	0	- €	0	0,00 €
Complemento de Pensão Mínima	602	136 234,94 €	630	157 512 €	535	161 568 €	-95	4 056,63 €
Sub. Freq. Atividades Férias	0	- €	0	- €	0	- €	0	0,00 €
Total	**5 364**	**723 605,38 €**	**4 677**	**574 588,33 €**	**3 851**	**610 397,85 €**	**-826**	**35 809,52**
Valor médio		**134,90 €**		**122,85 €**		**158,50 €**		**-43,4 €**

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP e Direção de Recursos Humanos – Núcleo de Apoio Social

Entre 2024 e 2025 verificou-se um aumento significativo da atividade do Apoio Social. Os atendimentos cresceram 48% e o número de subsídios atribuídos aumentou 80%, com o montante global mais do que duplicado. Registou-se também um número elevado de encaminhamentos, refletindo maior complexidade das situações acompanhadas.

A vulnerabilidade habitacional tornou-se uma preocupação crescente, devido ao agravamento do mercado imobiliário e à dificuldade dos trabalhadores em aceder a soluções adequadas. O serviço respondeu com maior articulação e procura de alternativas, ainda que com limitações.

A Equipa de Serviço Social integrou o Grupo de Gestão de Crise após o acidente do Elevador da Glória, prestando apoio direto às vítimas e às famílias.

Nos apoios específicos, verificou-se a diminuição do Subsídio de Proteção Infantil, o aumento do montante no Complemento de Pensão Mínima e o crescimento do Subsídio de Frequência no Ensino Básico, associado a maior divulgação.

No conjunto, 2025 revela um reforço claro do papel e impacto do Apoio Social na resposta às necessidades dos trabalhadores.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A atividade formativa registou um forte aumento em 2024, com um novo máximo 123 568 horas de formação (+ 50%), e de 21 659 participantes (+ 133 %).

Este acréscimo deveu-se principalmente à forte dinamização da plataforma formativa (UNU), que atingiu as 55 037 horas de formação em e-learning (+ 120 %), o que representa 44,5% do total de horas de formação. No e-learning, é importante destacar os três cursos obrigatórios de Ética + Política de tratamento e proteção de dados pessoais + Segurança e Saúde no Trabalho, que, no seu conjunto, foram frequentados por 9 323 participantes, representando 37 006 horas de formação.

Quadro 25 - Tipologia de Formação

Formação	2023				2024				2025			
	Nº Partic.	Nº Ações	Nº Horas	Custos	Nº Partic.	Nº Ações	Nº Horas	Custos	Nº Partic.	Nº Ações	Nº Horas	Custos
Interna	8 779	470	70 656	266 815 €	20 994	538	109 869	214 850,0 €	25 825	669	108 139	286 415,4 €
Externa Nacional	450	212	10024	105 844 €	579	254	12 163	76 798,0 €	392	205	6589	25 295,1 €
Externa Estrangeiro	57	30	1337	28 343 €	50	35	1 090	3 600,0 €	22	19	559	8 146,5 €
Externa Total	507	242	11 361	134 187 €	629	289	13 253	80 398,0 €	414	224	7 148	33 441,6 €
Autoformação-Estatuto Trabalhador Estudante	20	20	294		36	36	536	0,0 €	20	20	338	0,0 €
Total	9 306	732	82 312	401 002 €	21 659	863	123 658	295 248 €	26 259	913	115 625	319 857 €

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP e dados disponibilizados pelos Serviços

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

Quadro 26 - Estágios Profissionais

Estágios Profissionais	2023	2024	2025	variação 2025/2024
Estagiários/Bolseiros	33	20	4	-16

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

Em 2025 tiveram início quatro estágios profissionais cofinanciados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP), dos quais três enquadrados na Medida +Talento e um no âmbito da Medida Estágios de Inserção. A variação face ao ano de 2024 resulta da aplicação do limite máximo de 20 estágios por entidade/organização, por ano civil, estabelecido pelo IEFP, sendo considerados para este efeito todos os processos ativos, independentemente da data de início, e não apenas os iniciados no próprio ano.

ESTÁGIOS CURRICULARES

Foram aprovados 159 estágios curriculares a iniciar em 2025 cujos pedidos foram geridos pela DIP. A estes acrescem 77 cujos pedidos foram geridos pelos locais de estágio, que os deram a conhecer à DIP.

8. O QUE FAZEMOS

8.1 AÇÃO SOCIAL

A Ação Social é a missão central da Misericórdia de Lisboa. Todos os dias, trabalha para promover o bem-estar das pessoas em todas as etapas da sua vida, prevenindo situações de desigualdade, carência socioeconómica, vulnerabilidade e exclusão social.

A sua intervenção organiza-se em sete grandes áreas: **Infância e Juventude; População 65+; Apoio à Família; População em Risco; Atendimento Social; Apoio à Deficiência; e Acompanhamento Terapêutico.**

Caracterização da Atividade por Áreas e Respostas Sociais

INFÂNCIA E JUVENTUDE

As respostas de proximidade de 1.ª e 2.ª infância - Creche, Creche Familiar e Jardim-de-Infância - asseguram a promoção do bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, em parceria com as famílias e comunidade. Para além do papel pedagógico e educativo, constituem-se também como suporte às famílias mais vulneráveis, no reforço da parentalidade e conciliação da vida familiar com a vida profissional/laboral.

CRIANÇAS E JOVENS

CRECHE, CRECHE FAMILIAR E JARDIM DE INFÂNCIA

Quadro 27 - Infância e Juventude

AÇÃO SOCIAL - Crianças e Jovens	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Crianças em Creche e Creche Familiar	2 617	2 789	**2 840**	2%
Crianças em Jardim-de-Infância	440	330	**396**	20%
Crianças e Jovens em Atividades Socioeducativas e Culturais	367	429	**432**	1%

Em 2025 estiveram em funcionamento 26 Creches, 3 Creches Familiares e 7 Jardins de Infância. Frequentaram as creches e creches familiares **2 840** crianças, o que representa um acréscimo de 2% face a 2024. Este acréscimo deveu-se a um aumento da capacidade em creche. Na resposta de jardim de infância a SCML aumentou e ajustou a capacidade da resposta com a abertura de 3 salas em territórios com elevada procura, indo ao encontro das necessidades identificadas.

BABYSITTING

O *Babysitting Social* é uma resposta atípica de apoio à família, que presta serviços de acompanhamento e de cuidados individuais a crianças dos 3 meses aos 12 anos, apoiando famílias que não possuem rede social de suporte e que apresentem horários formativos ou laborais atípicos. Funciona sete dias por semana/24 horas por dia.

Ao longo do ano o Babysitting Social deu resposta a **54** crianças, mais onze que em 2024.

ANIMAÇÃO SOCIOEDUCATIVA E CULTURAL

A Animação Socioeducativa e Cultural, distribuída por **7** equipamentos, é uma resposta direcionada a pré-adolescentes e jovens. Procurando colmatar as necessidades e interesses dos jovens, das famílias e da própria comunidade, a natureza comunitária em que esta resposta se enquadra favorece a promoção do desenvolvimento pessoal e social dos jovens, numa perspetiva de complementaridade com o sistema educativo formal (escola) e não formal (família e comunidade), capacitando para o exercício de uma cidadania ativa e empreendedora, prevenindo a exposição a fatores e comportamentos de risco.

Embora em 2025 se tenha verificado uma diminuição no número de jovens admitidos face a 2024, a frequência da resposta manteve-se estável, abrangendo **432** utentes. Este resultado deve-se ao facto de os jovens já inscritos terem continuado a frequentar regularmente esta valência, garantindo assim a sua continuidade e consistência.

APOIAR EM AGOSTO

O Programa Apoiar em agosto insere-se no âmbito da proteção à infância e à família, com o objetivo de apoiar crianças em situação de risco/vulnerabilidade, bem como famílias inseridas no mercado de trabalho ou em percurso formativo e que não possuem rede social de suporte no período de encerramento dos estabelecimentos de infância.

O Programa foi objeto de reorganização, numa ótica de maior eficiência na gestão de recursos humanos, materiais e financeiros, funcionando em quatro polos e abrangendo um total de **184** crianças.

CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA

RESIDÊNCIAS DE AUTONOMIZAÇÃO E INCLUSÃO

As 5 Residências de Autonomização e Inclusão (RAI) são uma resposta de alojamento que funcionam em apartamento e têm por objetivo viabilizar projetos pessoais de autonomia. Estão direcionadas a jovens adultos, na faixa etária entre os 18 e os 25 anos, com comprometimento cognitivo ligeiro, funcionalmente competentes para viver em apartamento e que, mediante apoio, têm capacidade para viver de forma autónoma. Em 2025, esta resposta integrou **13** jovens diferentes.

As Residências integram também uma Equipa Móvel, com resposta de acompanhamento da transição dos jovens saídos das Residências para a comunidade. Este acompanhamento abrange todos os contextos de vida dos jovens (inserção no mercado de trabalho, saúde, gestão financeira, mediação na coabitação e em algumas situações na mediação junto dos familiares). No ano de 2025 foram acompanhados 13 jovens.

No conjunto das duas valências, as RAI deram resposta a **20** jovens. A transição para a comunidade, apoiada por um suporte ajustado às necessidades individuais, tem permitido uma maior aproximação a contextos socialmente integrados, revelando-se, na maioria das situações, promotora do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e laborais.

CENTRO DE CAPACITAÇÃO D. CARLOS I – RESIDÊNCIA AUTÓNOMA, CONSULTAS PSIQUIATRIA E EQUIPA MÓVEL

O Centro de Capacitação D. Carlos I integra uma Residência Autónoma para jovens com Deficiência Intelectual, em fase de transição para a vida adulta, Consulta de Pedopsiquiatria e Equipa Móvel com resposta multidimensional (deficiência física e intelectual, saúde mental da infância e adolescência), estas últimas dão resposta aos vários equipamentos da área de Infância e Juventude.

A Residência Autónoma distingue-se das demais pelo facto de garantir um acompanhamento em permanência por uma equipa especializada na área da multideficiência. Beneficiaram desta resposta **9** jovens ao longo do ano. Sublinha-se o trabalho de consolidação dos percursos de formação e empregabilidade dos jovens, em articulação estreita com entidades parceiras. Quanto à equipa móvel destaca-se o aumento do número de crianças/jovens sinalizadas em acompanhamento (+12%).

CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO

A intervenção da SCML no âmbito da promoção dos direitos e proteção das crianças/jovens em perigo é transversal a vários serviços, nos diferentes níveis de intervenção, sendo realizada através das Equipas do Atendimento Social, Equipas de Intervenção e Capacitação Familiar, rede de equipamentos de Acolhimento Residencial, Equipas de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar e respostas de Autonomia. Em matéria de Assessoria

Técnica do Tribunal, as atribuições são cumpridas por equipas a funcionar em Lisboa e noutros 6 concelhos da NUT III, quer no âmbito da Promoção e Proteção quer no âmbito Tutelar Cível.

Quadro 28 - Crianças e Jovens em Situação de Perigo

AÇÃO SOCIAL - Crianças/Jovens em risco	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Crianças e Jovens em Casas de Acolhimento	357	322	**292**	-9%
Jovens em Apartamentos de Autonomização e Residências de Autonomização e Inclusão*	114	116	**121**	4%
Crianças Integradas em Acolhimento Familiar	105	102	**108**	6%
Crianças Integradas em pré-adoção no ano	79	84	**63**	-25%
Famílias Acompanhadas pelas Equipas de Intervenção e Capacitação Familiar	817	746	**751**	1%
Jovens Acompanhados pela Equipa de Integração Comunitária (Jovens com Medida de Apoio para Autonomia de Vida)	176	199	**235**	18%
Crianças/Jovens acompanhadas pelas equipas de Assessoria ao Tribunal - Promoção e Proteção	4 022	5 212	**6 563**	26%
Crianças /Jovens abrangidos pela intervenção das equipas de Assessoria ao Tribunal - Tutela Cível	3 628	1 840	**1 081**	-41%

(*) O Indicador integra as respostas: Apart. Autonomização, Apart. Pré-Aotonimia, Casa Autonomia e Supervisão Intensiva, Apart. Pré-autonomia Migrantes e Resid. Autonomização e Inclusão.

ADOÇÃO, ACOLHIMENTO FAMILIAR E APADRINHAMENTO CIVIL

Foram integradas em famílias adotantes e em período de pré-adoção **63** crianças, menos 25% do que no ano anterior, encontrando-se no final do ano **86** crianças em situação de adotabilidade, mais 6% face a 2024.

O Acolhimento Familiar continua a ser a resposta privilegiada para uma progressiva desinstitucionalização (sobretudo das crianças mais novas) em detrimento de medidas de acolhimento residencial. No final do ano estavam integradas em Acolhimento Familiar 108 crianças, das quais 28 foram colocadas em 2025.

No ano em apreço foram habilitados 8 padrinhos civis e estiveram 37 crianças em processo de apadrinhamento civil, das quais 5 crianças foram apadrinhadas.

GESTÃO DE VAGAS

A SCML assume a gestão de vagas do Sistema de Acolhimento de Emergência do Distrito de Lisboa, efetuando as diligências necessárias para a admissão de crianças/jovens, em toda a Rede de Acolhimento Residencial Distrital, incluindo a rede de respostas de acolhimento de administração direta.

Foi registada uma diminuição no número total de pedidos de admissão (-24%) e no número total de admissões concretizadas (-27%), bem como no número de admissões efetivas na SCML (-22%) face a 2024. Um fator explicativo para a diminuição nos indicadores em análise, foi o desvio registado no ano anterior inflacionado pelo acolhimento de emergência de 163 jovens estrangeiros não acompanhados. O número total de admissões programadas aumentou (53%) face a 2024.

Do total de **304** admissões, 222 correspondem a admissões em emergência e 84 a programadas (das admissões programadas grande parte são realizadas em Acolhimento Familiar). No global foram diligenciadas 116 Admissões na SCML e 188 pela EGV em toda a Rede de Acolhimento Residencial Distrital.

CASAS DE ACOLHIMENTO

O acolhimento residencial tem como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promotor da sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Em 2025 passaram pelas **16** Casas de Acolhimento **292** crianças e jovens. O total de saídas (96) superou o número total de admissões. Os fatores que impactaram estes resultados foi a complementaridade da diversidade das respostas do Acolhimento Familiar, de autonomia, bem como, na intervenção das equipas de primeira linha.

CENTRO DE CAPACITAÇÃO

O Centro de Capacitação de Alvalade (CCA) dá resposta a necessidades de intervenção não apenas de crianças com medida de acolhimento, mas também a necessidades de famílias em meio natural de vida, assumindo uma perspetiva abrangente de ação, quer no âmbito da prevenção e da intervenção no perigo, quer numa intervenção face a problemáticas específicas. Para além de uma resposta de acolhimento residencial, integra uma Equipa de Capacitação e Promoção do Relacionamento Familiar, que desenvolve a sua atividade no âmbito da capacitação familiar e promoção da parentalidade e na execução de medidas de Acolhimento Familiar e Cíveis.

O CCA tem como objetivos promover uma coparentalidade focada no bem-estar emocional das crianças, no aumento da coparentalidade positiva e cooperante e na redução da coparentalidade conflituosa. Em 2025 acompanhou **47** crianças, registando um crescimento de +12% face a 2024, e 29 adultos.

O Centro de Capacitação da Boavista (CCB) foi criado tendo como referência o Programa Nacional para a Qualificação do Sistema de Acolhimento de Crianças e Jovens. Baseou-se no pressuposto da desinstitucionalização e na priorização de respostas em contexto familiar, comunitário e de capacitação para autonomia. Integra três valências: O Apartamento de Pré-Autonomia, que realiza uma intervenção intensiva nas múltiplas dimensões da autonomia; O Centro de Recursos Terapêuticos, que centra a intervenção no trabalho experiencial individual e em grupo e a Equipa de Capacitação e Promoção do Relacionamento Familiar que promove uma linha de intervenção com adolescentes desafiantes e suas famílias.

No Centro de Recursos Terapêuticos do CCB foram desenvolvidos três projetos: o Projeto Leme, Projeto Navegar a Adolescência e o Projeto Mapas, abrangendo um total de **119** pessoas. A Equipa de Capacitação e Promoção do Relacionamento Familiar, abrangeu **54** famílias, em meio natural de vida, com atuação no NIJ Sintra e Amadora, para além da cidade de Lisboa.

RESPOSTA DE AUTONOMIA

As respostas de autonomia, direcionadas a jovens, são desenvolvidas em espaços habitacionais com acompanhamento de equipas especializadas e destinam-se a preparar os jovens para a vida ativa.

Os Apartamentos de Autonomização, são uma resposta social para jovens na faixa etária entre os 15 e os 25 anos, provenientes de Casas de Acolhimento ou com Medida de Promoção e Proteção de Apoio para Autonomia de Vida, visando a promoção de competências pessoais no âmbito da autonomia de jovens. Em 2025 abriu o Apartamento de Pré-Autonomia, com capacidade para 7 jovens no CC da Boavista.

O Apartamento de Pré-Autonomia para Migrantes (APAM), com capacidade para acolher 6 jovens, funciona desde 2021. Tem como objetivo o apoio à autonomização de Jovens Estrangeiros Não Acompanhados, e requerentes de asilo e/ou refugiados, que chegam a Portugal ao abrigo do Programa de Recolocação Voluntária de Menores Não Acompanhados. A APAM integra também uma Equipa Móvel.

A Equipa de Integração Comunitária (EIC) acompanha e apoia a transição para a vida adulta de jovens entre os 16 e os 25 anos, em risco ou perigo, com Medida de Apoio para a Autonomia de Vida (na comunidade), assegurando a execução dos atos materiais.

Os **17** Apartamentos de Autonomização deram resposta a **69** jovens, o Apartamento de Pré-Autonomia integrou **7** jovens, o Apartamento de Pré-Autonomia para Migrantes (APAM) acolheu **14** jovens, dos quais 4 na Equipa Móvel. A Equipa de Integração Comunitária (EIC) acompanhou **235** jovens diferentes, destes, 23 autonomizaram-se.

CASA DE AUTONOMIA E SUPERVISÃO INTENSIVA (CASI)

A CASI destina-se a jovens que terminaram medidas de internamento (Centros Educativos, Lares Especializados, Comunidades Terapêuticas), relativamente aos quais estão contraindicadas as respostas tradicionais de acolhimento residencial, atendendo a que ainda revelam acentuadas dificuldades de integração social. O CASI garante um acompanhamento 24/24 horas numa resposta social tripartida (Supervisão Intensiva, Casa de Autonomia e Equipa Móvel), numa lógica de continuidade do apoio social após permanência em Apartamento de Autonomia.

Não obstante o protocolo entre a SCML e Ministério da Justiça, esta resposta foi utilizada de forma residual por parte daquela entidade. A CASI, concretizou 4 novas admissões, menos 20% relativamente ao ano anterior, tendo beneficiado desta resposta **8** jovens diferentes e mantiveram-se em acompanhamento pela Equipa Móvel **3** jovens.

EQUIPAS DE INTERVENÇÃO E CAPACITAÇÃO FAMILIAR (EICF)

As EICF são uma resposta de intervenção em contexto familiar e de âmbito específico que visa, por um lado, desenvolver uma intervenção reparadora e preventiva da degenerescência de situações de risco e desproteção de crianças/jovens, e por outro garantir a execução dos atos materiais das medidas de promoção e proteção em meio natural de vida, através da capacitação e reforço de competências.

Ao longo do ano foram acompanhadas pelas equipas **751** famílias e **1524** crianças/jovens, registando-se um crescimento do número de crianças e jovens sinalizadas (+22%) e de famílias admitidas (+11%) face ao ano anterior.

ATENDIMENTO - MENORES EM RISCO

As Equipas do Atendimento Social asseguram, na primeira linha, o diagnóstico e acompanhamento de situações que configuram risco ou perigo, com ou sem Processo de Promoção e Proteção (PPP) instaurado. Acompanham também a execução das medidas de promoção

e proteção em meio natural de vida na vertente de ação social, integrando os respetivos acordos de PPP. As equipas procuram, dentro das suas competências, desenvolver um trabalho no sentido de mitigar as situações de risco e/ou perigo para as crianças e jovens dos agregados familiares em acompanhamento, procurando atuar no domínio da prevenção. No entanto, o aumento da complexidade das situações de risco/perigo acompanhadas neste contexto acentuou a necessidade dos serviços se articularem no sentido de garantir uma intervenção mais adequada e especializada, promovendo a passagem destes processos para as Equipas de Intervenção e Capacitação Familiar (EICF), especializadas nesta matéria.

Ao nível do atendimento Social foram acompanhadas **601** famílias e **918** crianças/jovens, verificando-se uma redução considerável do número de crianças e jovens sinalizados/referenciados e de famílias acompanhadas, que traduz o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido neste domínio quer pelas equipas do Atendimento Social e dos Estabelecimentos de Infância e Juventude, com a tónica na prevenção, quer pelas Equipas de Intervenção e Capacitação Familiar.

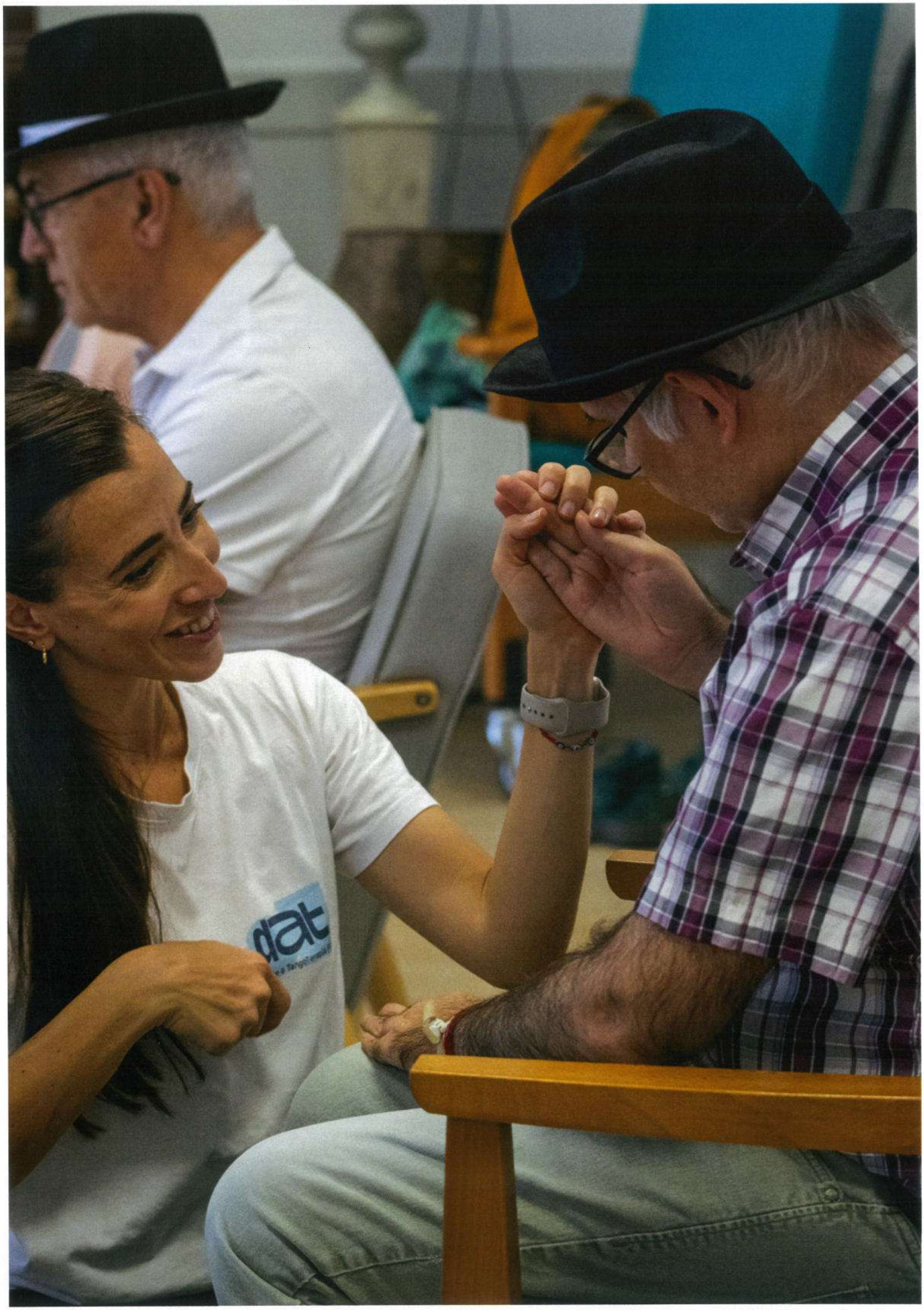
ASSESSORIA AO TRIBUNAL

No âmbito das assessorias ao Tribunal, a **Unidade de Supervisão e Qualificação de Assessoria ao Tribunal** (USQAT) assegura a qualificação e supervisão, em matéria tutelar cível e de Promoção e Proteção das assessorias técnicas ao Tribunal na NUTIII. Integra 7 Núcleos de Infância e Juventude (NIJ), 1 Núcleo de Assessoria Técnica ao Tribunal – Promoção e Proteção (NATT-PP) e 1 Núcleo de Assessoria Técnica ao Tribunal – Tutelar Cível (NATT-TC).

Assessoria e Apoio Técnico ao Tribunal – Promoção e Proteção, presta assessoria técnica nos processos judiciais de Promoção e Proteção que decorrem nos Juízos de Família e Menores. É assegurado ainda o acompanhamento da execução das medidas de promoção dos direitos e de proteção aplicadas, sempre que designada pelo Tribunal, o apoio às crianças/jovens intervenientes em processos judiciais de promoção e proteção, a elaboração de relatórios/informações sociais e a intervenção em audiência/debate judicial, assim como participação nas diligências instrutórias, quando o Juiz assim o determina.

Assessoria ao Tribunal - Tutelar Cível, no âmbito dos Processos Tutelares Cíveis, compete às Assessorias apoiar a instrução dos processos e seus incidentes bem como apoiar as crianças que intervenham nos processos, nomeadamente nas audições judiciais e realizando as Audições Técnicas Especializadas. Compete-lhe também acompanhar a execução das decisões, nos termos previstos no Regime Geral do Processo Tutelar Cível, particularmente, acompanhando a execução do regime estabelecido, quando existe risco de incumprimento da decisão, e supervisionando os convívios entre as crianças/jovens e os seus pais.

As Assessorias técnicas ao Tribunal têm desenvolvido uma lógica de governação integrada, onde todos os parceiros participam e contribuem para a garantia do bem-estar das crianças e dos jovens. Ao longo de 2025 as Assessorias densificaram a sua presença nos diferentes territórios e procuraram ainda aprofundar a articulação com os Magistrados, tendo sido possível estabelecer uma relação progressivamente mais próxima e de confiança. No âmbito da Promoção e Proteção, foram acompanhadas um total de **6 563** crianças/jovens pelas equipas de Assessoria ao Tribunal, verificando-se um crescimento de 26%. Quanto ao Tutelar Cível, foram acompanhadas **1 081** crianças/jovens no ano em análise, traduzindo um decréscimo de 41% face ao ano anterior. Durante o ano continuaram a ser feitas diligências visando a criação do Núcleo de Infância e Juventude na área territorial de Odivelas.


dat

PESSOAS MAIS VELHAS

O apoio às pessoas mais velhas desenvolve-se sobretudo nas respostas de apoio domiciliário, centros de dia e estruturas residenciais.

Quadro 29 - Pessoas +65

AÇÃO SOCIAL - Pessoas mais Velhas	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Utentes em Centros de Dia	1 347	1 412	**1 306**	-8%
Utentes com Apoio Domiciliário	2 501	2 370	**2 264**	-4%
Utentes acompanhados pelas Equipas de Apoio a Idosos	3 112	3 198	**3 307**	3%
Utentes em Estruturas Residenciais para Idosos	513	520	**486**	-7%
Utentes em Estruturas Residenciais Assistidas para Idosos	70	75	**61**	-19%
Utentes em Estrutura Residencial Temporária pós-hospitalar (ERT de Sant'Ana)	5	70	**66**	-6%
Beneficiários com Teleassistência	650	554	**649**	17%
Processos Acompanhados em ERPI privadas	1 215	1 276	**1 035**	-19%

CENTRO DE DIA

O centro de dia é uma resposta aberta à comunidade onde se prestam serviços e desenvolvem atividades de carater sociocultural e terapêutico, tendo em vista a promoção da autonomia, a prevenção da dependência e a permanência da pessoa no seu meio natural de vida.

Frequentaram os **18** equipamentos ao longo do ano **1 306** utentes diferentes, verificando-se um decréscimo no número de utentes diferentes (-8%) no ano.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) consiste na prestação de cuidados individualizados no domicílio a pessoas que, temporária ou permanentemente, se encontrem numa situação de incapacidade física e/ou psíquica que impossibilite a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades de vida diária. Tem como principais objetivos combater o isolamento, prevenir o agravamento da dependência, evitar ou retardar a institucionalização e contribuir para uma melhor qualidade de vida na comunidade. Mantém-se a tendência de redução do número de beneficiários de apoio domiciliário. Em 2025 registaram-se menos 106 utentes diferentes face ao ano anterior, tendo sido abrangidas **2 264** pessoas.

EQUIPAS DE APOIO A IDOSOS

As Equipas de Apoio a Idosos (EAI) são equipas interdisciplinares de âmbito misto, integradas na Ação Social de Proximidade, constituídas por três técnicos, Assistente Social, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional e um Auxiliar de Geriatria e Apoio à Comunidade. Estas equipas têm como objetivo avaliar e responder, de forma célere e atempada às situações urgentes de risco/perigo de cidadãos com mais de 65 anos, isolados, em situação de vulnerabilidade. As oito equipas, atualmente em funcionamento, cobrem todo o território da cidade de Lisboa em estreita articulação com as equipas responsáveis pelo atendimento social, tendo respondido a **3 307** utentes diferentes em 2025, o que significa um acréscimo de 3% face ao ano anterior.

ESTRUTURAS RESIDENCIAIS TEMPORÁRIAS, PERMANENTES E ASSISTIDAS PARA IDOSOS

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) consiste numa resposta social, desenvolvida em equipamento de alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, destinada a apoiar pessoas em diferentes situações de vulnerabilidade social e graus de autonomia, que não tenham condições para assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária (AVD´s). O modelo de intervenção adotado é Centrado na Pessoa, procurando ancorar uma relação de cuidado humanizada. No que respeita à atividade da ERPI permanente, bem como a dos lugares temporários, o número de utentes diferentes decresceu face ao ano anterior.

Apesar de ser dada prioridade à permanência dos utentes em contexto domiciliário, a procura por esta resposta mantém-se muito elevada. Nas **8** estruturas residenciais permanentes foram integrados ao longo do ano **486** utentes diferentes, destes, **59** em lugares temporários, maioritariamente em contexto de descanso do cuidador.

As **ERPI** Assistidas são destinadas a pessoas com 65 e mais anos, autónomas nas suas decisões, sendo assegurado pela SCML todo o apoio necessário nas atividades da vida diária dos utentes, bem como na integração destes na comunidade. É uma resposta com uma filosofia de gestão colaborativa. Esta resposta social é assegurada em apartamentos e/ou moradias com quartos individuais ou duplos e espaços de utilização comum, tendo beneficiado desta resposta **61** utentes em 2025.

ESTRUTURA RESIDENCIAL TEMPORÁRIA PÓS-HOSPITALAR

No último trimestre de 2023 foi criada uma resposta, Residência temporária pós-hospitalar, que decorre do Protocolo de Cooperação entre a SCML, o Instituto da Segurança Social, I.P., a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. e a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, I.P. Estão protocoladas 27 vagas, estas destinadas a pessoas adultas que tendo Alta Clínica permanecem nos hospitais por motivos sociais.

Foram realizadas **120** avaliações em meio hospitalar, contudo muitas não reuniam os critérios para admissão na Residência. Usufruíram da resposta ao longo do ano **66** pessoas diferentes.

PROGRAMA PILAR

O Programa PILAR tem como principal objetivo garantir o acompanhamento dos residentes integrados em ERPI (privadas ou IPSS), cuja intervenção é da competência da SCML, assegurando que lhes são conferidos cuidados de qualidade e disponibilizados todos os serviços necessários.

O PILAR acompanhou **1 035** pessoas, menos 19% face a 2024, em 114 ERPI distribuídas geograficamente, na sua maioria sitas no distrito de Lisboa.

TELEASSISTÊNCIA

O Serviço de Teleassistência (disponível 365 dias por ano, 24 horas por dia) é um serviço de proximidade, complementar a outras respostas sociais da SCML, cujos destinatários são os utentes de Centro de Dia, de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e ainda pessoas sinalizadas pela Unidade de Promoção do Voluntariado (UPV). Visa promover a segurança e a autonomia das pessoas em situação de isolamento, dependência e/ou incapacidade, contribuindo para a diminuição da solidão e para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar. É ainda um serviço que se constitui como uma resposta imediata em emergência, com encaminhamento para os serviços competentes.

Durante o ano de 2025, foram atendidas 14.807 chamadas telefónicas (+81%) e beneficiaram do serviço **649** utentes (+17%), traduzindo um aumento da atividade, sobretudo ao nível de novos inscritos.

O serviço de Teleassistência registou em 2025 uma alteração estrutural, ao receber a equipa de profissionais do Contact Center, até aqui na dependência do Departamento de Jogos e um reforço de meios: a equipa foi reforçada com profissionais qualificados e foi terminado o concurso para aquisição de uma nova solução tecnológica de TA, mais eficiente. Trata-se de um dispositivo de utilização simples que permite, além do acionamento do alarme, gerar um alerta em caso de queda e, se necessário, localizar geograficamente o utilizador.

PÚBLICOS VULNERÁVEIS

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO/VULNERABILIDADE

Quadro 30 - Públicos Vulneráveis

AÇÃO SOCIAL - Públicos Vulneráveis	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Utentes Atendidos no Atendimento de Emergência	3 893	3 585	**3 335**	-7%
Utentes em Alojamento de Emergência e Temporário**	481	551	**616**	12%
Utentes em Acolhimento de Emergência e Temporário de Mulheres vítimas de Violência Doméstica	36	38	**27**	-29%
Utentes nas casas de Transição	27	28	**27**	-4%
Utentes do refeitório Social	1 271	1 323	**1 125**	-15%
Requerentes de Proteção Internacional acompanhados	783	817	**712**	-13%

(**) O indicador integra o alojamento noturno, incluindo alojamento para mulheres com filhos.

ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

A Unidade de Emergência (UE) garante o atendimento e acompanhamento de pessoas e/ou famílias, nacionais ou estrangeiras, em situação de sem-teto ou domicílio instável, em risco social grave, garantindo-lhes as condições básicas de subsistência, para além da definição de planos de intervenção que visam o desenvolvimento de competências.

No Atendimento de Emergência, foram realizados 15 097 atendimentos e atendidos **3 335** utentes diferentes, verificando-se uma descida de 7% face ao ano transato. Do total de atendidos, 1 428 são cidadãos estrangeiros, menos 14% do que em 2024, redução influenciada por alterações legislativas e o trabalho das entidades do NPISA, que permitiu autonomizar casos sem recurso direto à SCML.

Esta equipa apoia também os requerentes de Proteção Internacional, que se encontram em fase de recurso e os recolocados que aguardam decisão de não admissibilidade do pedido de autorização de residência por parte da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). No presente ano, a equipa interveio junto de **712** requerentes e beneficiários de proteção internacional, correspondendo a uma diminuição de 13%, face a 2024, associada ao novo protocolo com o ISS e à redistribuição nacional promovida pela AIMA.

No âmbito da população sem-abrigo, a SCML integra o NPISA (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo) de Lisboa. Trata-se de uma parceria interinstitucional, que envolve entidades públicas e privadas com intervenção direta ou indireta com a população em situação de sem-abrigo. Surgiu em janeiro de 2015 com o fim de reorganizar e congregar a rede de equipamentos e recursos existentes em Lisboa e de forma a aplicar o modelo de intervenção integrada preconizado pela ENIPSSA. Este foi o primeiro produto da Rede Social de Lisboa, contando em 2025 com **37** entidades parceiras.

A SCML assegura de forma assídua a presença nos diferentes grupos de trabalho, tais como, monitorização, saúde, equipas de rua e núcleo executivo. No âmbito da monitorização é de salientar o papel da SCML a par com a CML na recolha e análise de dados solicitados anualmente pela ENIPSSA no âmbito do Inquérito de caracterização deste grupo populacional. Destaca-se igualmente o enquadramento e coordenação da bolsa de gestores de caso (20) das entidades parceiras do NPISA, que no seu conjunto acompanham um total de **374** utentes.

CENTRO DE ALOJAMENTO NOTURNO, LUGARES DE EMERGÊNCIA E LUGARES TEMPORÁRIOS

Os Centros de Acolhimento Temporário e de Emergência asseguram alojamento a pessoas adultas em situação de sem-abrigo ou domicílio instável, proporcionando ainda o acesso a cuidados de higiene diária e alimentação, salvaguardando as necessidades básicas de subsistência. A intervenção centra-se no treino e aquisição de competências sociais com vista à inclusão social.

Num dos centros é também assegurada resposta a mulheres com filhos em situação de vulnerabilidade social, salvaguardando necessidades básicas ao nível do alojamento e alimentação, proporcionando simultaneamente um ambiente securizante e apoio na reorganização da vida familiar.

No final de 2024, foi inaugurado o Centro de Alojamento Temporário do Grilo, resposta inovadora na intervenção junto das pessoas em situação de sem-teto pela primeira vez, com o objetivo de promover a reinserção em sociedade da forma mais célere possível, tratando-se de pessoas que não conseguem encontrar uma solução habitacional apesar de auferirem rendimentos por via do trabalho ou frequência de formação profissional.

Em março de 2025 abriu um novo CAT, o Centro de Alojamento Temporário da Saudade.

No global, foi proporcionado alojamento temporário e de emergência a **616** pessoas diferentes, o que corresponde a um aumento de 11%.

Nos Centros de Alojamento CATMA, CASA e CAT Saudade foram acolhidas **282** pessoas diferentes em alojamento temporário (registando-se 249 admissões e 214 saídas), no alojamento de emergência, foram atendidas **269** pessoas, maioritariamente no CATMA, enquanto as admissões no CAT Saudade decorreram exclusivamente de sinalizações da AIMA ao abrigo do contrato de acolhimento de requerentes e beneficiários de proteção internacional. Adicionalmente, o Centro de Alojamento Temporário do Grilo deu resposta a 37 pessoas e o Centro de Acolhimento Temporário para mulheres com filhos a 35 pessoas.

CENTRO DE APOIO SOCIAL DOS ANJOS (CASA)

REFEITÓRIO

A SCML procura responder às necessidades básicas da população mais carenciada de Lisboa, em particular, à população em situação de sem-abrigo. No Centro Social dos Anjos são disponibilizadas refeições quentes (almoços e jantares) nos 365 dias do ano, bem como o acesso a cuidados de higiene e de saúde.

Em 2025 foram fornecidas **120 513** refeições no refeitório, representando uma média de 330 refeições/dia, -7% face ao ano anterior. Também o número de utentes diferentes registou uma variação negativa de 15%, traduzida em menos 201 pessoas atendidas. Verificou-se igualmente uma diminuição significativa no apoio alimentar a requerentes e beneficiários de proteção internacional, passando de 350 utentes em 2024 para 50 em 2025.

No âmbito dos restantes serviços do CASA, registou-se a utilização do serviço de lavandaria por **96** utentes diferentes, num total de 1 509 utilizações ao longo do ano.

O CASA disponibiliza também um serviço de consultas de psiquiatria aberto a todos os utentes do refeitório e outros que sejam devidamente encaminhados pelos serviços de atendimento social de emergência. Em 2025 foram realizadas 472 consultas de psiquiatria para um total de **134** utentes diferentes.

ATELIER OCUPACIONAL

Os ateliers ocupacionais funcionam em **2** equipamentos da SCML e destinam-se a públicos em situação de exclusão social grave, em particular pessoas com percurso de sem-abrigo, com o objetivo de recuperar rotinas e hábitos de trabalho que lhes permitam autonomizar-se, através da participação em atividades orientadas para o desenvolvimento de competências relacionais e ocupacionais.

Um dos Ateliers Ocupacionais apoiou **57** pessoas com percurso de sem abrigo, em situação de exclusão social grave, encontrando-se o outro Atelier em fase de realização de obras de requalificação, pelo que a atividade deste atelier se encontra temporariamente suspensa.

APOIO A EX-RECLUSOS

CASA DE TRANSIÇÃO

A Casa de Transição é uma resposta residencial, constituída por **2** espaços habitacionais, de apoio à população do sexo masculino que não possui enquadramento habitacional, nem rede de suporte familiar, provenientes de Estabelecimentos Prisionais ou com percurso de institucionalização. Visa a reinserção e integração social, pela otimização do potencial de autonomia, promovendo o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais.

Integraram a Casa **27** utentes, menos 4% face a 2024. No total foram recebidas no presente ano 44 sinalizações com origem em Estabelecimentos Prisionais (22), Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa (2), Hospital Prisional de Caxias (2) e Unidade de Emergência (18).

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

ACOLHIMENTO DE EMERGÊNCIA E TEMPORÁRIO

A SCML proporciona acolhimento temporário e/ou de emergência a mulheres vítimas de violência doméstica (com ou sem filhos) que se encontrem numa situação de vitimização e de risco. Para além do acolhimento, presta apoio jurídico e promove, quer a proteção física e psicológica das vítimas, quer a aquisição de competências pessoais, profissionais e sociais necessárias à reorganização do seu quotidiano.

No ano de 2025, foram apoiadas em acolhimento de emergência e temporário **27** utentes, menos 11 do que no ano anterior. Continua a verificar-se o aumento de sinalizações de grande complexidade com reflexo na morosidade dos projetos de autonomização, bem como, carência de vagas em Casa de Abrigo, disponibilizadas na Plataforma Nacional de Vagas.

PESSOAS COM NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

A SCML promove a qualidade de vida e a integração na comunidade de pessoas com necessidade de acompanhamento terapêutico, em particular a pessoas em carência social, quando desinseridas do seu meio sociofamiliar e em situação de insuficiência económica, prestando informação/formação pertinente, encaminhamento e apoio adequados e acolhimento residencial.

CENTRO DE DIA, APOIO DOMICILIÁRIO E CENTRO DE ACOMPANHAMENTO E VIGILÂNCIA TERAPÊUTICA (CAVT); APARTAMENTOS TERAPÊUTICOS E ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Quadro 31 - Acompanhamento Terapêutico

AÇÃO SOCIAL - Pessoas em Acompanhamento Terapêutico	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Utentes em Apartamentos terapeuticamente assistidos	107	114	**101**	-11%
Utentes em Acolhimento Residencial	60	59	**53**	-10%
Utentes de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário	152	141	**152**	8%

As respostas de Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Centro de Acompanhamento e Vigilância Terapêutica, integram um conjunto de atividades com vista à satisfação das necessidades básicas dos utentes e a sua adesão terapêutica, sendo garantido o fornecimento de medicação e a vigilância na prevenção e tratamento de patologias várias, em articulação com os serviços clínicos e sociais, bem como o apoio no domicílio em situações de doença, deficiência ou outro impedimento. No Centro de Dia e Apoio Domiciliário foram acompanhados **152** utentes em 2025, mais 8% do que no ano anterior.

Os Apartamentos Terapeuticamente Assistidos (ATA) são uma resposta social integrada destinada ao acolhimento, atendimento, acompanhamento e prestação de cuidados a pessoas carenciadas, com necessidades de acompanhamento terapêutico, que se encontrem isoladas e/ou em situação social, familiar e económica precária, visando a adesão terapêutica e a sua integração social e profissional, tendo sido acompanhados **101** utentes em 2025, menos 11% do que no ano anterior, explicado pela diminuição da capacidade nesta resposta.

O Acolhimento Residencial destina-se a pessoas com necessidades de acompanhamento terapêutico e que se encontrem em situação social, económica e familiar precária, e em situação de dependência total ou parcial. Esta resposta tem como principal objetivo satisfazer as necessidades básicas dos utentes e, em 2025, estiveram integrados **53** utentes no acolhimento residencial.

APOIO À DEFICIÊNCIA

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A SCML, baseando-se nos princípios da cidadania plena, procura proteger e promover os direitos das pessoas com deficiência, assegurando o respeito pela sua dignidade, personalidade e participação no processo individual. São assegurados o acolhimento residencial, a prestação de cuidados de saúde, psicossociais e de reabilitação a pessoas com Dificuldade Intelectual e do Desenvolvimento (DID)/Multideficiência e a pessoas com cegueira/baixa visão.

Quadro 32 - Pessoas com Deficiência

AÇÃO SOCIAL - Pessoas com Deficiência	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Utentes em Lares Residenciais	65	59	**56**	-5%
Utentes em Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão (CACI)	64	62	**61**	-2%
Pessoas com Cegueira ou Baixa Visão em Reabilitação	71	79	**60**	-24%
Utentes que receberam Produtos de Apoio por empréstimo	1 120	1 008	**914**	-9%
Utentes em CACI - Centro Reabilitação Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian	55	58	**58**	0%
Utentes em Reabilitação - Centro Reabilitação Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian	954	1 168	**1 075**	-8%
Utentes em Intervenção Precoce - Centro Reabilitação Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian	314	333	**295**	-11%

ADULTOS COM DEFICIÊNCIA

LAR RESIDENCIAL – DIFICULDADE INTELECTUAL DO DESENVOLVIMENTO/MULTIDEFICIÊNCIA

Os **2** Lares Residenciais destinam-se ao acolhimento de média/longa duração de pessoas com dificuldade intelectual do desenvolvimento (DID)/ Multideficiência, com idade igual ou superior a 18 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar, com vista à garantia e promoção dos seus direitos. Em 2025, acolheram **56** utentes diferentes.

A estratégia de intervenção procura reforçar a autoestima, a autonomia pessoal e social, privilegiando a interação com a família e a comunidade com vista à promoção do bem-estar e qualidade de vida ajustados às necessidades dos residentes.

LAR RESIDENCIAL E REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM CEGUEIRA OU BAIXA VISÃO

No âmbito da intervenção com pessoas com cegueira ou baixa visão, a SCML integra **2** respostas sociais de âmbito nacional e PALOP: o Lar Residencial Branco Rodrigues (LBR) e o Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos (CRNSA).

Em 2025, foram acolhidos 16 utentes em regime residencial, no LBR. No decorrer do ano, o equipamento foi objeto de requalificação, passando a designar-se Residência Branco Rodrigues. No CRNSA, foram abrangidos, nas diferentes respostas, **60** utentes diferentes, menos 19 do que no ano anterior. Esta diminuição resulta, por um lado, da reestruturação ocorrida no equipamento, e, por outro, da permanência de alguns utentes no equipamento para além do período máximo previsto (6 meses) para a conclusão do respetivo programa de reabilitação.

CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO (CACI)

O Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) é uma resposta social, destinada a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, que visa a valorização pessoal e a integração social de pessoas com dificuldade intelectual e do desenvolvimento/multideficiência.

Ao longo de 2025 frequentaram o equipamento **61** utentes diferentes, não se registando variações significativas no último triénio.

CENTRO DE REABILITAÇÃO E PARALISIA CEREBRAL CALOUSTE GULBENKIAN (CRPCCG) – CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO (CACI), REABILITAÇÃO E INTERVENÇÃO PRECOCE

O Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian (CRPCCG) tem como missão habilitar e reabilitar a pessoa com Paralisia Cerebral ou outras situações neuromotoras afins, em contexto de equipa multidisciplinar fomentando a sua participação ativa, a dos seus familiares e/ou cuidadores nos diferentes contextos da comunidade, promovendo uma intervenção junto desta população nas áreas da Saúde, Social e Educação.

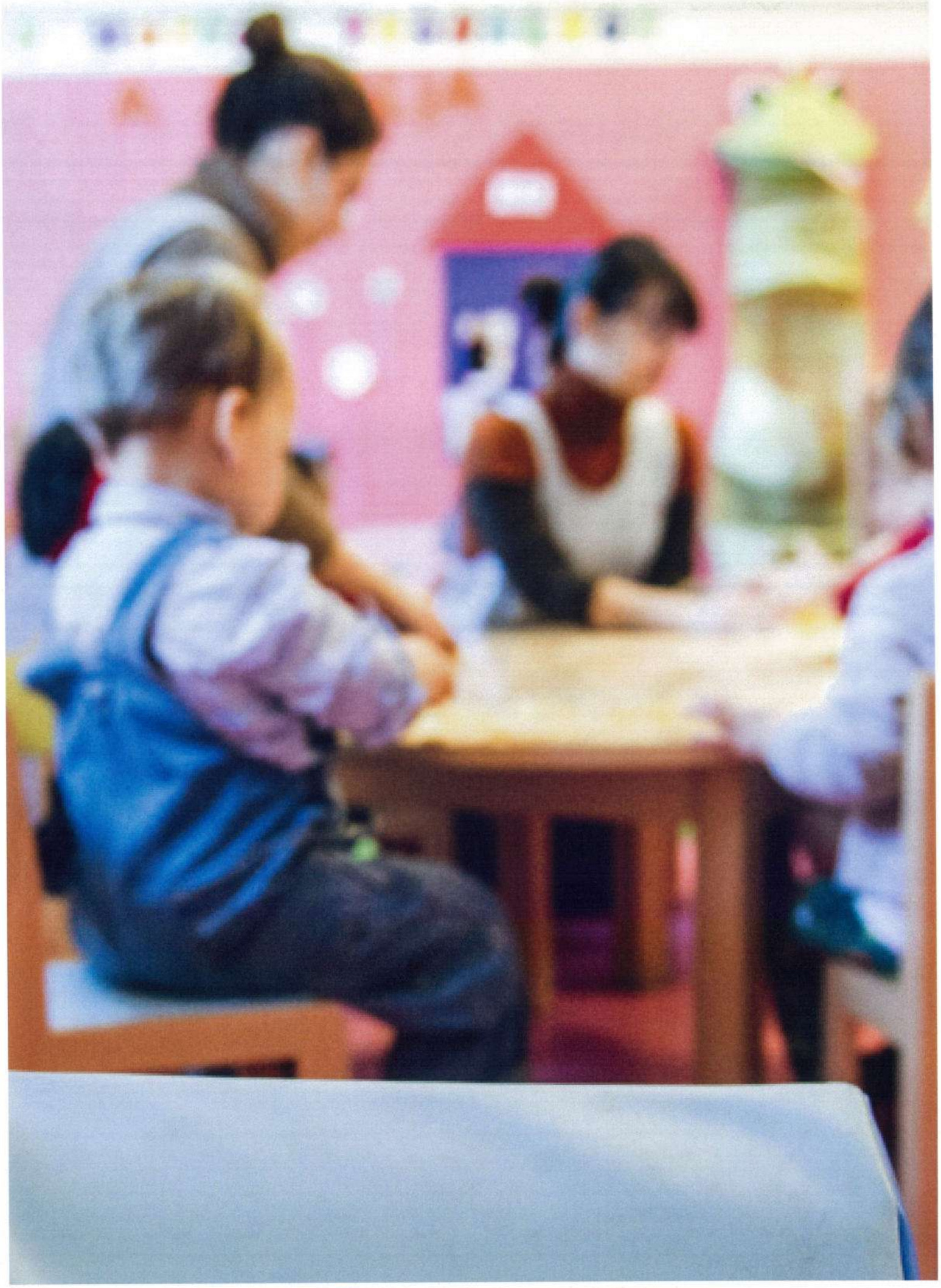
Durante o ano de 2025 foram acompanhados em Reabilitação **1 075** utentes diferentes, no CACI **58** adultos e na Intervenção Precoce **295** crianças.

CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA

REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM CEGUEIRA – ESTIMULAÇÃO SENSORIAL NA 1.ª INFÂNCIA

O Programa de Estimulação Sensorial na 1.ª Infância (PESPI) é um programa destinado a crianças dos 0 aos 6 anos com cegueira ou baixa visão, desenvolvido em sala específica no CRNSA adaptada à promoção da estimulação sensorial, onde são promovidas, devidamente adaptadas à idade, as necessidades e potencialidades de cada criança, a aprendizagem e a aquisição de faculdades cruciais ao desenvolvimento individual. Neste programa são também desenvolvidas e incrementadas as competências parentais, interpessoais e sociais.

Em 2025 foram abrangidas **24 crianças** no Programa de Estimulação na 1ª Infância – Núcleo de Intervenção Precoce (NIP), menos 2 face ao ano anterior, verificando-se maior complexidade das situações acompanhadas, que exigem uma intervenção mais intensiva na comunidade onde a criança está inserida.



FAMÍLIA E COMUNIDADE

FAMÍLIAS

Quadro 33 - Família e Comunidade

AÇÃO SOCIAL - Família e Comunidade	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Utentes atendidos - Atendimento Social	17 198	16 472	**16 209**	-2%
Rendimento Social de Inserção - Processos Ativos	8 729	8 448	**9 013**	7%
Pessoas abrangidas pelo Apoio Comunitário a Ind. e Família em Sit. de Exclusão Social	887	640	**524**	-18%
Pessoas envolvidas pelos Projetos de Desenvolvimento Comunitário	875	826	**1 232**	49%
Pessoas abrangidos PDQI/PESSOAS 2030	8 732	8 492	**8 872**	4%
Cuidadores abrangidos pela Rede de Cuidadores Informais	594	729	**820**	12%
Formandos nos Centros de Formação Profissional	751	770	**763**	-1%

ATENDIMENTO SOCIAL

Esta resposta é assegurada pelas Equipas multidisciplinares que, mobilizando a rede de serviços e recursos locais, apoiam diferentes tipologias de famílias, independentemente da situação pessoal e/ou familiar, nível económico, cultural e educativo, situação de saúde ou religião. Assenta em pressupostos de corresponsabilização dos técnicos e cidadãos na elaboração, contratualização e execução de um plano de inserção social que conduza à autonomização e à capacitação familiar/individual. Constitui-se como uma resposta de primeira linha à população de Lisboa.

No global, foram realizados 65.026 atendimentos a **16 209** utentes diferentes, mantendo-se a tendência de decréscimo na atividade, (-2%). Em sentido contrário, saliente-se o aumento do número de processos sociais abertos (+9%), contrariando a tendência do ano anterior, tratando-se de novos processos (constituídos pela primeira vez).

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

O Rendimento Social de Inserção (RSI) consiste numa prestação do subsistema de solidariedade e num programa de inserção cujo objetivo é assegurar aos cidadãos, que se encontrem em situação de carência económica grave, recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades básicas, bem como a promoção de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária. No âmbito das funções assumidas pela SCML através do protocolo celebrado com o Instituto de Segurança Social, o acompanhamento desta medida

na cidade de Lisboa insere-se na atividade do Atendimento Social das UDIP (Unidades de Desenvolvimento e Intervenção de Proximidade). Este enquadramento implica, por um lado a gestão (negociação, contratualização, monitorização e avaliação) dos programas de inserção dos beneficiários e, por outro, a coordenação de Núcleos Locais de Inserção (NLI), no caso de Lisboa, um total de **8** NLI. Em 2025, no final do ano encontravam-se ativos **9 013** processos RSI, abrangendo **18 983** pessoas. Este número representa uma redução de 6% face ao ano anterior.

APOIO COMUNITÁRIO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL

O Serviço de Apoio Comunitário a Indivíduos e Famílias em Situação de Exclusão Social traduz-se no apoio, de caráter temporário, ao nível da satisfação de necessidades básicas das famílias ou indivíduos em situação de carência ou vulnerabilidade social, decorrentes de circunstâncias como desemprego, baixo rendimento, problemas de saúde, condições habitacionais que impossibilitem ou dificultem a confeção das refeições no domicílio e desajustamento psicossocial. São asseguradas refeições, serviço de balneário e de lavandaria. Foram apoiados **524** utentes diferentes, menos 18% face ao ano anterior.

Para esta redução contribuiu o trabalho de proximidade desenvolvido pelas equipas do Atendimento no acompanhamento das situações, permitindo assim encontrar respostas alternativas para os beneficiários.

CENTRO DE APOIO FAMILIAR – CAF

O Centro de Apoio Familiar da SCML (CAF) é um equipamento social polivalente que disponibiliza um conjunto de serviços e atividades diversificadas, que, de forma integrada, constituem uma resposta nas áreas do desenvolvimento pessoal, social e familiar, com vista à prevenção de problemas sociais. Este equipamento disponibilizou os seus serviços a **1 035** utentes diferentes.

ESPAÇOS DE INCLUSÃO DIGITAL

Os **5** Espaços de Inclusão Digital dão resposta sobretudo aos utentes dos equipamentos em que se inserem, mas também à comunidade em geral, e têm como objetivo contribuir para o aumento da literacia digital, mediante o contacto e desenvolvimento de competências na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Esta resposta constituiu-se ainda como suporte aos cidadãos no acesso aos serviços públicos e outros, tais como, na procura de emprego. O número de utilizadores foi de **356**, menos 8% face ao período homólogo.

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A atividade de desenvolvimento comunitário é assegurada na SCML por **4** Centros Comunitários e por **1** Equipa de Intervenção Comunitária. As dinâmicas de desenvolvimento comunitário procuram contribuir para a construção de comunidades mais inclusivas e impulsionar o seu potencial de desenvolvimento, promovendo respostas sociais, serviços e projetos sustentáveis e ativando a ação coletiva em territórios onde, para além da fragilidade social e económica, existem outras carências próprias do território.

Em 2025, esta resposta envolveu **1 232** pessoas diferentes, o que representa um aumento de 49%, a par do aumento do número de parcerias. No âmbito das atividades desenvolvidas foram trabalhados 35 Grupos de Interesse, tendo sido prestado apoio a 21 associações e comissões locais (que detêm maior autonomia e capacidade de intervenção) e a 30 Redes Colaborativas, incluindo Grupos Comunitários, Comissões Sociais de Freguesia, GABIP e Projetos BIPZIP, entre outros.

PROGRAMA DEMOGRAFIA, QUALIFICAÇÕES E INCLUSÃO (PDQI)

O PDQI sucedeu ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), a partir de dezembro de 2023, mantendo os seus pressupostos, visa diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis. O PDQI integra os programas operacionais que constituem o Programa Portugal 2030 aprovados pela Comissão Europeia, tendo como Entidade Coordenadora a Cruz Vermelha Portuguesa e a SCML como Entidade Mediadora, para a implementação da operação na cidade de Lisboa.

Este programa contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias, através de mudanças nos comportamentos e hábitos alimentares e de consumo e, da prevenção de situações de dependência e promoção da autonomia, utilizando os momentos de entregas dos géneros alimentares como estratégia de trabalho de capacitação das famílias. O Programa Alimentar tem sido uma ajuda de assistência não financeira preponderante, contribuindo para atenuar a forma mais preocupante de pobreza.

Em 2025, o programa foi operacionalizado em duas modalidades: a distribuição direta de géneros alimentares e a modalidade de cartão eletrónico. O n.º total de destinatários abrangidos em 2025 foi de **8 872**, com efetiva entrega de géneros alimentares, correspondente a **2 995** agregados familiares diferentes.

REDE DE CUIDADORES INFORMAIS

A Rede de Cuidadores integra Cuidadores Informais com ou sem estatuto do Cuidador Informal (Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro e Decreto Regulamentar n.º 1/2022, de 10 de janeiro). No que respeita ao Cuidador Sem Estatuto do Cuidador Informal (qualquer pessoa que assume os cuidados a outrem, mas que não requereu enquadramento legal da sua situação/não requereu estatuto), a SCML assegura serviços, bens e/ou aconselhamento a quem destes necessite. Relativamente ao Cuidador Com Estatuto do Cuidador Informal (Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro e Decreto Regulamentar n.º 1/2022, de 10 de janeiro), a SCML assegura as atribuições decorrentes da Lei em matéria de execução do Estatuto.

No decorrer do ano de 2025, foram acompanhados **820** utentes que se constituem enquanto cuidadores informais, dos quais 503 com estatuto atribuído pelo ISS (61%). Face ao ano anterior registou-se um acréscimo de 12% nos utentes acompanhados e de 68% nos utentes com estatuto atribuído.

OUTROS SERVIÇOS

GESTÃO DE PRODUTOS DE APOIO

O Núcleo de Gestão de Produtos de Apoio (NGPA) é um serviço que tem como objetivos centralizar a gestão dos produtos de apoio (PA) disponíveis no âmbito do Departamento de Ação Social e Saúde, sendo responsável pelo financiamento, no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado com o ISS/ Centro Distrital de Lisboa, e empréstimo de produtos de apoio (a utentes, colaboradores e equipamentos da SCML). O NGPA promove ainda ações de formação, informação e divulgação.

Em 2025 foi assegurado o empréstimo de **2 188** produtos de apoio (-9% do que no ano anterior) a **914** utentes (-9% do que em 2024). A taxa de variação face aos anos anteriores justifica-se pelo facto de, em 2025, a SCML manter-se sem contratos ativos para o fornecimento de vários PA cujos lotes não foram adjudicados no concurso público internacional (CPI) realizado para o efeito.

No que diz respeito ao financiamento, foram financiados **712** produtos de apoio a **146** utentes diferentes no âmbito do protocolo de cooperação celebrado com o ISS I.P., constituindo um acréscimo face ao ano anterior.

O aumento desta atribuição no ano em análise, justifica-se com o facto de, em 2025, se ter procedido ao financiamento de cerca de 70% dos pedidos entrados no ano de 2024, cujo financiamento transitou para 2025 por indisponibilidade orçamental à data, bem como cerca de 60% dos pedidos entrados no ano de 2025.

OUTRAS ÁREAS/ATIVIDADES

UNIDADE DE ANIMAÇÃO SOCIOEDUCATIVA

A Unidade de Animação Socioeducativa (UASE) tem como principais objetivos promover a otimização de oportunidades culturais, sociais, pedagógicas, lúdicas e cívicas da SCML. Destina-se não só aos utentes, mas também aos colaboradores da SCML e ao público em geral.

À UASE compete também a gestão e acompanhamento do Plano Anual de Férias (PAF) da SCML. Em 2025, foram organizadas 112 atividades, abrangendo **1 805** pessoas da Ação Social.

Para além de apoiar tecnicamente projetos desenvolvidos pelos serviços, foram criados e implementados projetos pela UASE, diversificando a oferta sociocultural e educativa (+26%) face ao ano anterior.

A consolidação da intervenção da Equipa de Intervenção Cognitiva permitiu abranger **365** utentes neste projeto, resultando num aumento de 30% face ao ano anterior.

O Espaço São Julião da Ericeira (ESJE) é um equipamento que proporciona condições para a realização de diferentes tipologias de férias, quer a utilizadores da SCML, quer a utilizadores externos, sendo também utilizado para a realização de eventos diversos. No ano de 2025, a utilização do espaço contemplou a realização de encontros, festas de aniversário, colónias fechadas e ações de Team Building.

PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS

VALORES GLOBAIS

No global, em 2025 foram apoiados **6.756** utentes diferentes (menos 2% que em 2024) com recurso a 46.773 processamentos de subsídios no valor total de **23.035** milhões de euros (mais 2% que em 2024).

PROCESSAMENTOS POR ÁREA DE INTERVENÇÃO

As áreas de intervenção em que se verifica maior execução foram Instituições/ Cuidadores (60% do montante total), Enquadramento Legal/Protocolos (19% do montante total) e Habitação (15% do montante total).

No conjunto das finalidades que integram a área de intervenção Instituições/ Cuidadores, foram apoiados menos 88 utentes, devido maioritariamente à redução de utentes apoiados na finalidade Cuidadores (-93 utentes), refletindo-se na redução de cerca de 288 mil euros da verba processada nesta finalidade.

Na área de Intervenção Enquadramento Legal/Protocolos foram apoiados mais 284 utentes e gastos mais 1,47 milhões €, devido, maioritariamente ao aumento de apoio com a finalidade Medidas em meio natural de vida.

De referir ainda que também concorrem para o aumento do gasto anual nesta área 3 finalidades inexistentes em 2024: Acolhimento residencial especializado, Beneficiários de Proteção Internacional e Tratamento de comportamentos aditivos e dependências.

PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE

As prestações em espécie englobam: Cartão de Saúde - permite o acesso dos utentes a consultas médicas e de enfermagem através das Unidades Locais de Saúde da SCML e, em situações excecionais, o acesso a medicamentos comparticipados pelo SNS, sem custos, desde que a dispensa seja efetuada pelo preço de referência mais baixo dos medicamentos comparticipados; Serviços Fúnebres - a SCML tem também como missão, garantir as condições de dignidade na morte das pessoas mais vulneráveis, de acordo com os valores espirituais de cada pessoa.

O número de utentes com cartões de saúde válidos foi de **22 833** (-3% em relação ao ano anterior) sendo que 20% destes utentes têm acesso a medicamentos. Foram realizados 362 serviços fúnebres, menos 3% relativamente a 2024, diminuindo também o valor gasto com este apoio (-28%).

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (PDS) – REDE SOCIAL DE LISBOA

No âmbito da Rede Social de Lisboa, o Conselho Local de Ação Social de Lisboa (CLAS-Lx) constituiu-se, em 11 de dezembro de 2006, sendo coordenado por uma Comissão Tripartida, compromisso assumido através de Protocolo de Colaboração, assinado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), pelo Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa, ISS IP. (CDist Lisboa, ISS. IP.) e pela SCML. É constituído por um conjunto diversificado de entidades públicas, sem fins lucrativos e privadas, que formalmente a ele aderiram.

Neste PDS, a SCML designou vários profissionais para integrar os Grupos de Trabalho temáticos (GT), assumindo nesse contexto a coordenação dos seguintes: Pessoas Idosas, Deficiência e Saúde Mental. Ao nível das Comissões Sociais de Freguesia (CSF), a SCML integra a maioria dos Núcleos Executivos , participando nos diversos grupos de trabalho temáticos (58) e nas ações conjuntas das CSF. Neste âmbito, realizou-se, em novembro, o V Encontro Anual de CSF, que contou com a participação de cerca de 100 profissionais.

O Núcleo Executivo da RSL elaborou, em 2025, um total de 13 informações e pareceres técnicos, relativos a candidaturas a financiamentos públicos ao abrigo do PRR, à criação de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

e de um Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão. As restantes informações dizem respeito a dois pedidos de autorização de funcionamento de ERPI (ISS, I.P); três pedidos de integração na rede CLAIM (Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes), da AIMA; quatro candidaturas a resposta social de Creche (ISS, I.P.), duas candidaturas ao Programa de Resposta Integradas (PORI) do ICAD, I.P. e uma candidatura a resposta de Serviço de Apoio Domiciliário, do ISS, I.P.

UNIDADE DE MISSÃO LISBOA CIDADE TODAS AS IDADES (UMLCTI)

O Centro Local de Informação e Coordenação (CLIC-LX), consubstanciado pela 3ª fase do Programa "Lisboa Com Vida para Todas as Idades" e inscrito no Acordo Específico assinado entre os parceiros-chave a 7 de dezembro de 2023, constitui-se como o centro colaborativo para a área da longevidade e envelhecimento da Cidade de Lisboa, com a finalidade de operacionalizar as medidas do Programa numa lógica intersectorial, de cogovernação e de governação integrada.

A sua estrutura de funcionamento integra 3 eixos de atuação:

- Eixo do Planeamento, Monitorização e Avaliação - Com o objetivo de identificar, planear e monitorizar as medidas incorporadas nos 3 eixos de atuação do Programa Lisboa Cidade COM VIDA Para Todas as Idades - vida ativa, vida autónoma e vida apoiada

- Eixo de Intervenção, Formação e Experimentação – Onde se desenvolverão projetos de intervenção, experimentação, formação e investigação, na área da Longevidade e Envelhecimento, transversais à Cidade

- Eixo da Participação, Atendimento e Comunicação – com o objetivo de promover a participação e envolvimento dos cidadãos nos desafios da Longevidade e Envelhecimento na Cidade de Lisboa, garantindo a informação atualizada sobre os recursos da Cidade neste domínio e a comunicação e divulgação sobre a execução do Programa Lisboa Cidade COM VIDA Para Todas as Idades.

A Santa Casa, através da Unidade de Missão Lisboa Cidade Todas as Idades, foi responsável pela execução das seguintes ações:

Eixo de Intervenção, Formação e Experimentação

- Foram dados passos significativos para a consolidação do Projeto RADAR, enquanto instrumento colaborativo da Cidade de Lisboa para a área do isolamento e solidão de pessoas 65+. No final de 2025, encontravam-se **41 093** pessoas ativas na plataforma do Projeto RADAR;

- Foi adquirida uma nova solução de teleassistência tendo sido integradas, até 31 de dezembro de 2025, 476 beneficiários;

  - No âmbito do Projeto KORALE – InterregEurope, em 2025 foi organizado o Encontro Europeu KORALE Lisboa Com Vida e constituída a Comunidade de Prática KORALE Lisboa Com Vida, contando com 32 organizações (consultar: https://www.interregeurope.eu/korale/good-practices;

- No final de 2025, encontrava-se em fase de preparação um Protocolo de Colaboração entre a Nova Medical School e a SCML para enquadramento de alunos de pós-graduação e mestrado, para desenvolvimento de estudos no âmbito do Programa Lisboa Com Vida.

Eixo da Participação, Atendimento e Comunicação

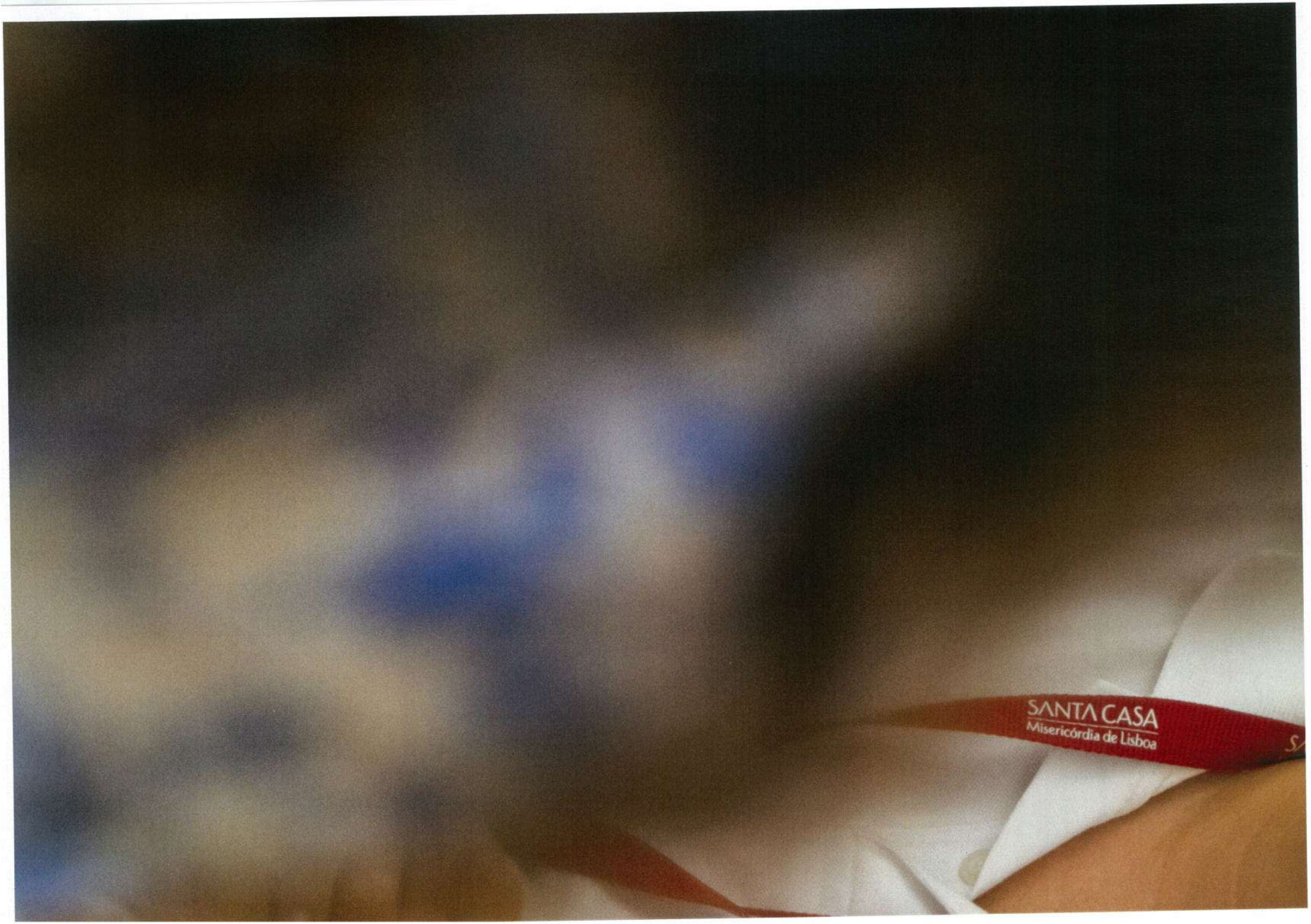
- Organização de atividades colaborativas no Espaço CLIC-Lx, com envolvimento de todos os parceiros, que visaram a promoção da participação dos cidadãos de todas as idades, em particular dos mais velhos, na reflexão, discussão e decisão sobre os desafios da longevidade e envelhecimento na Cidade de Lisboa. Em 2025 foram desenvolvidas 96 atividades, com a presença de **3 233** pessoas.

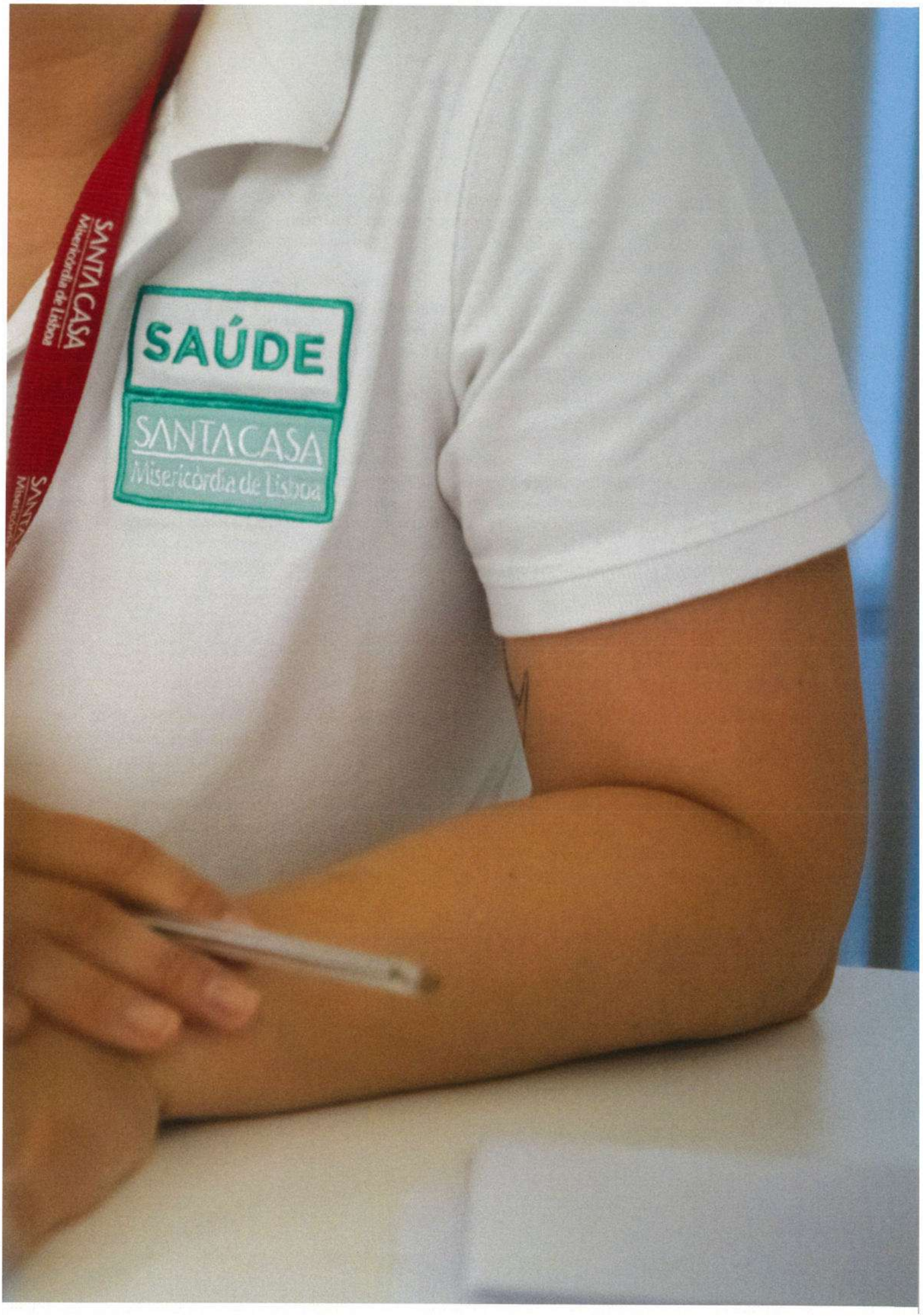
- A ativação de pessoas para as atividades do Espaço CLIC-Lx é potenciada pela atividade da Linha de contactos telefónicos do Projeto RADAR – realizados uma média mensal de 2 322 contactos telefónicos - e pela página da Agenda Com Vida do Projeto RADAR;

- Na sua vertente de atendimento, informação e orientação, o CLIC-Lx tem um gabinete de atendimento disponível para todos os parceiros, bastando para tal agendar a sua ocupação, tendo sido utilizado em particular pela esquadra do Bairro Alto da PSP no atendimento a situações vulneráveis;

- Foram garantidos os instrumentos e mecanismos previstos para a comunicação e divulgação no âmbito do Programa Lisboa Com Vida, nomeadamente: o site "Lisboa com Vida", onde foi criada a página da "Agenda Lisboa Com Vida" https://lisboacomvida.scml.pt/agenda/ , e a Newsletter mensal do Projeto RADAR.

8.2
SAÚDE


SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa


SAÚDE
SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

Em 2025, um dos principais projetos na área dos cuidados de saúde primários foi o alargamento do Acordo de Cooperação de Prestação de Cuidados de Saúde com a Unidade Local de Saúde (ULS) Santa Maria, a mais Unidades de Saúde e a mais utentes.

Assim, foi assinado um novo protocolo que, para além de dar continuidade à colaboração pré-existente na USSC de Telheiras, prevê a possibilidade de uma disponibilidade extensível a um maior número de utentes, nomeadamente, mais 3.375 utentes na USSC de Telheiras, mais 451 utentes na extensão Bairro Padre Cruz e mais 969 utentes na USSC da Liberdade, num total de 4.795 utentes.

O processo de integração efetiva dos novos utentes iniciou-se em maio, tendo a USSC de Telheiras atingido 6.613 utentes inscritos até dezembro de 2025. Apesar das dificuldades técnicas ao nível dos sistemas de informação da SPMS e da ULS Santa Maria, que impediram a inscrição de novos utentes na USSC Liberdade e na extensão Bairro Padre Cruz, o projeto permitiu consolidar alguns ganhos ao nível da sustentabilidade financeira.

CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

Durante o ano de 2025, nas Unidades de Saúde Santa Casa realizaram-se **42 787** consultas médicas em ambulatório e **9 997** consultas médicas no domicílio, perfazendo um total de **52 784** consultas médicas. A saída, por aposentação, de dois profissionais médicos a tempo completo esteve na origem da redução do número consultas realizadas. Apesar dos esforços contínuos para o recrutamento de prestadores de serviço clínicos, não foi possível assegurar, em tempo útil, a substituição de um médico especialista em Medicina Geral e Familiar e de um médico especialista em Pediatria.

Adicionalmente, as dificuldades persistentes na contratação de profissionais de enfermagem levaram, em 2025, à saída, sem reposição de recursos, de três enfermeiros em regime de tempo completo. Esta situação resultou na supressão de três postos de trabalho, com uma diminuição expressiva da capacidade operacional e da atividade assistencial da equipa de enfermagem.

Quadro 34 - Cuidados de Saúde Primários

SAÚDE	2021	2022	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Unidades de Saúde Locais e Móveis						
Consultas Médicas (Ambulatório)	74 636	58 132	49 380	47 635	42 787	-10%
Consultas Médicas (Domicílio)	6 916	6 077	9 035	9 307	9 997	7%
Consultas de Saúde Oral*	34 969	49 571	54 256	52 635	51 858	-1%
Consultas de Saúde Mental	30 700	27 798	28 559	29 360	27 802	-5%
Consultas de Enfermagem (Ambulatório)	90 066	75 830	61 167	53 323	41 429	-22%
Consultas de Enfermagem (Domicílio)	32 116	32 485	32 043	32 575	33 107	2%
Consultas de Outros Profissionais **	6 790	10 487	12 745	12 856	15 633	22%
Pessoas com Deficiência						
Utentes residentes na Obra Social do Pousal	96	98	99	100	100	0%

* Foi corrigido o valor de 2024 que passou a integrar 2 180 consultas realizadas em 2024, referentes a utentes considerados "inativos", em janeiro de 2025.

* Terapia da Fala e Ocupacional, Nutrição e Serviço Social. Em 2025 passou a integrar Fisioterapia (O.S. Pousal) e Optometria (USSC Or. DJDB).

SAÚDE MENTAL

No âmbito do apoio psicológico e psicoterapêutico disponibilizado a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade psicológica, foram efetuadas **27 802 consultas de saúde mental**. Neste domínio registou-se uma redução do volume de consultas efetuadas, decorrente da cessação de funções de uma especialista em Psiquiatria e da morosidade associada aos procedimentos de mobilidade e recrutamento interno para a reposição de recursos na área da Psicologia.

OBRA SOCIAL DO POUSAL

A Obra Social do Pousal disponibiliza serviços especializados em regime residencial a **100 pessoas** com perturbações do neuro desenvolvimento com deficiência intelectual associada. O elevado número de sessões de fisioterapia realizadas na OSP contribuiu para um aumento significativo da atividade de Outros Profissionais de Saúde.

SAÚDE ORAL EM LISBOA

Reforçando o seu papel de complementaridade do Serviço Nacional de Saúde, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa disponibiliza consultas de saúde oral, a crianças e adultos, tendo realizado, em 2025, um total de **51 858 consultas de saúde oral**. A redução observada no número de consultas efetuadas resultou das avarias recorrentes nos equipamentos de esterilização, cuja indisponibilidade operacional teve um impacto negativo na atividade de Saúde Oral da SCML.


SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa
HOSPITAL
DE SANT'ANA

HOSPITAIS

CENTRO HOSPITALAR SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA (CHSCML)

Em 2025, o Centro Hospitalar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (CHSCML) reforçou a sua capacidade assistencial e a sustentabilidade da atividade clínica, através da dinamização da Atividade Clínica Complementar no Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA), um projeto estruturante que visa aumentar o acesso aos cuidados cirúrgicos, otimizar a utilização do bloco operatório e diversificar as fontes de financiamento. A dinamização da Atividade Clínica Complementar tem como finalidade dar resposta a todos os que nos procuram, aumentando o acesso, bem como potenciar a utilização do Bloco Operatório, sobretudo no período da tarde, através da introdução de mecanismos de incentivo à produção. Esta abordagem promoveu um maior volume de atividade direcionada para outras Entidades Financeiras Responsáveis (EFR), cujos modelos de remuneração se revelam, em geral, mais favoráveis. Paralelamente, foram desenvolvidas negociações com múltiplas entidades, visando melhorar as condições contratuais existentes e alargar a rede de parceiros, reforçando a sustentabilidade económica do HOSA.

O ano ficou igualmente marcado pelo avanço de projetos estratégicos, nomeadamente o início da implementação do Sistema de Informação SIGEHP no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (CMRA), que permitirá a integração clínica, administrativa e de gestão em tempo real, potenciando maior eficiência operacional e qualidade dos cuidados. Foram também desenvolvidos programas de Medicina Física e Reabilitação, reforçando a rentabilização dos espaços e a sustentabilidade financeira.

A revisão e celebração de novos acordos com entidades seguradoras contribuiu para consolidar parcerias e reforçar as condições económicas da atividade hospitalar. Em paralelo, foram concretizadas melhorias infraestruturais relevantes, como a requalificação do Serviço de Internamento do CMRA, elevando o conforto, a eficiência e a satisfação de utentes e profissionais.

O CHSCML garantiu ainda avanços significativos ao nível do relacionamento com o Serviço Nacional de Saúde, com a renegociação do acordo entre o HOSA e a ACSS, que resultou na atualização do Índice de Case Mix (ICM) e no consequente aumento do valor pago por cirurgia, reforçando a sustentabilidade financeira do hospital.

No seu conjunto, 2025 representou um ano de crescimento sustentado, modernização e diversificação da atividade clínica, afirmando o CHSCML como uma unidade de saúde sólida, eficiente e orientada para o reforço da resposta às necessidades da comunidade.

Em 2025, foram admitidos **1 982** utentes e realizadas **1 664** cirurgias no Hospital Ortopédico de Sant'Ana. No Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão foram tratados **848** doentes em internamento e **4 879** em ambulatório. As duas unidades no seu conjunto realizaram **36 880** consultas externas.

Quadro 35 - Centro Hospitalar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (CHSCML)

CHSCML	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão				
Lotação Praticada	144	144	**144**	0%
Total de utentes tratados em ambulatório	4462	4647	**4879**	5%
Total de utentes tratados em internamento	794	840	**848**	1%
Dias de Internamento	44 608	43 584	**44 850**	3%
Taxa de Ocupação	85%	83%	**85%**	2%
Consultas Externas	11 080	10 708	**11 111**	4%
Atos Terapêuticos em internamento	182 531	178 608	**179 639**	1%
Atos Terapêuticos em ambulatório	52 687	56 832	**54 681**	-4%
Hospital Ortopédico de Sant'Ana				
Lotação Praticada	60	64	**99**	55%
Total de doentes admitidos	1 964	1 751	**1 982**	13%
Total de doentes saídos	1 975	1 725	**1 953**	13%
Dias de internamento	12 562	12 975	**21 873**	69%
Taxa Média de ocupação do hospital	57,4%	55,4%	**60,3%**	9%
Cirurgias	1 877	1 659	**1 664**	0,3%
Taxa de utilização do Bloco Operatório	60,5%	61,4%	**72,9%**	19%
Consultas Externas	29 621	26 113	**25 769**	-1%
Outras Consultas	1 543	1 255	**1 372**	9%
Nº total de Consultas e Atos de Enfermagem	1 567 413	1 682 016	**1 935 843**	15%
Número de Tratamentos Médicos de MFR	921	721	**592**	-18%
Número Tratamentos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional	106 496	110 112	**114 813**	4%
Número de Exames de Radiologia Convencional e Imagiologia	21 477	21 931	**22 263**	2%

Notas:

Em 2023 passaram a ser registados em Trakcare outros atos de enfermagem para além dos registados em 2022;
Em 2024, registou-se uma descida do número de cirurgias realizadas relacionada com a escassez e dificuldade de contratação de médicos especialistas, principalmente de anestesiologia;

A diminuição do número de consultas externas realizadas encontra justificação na abertura tardia da referenciação de utentes da ACSS para o HOSA, que ocorreu apenas em junho de 2024;

A diminuição do nº de tratamentos de fisiatria teve causa na avaria dos equipamentos de ondas de choque e ecografia cuja substituição ou reparação não foi possível concretizar e na retirada do mercado do medicamento utilizado nos tratamentos de mesoterapia o qual não tem substituto;

O aumento, em 2025, dos primeiros cinco indicadores, do Internamento, refletem o desenvolvimento da atividade das Residências Assistidas, relacionada com o Internamento para doentes não agudos/ERPI;

A diminuição do nº de Consultas Externas, em 2025, esteve relacionada com o fecho da referenciação para primeira consulta no âmbito do acordo com a ACSS e, principalmente, com a saída de quatro Médicos Especialistas de Ortopedia;

O decréscimo do nº de Tratamentos Médicos de MFR, em 2025, esteve relacionado com a indisponibilidade de alguns equipamentos para o desenvolvimento desta atividade, e, eventualmente, com o decréscimo do número de consultas;

Em 2025 contabilizaram-se novos Tratamentos Médicos de MFR, que tiveram impacto nos valores comunicados dos anos anteriores (2023 e 2024).


CASA
CENTRO


DE MEDICINA DE REABILITAÇÃO DE ALCOITÃO

8.3 CUIDADOS CONTINUADOS

Em 2025, merece especial destaque a adoção do Regime Ponto Parceiro SNS (PP SNS), que gerou poupanças diretas em medicamentos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT), além de ter contribuído para um acréscimo significativo na eficiência logística associada à gestão e ao armazenamento de medicamentos. A DICCI manteve elevados padrões de qualidade, registando zero reclamações fundamentadas e classificadas como não conformidades, e implementou procedimentos uniformes nas três unidades, reforçando a segurança clínica e promovendo a harmonização organizacional.

No que respeita aos procedimentos de harmonização da organização e funcionamento das unidades e às ações de melhoria contínua, salientam-se os procedimentos em emergências, e aqueles produzidos pelo Centro de Informação do Medicamento (CIM) do Serviço Farmacêutico da DICCI.

Ao longo de 2025, consolidou-se o incremento da oferta de Cuidados Continuados Integrados, decorrente do reforço da dotação operacionalizado no final de 2024. A Unidade de Cuidados Continuados Integrados Maria José Nogueira Pinto (UCCIMJNP) passou a dispor de uma capacidade total de **83** camas, das quais 61 contratualizadas com a RNCCI e 22 em regime privado. O aumento da atividade, aliado a uma gestão rigorosa, permitiu reduzir o custo unitário por dia de internamento.

Este conjunto de resultados consolidou a DICCI como uma área essencial na resposta integrada da SCML, contribuindo para uma maior eficiência, para a melhoria da qualidade assistencial e para a sustentabilidade económica.

Apresenta-se, de seguida, a evolução dos principais indicadores de produtividade:

Quadro 36 - Cuidados Continuados Integrados

SAÚDE	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Direção de Cuidados Continuados Integrados				
UCCI Maria José Nogueira Pinto				
UCCI São Roque				
UCCI Rainha Dona Leonor				
Número de Doentes Tratados	**568**	**588**	**539**	-8%
Privados	46	53	52	-2%
Convalescença	137	136	118	-13%
Média Duração e Reabilitação	243	243	247	2%
Longa Duração e Manutenção	142	156	122	-22%
Número de Dias de Tratamento	**69 980**	**71 223**	**75 398**	6%
Privados	6 264	6 224	6 596	6%
Convalescença	7 840	7 750	7 711	-1%
Média Duração e Reabilitação	27 232	28 009	30 120	8%
Longa Duração e Manutenção	28 644	29 240	30 971	6%
Taxa de Ocupação Global	**94,8**	**93,9**	**95,1**	1%
Privados	80,7	77,3	82,1	6%
Convalescença	93,4	92,1	91,9	0%
Média Duração e Reabilitação	95,7	95,0	95,3	0%
Longa Duração e Manutenção	98,1	97,8	99,0	1%
Capacidade	**203**	**218**	**218**	0%
contratualizados com a RNCCI	181	196	196	0%
regime privado	22	22	22	0%
Dias de Agudização	**1 016**	**1076**	**917**	**-15%**
Admissões	**381**	**401**	**336**	**-16%**
Altas	**322**	**336**	**286**	**-15%**
Óbitos	**62**	**48**	**46**	**-4%**


AIA DE CO

8.4
RESIDÊNCIA RAQUEL RIBEIRO

Em 2025, a Residência Raquel Ribeiro (RRR) consolidou a sua atividade enquanto resposta residencial destinada ao acolhimento temporário de pessoas com mobilidade condicionada, que necessitam de cuidados de reabilitação, estabilização clínica e apoio social. Inaugurada em setembro de 2024, a residência integra diversas valências — Descanso do Cuidador, Acolhimento Residencial de Curta Duração, Convalescença, Altas Sociais e Reabilitação — reunindo num único espaço uma resposta articulada para situações de dependência temporária.

Ao longo de 2025, foram progressivamente abertas as restantes camas, atingindo a capacidade total de **66 lugares**, o que permitiu um aumento contínuo da taxa de ocupação, que passou de 53% no início do ano para **95,2%** em dezembro, correspondendo a **18 240** diárias de internamento e a uma média diária de **50** utentes acompanhados. O rácio colaborador/utente situou-se em 0,93, assegurando adequados níveis de acompanhamento e qualidade assistencial.

Foram igualmente estabelecidos **protocolos com cinco unidades hospitalares**, reforçando a articulação com o sistema nacional de saúde e promovendo a ocupação eficiente das camas, sobretudo nas respostas de retaguarda hospitalar e continuidade de cuidados. Estes desenvolvimentos contribuíram para o cumprimento do objetivo estratégico de qualificar e diversificar as respostas de apoio à dependência, ampliando a oferta residencial nas áreas do envelhecimento e reabilitação.

Quadro 37 - Residência Raquel Ribeiro

Residência Raquel Ribeiro	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Capacidade Deliberada	**66**	**66**	**0%**
Apoio Integrado Protocolado (contingência hospitalar)	26	50	92%
Apoio Integrado Social	6	6	0%
Residência Assistida (privados)	34	10	-71%
Capacidade Real	**29**	**66**	**128%**
Apoio Integrado Protocolado (contingência hospitalar)	26	50	92%
Apoio Integrado Social	3	6	100%
Residência Assistida (privados)	0	10	-
Número de Utentes Admitidos	**50**	**173**	246%
Número de Diferentes - VAA	**50**	**195**	290%
Número de Utentes Saídos	**28**	**133**	375%
Número médio diário de utentes	**31**	**50**	62%
Taxa de Ocupação (média anual)	**47%**	**76%**	63%
Número de dias de ocupação (1 Jan a 31 Dez 2025)	**99**	**365**	269%
Tempo total de dias apoio integrado protocolado	**2 746**	**14 867**	441%
Tempo total de dias apoio integrado social	**297**	**1 145**	286%
Tempo total de dias residência assistida	**0**	**2 228**	-
Total dias de ocupação	**3 043**	**18 240**	499%
Número de dias dos utentes saídos 2025	**972**	**9 814**	910%
Tempo médio de Estadia Utentes Saídos (em dias)	**35**	**94**	169%
Rácio colaborador por utente	**1,0**	**0,9**	-8%


RESIDÊNCIA RAQ


UEL RIBEIRO

8.5
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Na área da Educação e Formação, a SCML dispõe de 2 estruturas no domínio da Ação Social, o Centro de Formação Profissional da Aldeia de Santa Isabel (ASI), em Albarraque e o Centro de Educação, Formação e Certificação (CEFC), em Lisboa.

A Aldeia de Santa Isabel (ASI) é um espaço polivalente, com diversos equipamentos de Ação Social, dos quais se destaca o Centro de Formação Profissional (CFP). A atividade formativa do CFP está regulamentada no Despacho Normativo n.º 15/2017, de 2 de outubro, que estabelece o modelo de educação, formação e ação social intergeracional a desenvolver no que concerne a respostas sociais, educativas e formativas, centradas no formando e na sua família, de forma a sustentar o seu desenvolvimento e facilitar a sua inserção social e profissional. A qualidade da formação desenvolvida no âmbito dos cursos de Aprendizagem tem sido reconhecida pelo IEFP, e desde 2022 o CFP da ASI, integra a Bolsa Nacional de Entidades Formadoras Externas.

As ofertas socioeducativas e formativas, organizadas e promovidas pelo CFP, destinam-se a jovens em risco de exclusão social e com dificuldades de integração no mercado de trabalho e proporcionam o acesso à qualificação através da frequência de Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF).

O Centro de Educação, Formação e Certificação (CEFC) integra dois equipamentos e proporciona o desenvolvimento de competências e qualificações a jovens (no Pólo Jovens) e adultos (no Pólo Adultos), priorizando igualmente os grupos mais vulneráveis e desprotegidos. As modalidades formativas vão desde o nível da Alfabetização até ao Nível Secundário, abrangendo vários formandos que podem transitar entre ofertas formativas, permitindo uma capacitação de competências que lhes viabilize a integração no mercado de trabalho.

Em 2025 destaca-se, por parte do CEFC, o desenvolvimento de respostas formativas dirigidas a migrantes e refugiados, ampliando a resposta formativa e a diversidade de públicos (tendo frequentado o centro formandos de 61 nacionalidades diferentes), bem como, ações de formação específica para cuidadores informais.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS

No âmbito da Educação e Formação de Jovens, os dois centros de formação promovem Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF). No final de cada curso concluído com aproveitamento é concedido ao formando um certificado de 2.º ciclo, 3.º ciclo ou ensino secundário e um certificado profissional no caso de conclusão com sucesso da componente profissional, conferindo, respetivamente, os níveis 1 e 2. Para os cursos de Aprendizagem no final de cada ciclo/ano de formação com sucesso é concedido um certificado de 10° ano, 11° ou 12°, e um certificado de qualificação profissional de nível 4 do CNQ para os que concluem o 3° período/ano.

Na ASI, ao longo do ano funcionaram 35 turmas, correspondendo a 17 cursos diferentes, salientando-se a requalificação da estrutura oficinal do Centro permitindo alargamento de itinerários formativos no nível 4, num ajuste da oferta às necessidades do mercado de trabalho. Destaca-se ainda o reforço de iniciativas/atividades com parceiros externos, reflexo de uma estratégica formal de abertura do Centro à comunidade nos domínios da formação curricular e extracurricular. No total frequentaram os cursos da ASI **351** formandos diferentes, mais 4% face ao ano anterior.

No CEFC - Pólo Jovens, em 2025, decorreram 5 Cursos de Educação e Formação nas áreas de Cozinha, Pasteleiro/Padeiro, Operador de Informática, Técnico de Informática e Técnico de Cozinha/Pastelaria, e, funcionaram 5 turmas/ações (sendo três de nível básico e 2 de nível secundário). No total frequentaram os CEF de jovens **54** formandos diferentes e no ano foram certificados 24. Transitaram para 2025 cinco turmas. Refere-se ainda que 14 jovens transitaram de turmas para aumento dos seus níveis de qualificação, reflexo do sucesso da atividade desenvolvida na promoção da valorização de percursos de aprendizagem para os jovens.

No global, frequentaram os Cursos de Educação e Formação de Jovens **405** formandos diferentes, distribuídos por 22 turmas (5 no CEFC e 17 na ASI).

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

O CEFC - Pólo de Adultos desenvolve um conjunto diversificado de percursos formativos dirigidos a adultos, em diversas modalidades formativas enquadradas no âmbito do Quadro Nacional de Qualificações como meio efetivo de promoção da empregabilidade, através da certificação escolar e profissional de adultos, bem como a promoção das suas competências pessoais e sociais.

No que diz respeito à colocação profissional dos/as formandos/as, verificou-se um aumento na taxa de empregabilidade global para 85%, atingindo o valor de 100% nas duas áreas de formação que concorrem diretamente para necessidades específicas de recrutamento na SCML (Agente em Geriatria e Técnico/a de Ação Educativa). Nos Percursos Modulares de Inclusão (migrantes e refugiados) ocorreu igualmente um aumento da taxa de empregabilidade para 54,69%.

Nos Cursos de Educação e Formação de Adultos funcionaram ao longo do ano 15 áreas de cursos de educação/formação com 29 turmas e frequentaram as diversas ofertas formativas **358** pessoas.

Relativamente ao Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), registou-se um total de **33** pessoas abrangidas e a Certificação de **14** candidatos, com a conclusão do 3° Ciclo do Ensino Básico e a obtenção da Medida Acelerador Qualifica.

ENSINO SUPERIOR

ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DO ALCOITÃO

Focada no objetivo de desenvolver iniciativas em articulação com a comunidade, o Projeto FisioInclusão foi concebido para responder a uma necessidade crítica identificada no concelho de Cascais: o acesso limitado a cuidados especializados de fisioterapia por parte de pessoas com deficiência, nomeadamente com deficiência intelectual e multideficiências, em contexto de vulnerabilidade socioeconómica.

O projeto assenta num modelo integrado de intervenção comunitária, desenvolvido em parceria entre a ESSAlcoitão, o Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes (CRID) e a Câmara Municipal de Cascais, e visa proporcionar cuidados fisioterapêuticos especializados, sistemáticos e adaptados, centrados na pessoa, promovendo a funcionalidade, a autonomia, a qualidade de vida e a inclusão social.

Trata-se de um estudo quási-experimental do tipo pré-teste/intervenção/pós-teste, aprovado pela Comissão de Ética, que combina prestação direta de cuidados com produção de conhecimento aplicado, garantindo rigor científico, segurança ética e impacto social mensurável.

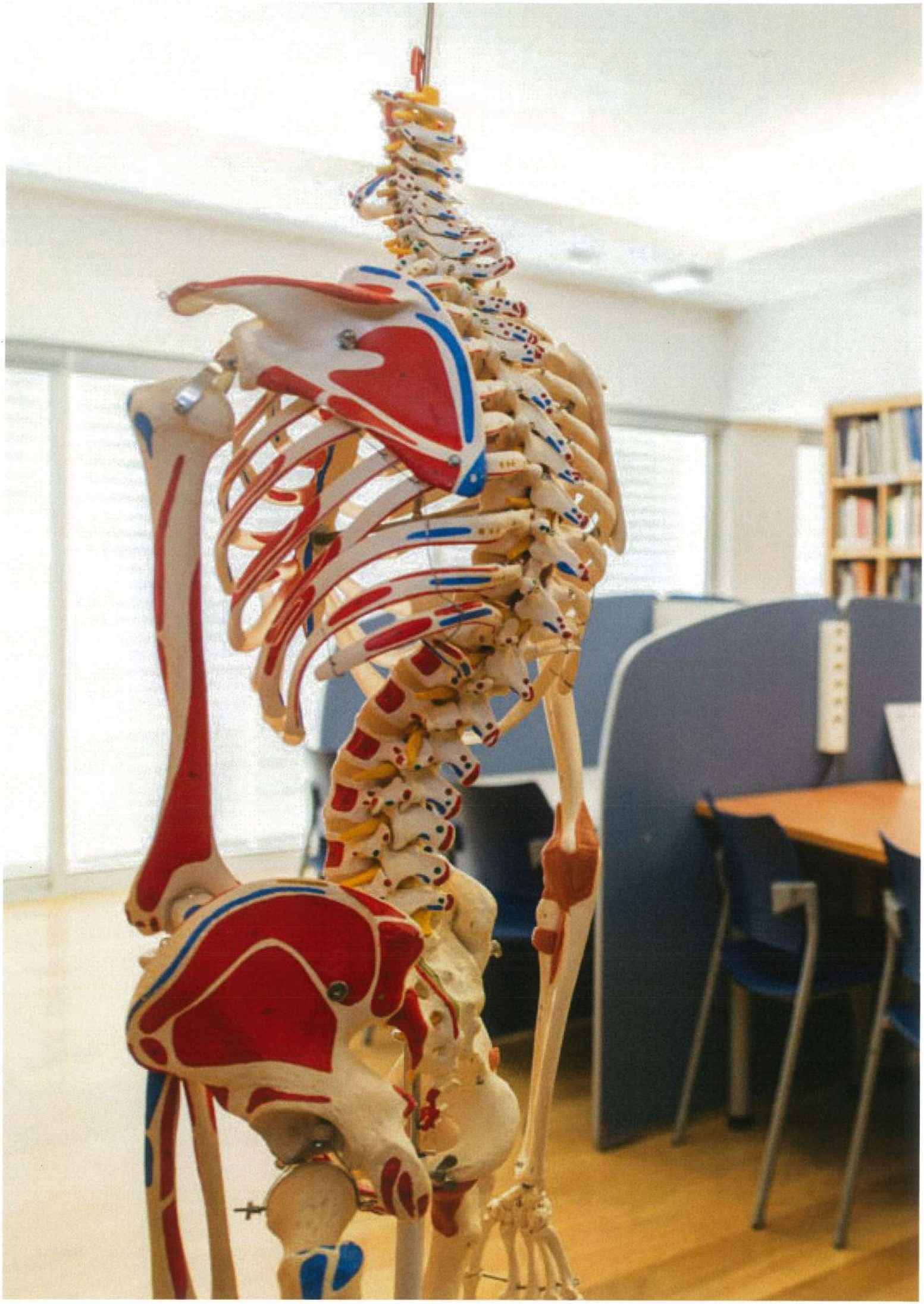
A intervenção foi estruturada de forma diferenciada, considerando três perfis funcionais (dependência total, dependência moderada e independência), assegurando respostas ajustadas às necessidades reais dos participantes, de acordo com as boas práticas internacionais em reabilitação.

Entre os principais resultados, destacam-se:

- Acesso efetivo a cuidados especializados de fisioterapia para uma população que, até à implementação do projeto, apresentava barreiras significativas de natureza económica, social e funcional.
- Promoção da equidade no acesso à saúde, alinhada com o Plano Nacional de Saúde 2030 e com os objetivos estratégicos do PRR.
- Fortalecimento da articulação interinstitucional, consolidando um modelo de cooperação sustentável entre a academia, o setor social e a administração local.
- Capacitação das equipas técnicas e criação de um modelo de intervenção replicável noutros contextos comunitários.

Quadro 38 - Ensino Superior

EDUCAÇÃO	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Escola Superior de Alcoitão				
Alunos	495	522	**512**	-2%
Cursos de Licenciatura	3	3	**3**	0%
Cursos de Mestrado	2	3	**3**	0%
Alunos de pós-graduações	34	78	**54**	-31%
Cursos de pós-graduações	2	3	**3**	0%
Total	529	600	**566**	-6%



8.6
EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOCIAL

Ao longo de 2025 decorreu um processo abrangente de reestruturação do Departamento de Empreendedorismo e Economia Social (DEES), orientado para o reforço da sua missão enquanto Departamento estatutário, transversal e estratégico da SCML. Um processo que visou reorganizar as áreas existentes, integrar novas valências estratégicas (empregabilidade das pessoas com deficiência e voluntariado), reforçar o alinhamento interno e a articulação com os serviços, potenciando a promoção da inovação, do empreendedorismo, da inclusão, da sustentabilidade e da participação comunitária.

Foram igualmente introduzidas novas competências dedicadas à coordenação operacional, ao fortalecimento dos processos internos e ao desenvolvimento de parcerias estratégicas, contribuindo para melhorar a eficiência organizacional e a capacidade de captar recursos. Os processos de definição da nova estrutura orgânica e de integração das equipas continuará ao longo de 2026.

Durante este ano, a área de Empreendedorismo, operada através da Casa do Impacto, consolidou-se como um dos principais hub de inovação social e ambiental do país, apoiando empreendedores, startups e organizações em torno de cinco eixos de atuação: comunidade, capacitação, incubação, investimento e advocacy. A atividade desenvolvida permitiu concluir um programa de aceleração e lançar um segundo, executar um programa de investimento, apoiar 99 projetos e incubar mais de 82 startups. O Hub manteve ainda mais de 100 parcerias nacionais e internacionais e acolheu um total superior a 220 residentes, tendo sido distinguido pelo Financial Times como "Europe's Leading Start-up Hubs" pelo segundo ano consecutivo.

A área de Inovação e Transferência do Conhecimento prosseguiu o objetivo de aproximar os serviços da SCML de novas soluções, promovendo a experimentação em contexto real e a colaboração com o ecossistema de inovação. Neste âmbito, foram sinalizadas 8 iniciativas com potencial de desenvolvimento, elaboradas 6 propostas de colaboração envolvendo 10 serviços da SCML e implementados 4 projetos piloto com a participação de 7 serviços, reforçando o papel da inovação aberta na identificação e testagem de respostas diferenciadoras.

Quadro 39 - Empreendedorismo e Economia Social

Empreendedorismo e Economia Social	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
CASA IMPACTO				
Número de formações e bootcamps	130	**157**	**90**	-43%
Número de startups incubadas	74	**76**	**82**	8%
Número de residentes registados	220	**220**	**220**	0%
RISE FOR IMPACT	18	**24**	**55**	129%
RISE FOR IMPACT				
Número de projetos apoiados	10	**10**	**10**	0%
PROGRAMA DE INOVAÇÃO ABERTA				
Número de soluções inovadoras sinalizadas	-	**5**	**8**	
Número de soluções propostas aos serviços	-	**3**	**6**	
Número de projetos piloto desenvolvidos nos serviços	-	**0**	**4**	

Já a área de Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Voluntariado integrou o voluntariado institucional, resultante da extinção da anterior Unidade de Promoção do Voluntariado, e estruturou uma abordagem integrada de intervenção centrada no combate ao isolamento e solidão da população sénior, no apoio educativo e no desenvolvimento de projetos de melhoria dos equipamentos sociais da SCML. Em 2025 inscreveram-se 313 novos voluntários num total de 716 voluntários ativos, que doaram 26.396 horas de voluntariado e no apoio direto a 102 serviços e equipamentos sociais.

Destacou-se ainda o envolvimento de 40 voluntários no apoio logístico e na divulgação de Boas Causas na área da Cultura, bem como de 85 voluntários em unidades hospitalares e de cuidados continuados. As ações de combate ao isolamento sénior foram reforçadas, os projetos de melhoria de equipamentos sociais aumentaram em expressão e o programa "Mais de Ti" registou um crescimento de 46% no número de participações e de 50% no volume total de horas face a 2024, evidenciando o fortalecimento da articulação interna e a melhoria da capacidade de acolhimento e acompanhamento dos voluntários.

Quadro 40 - Voluntariado

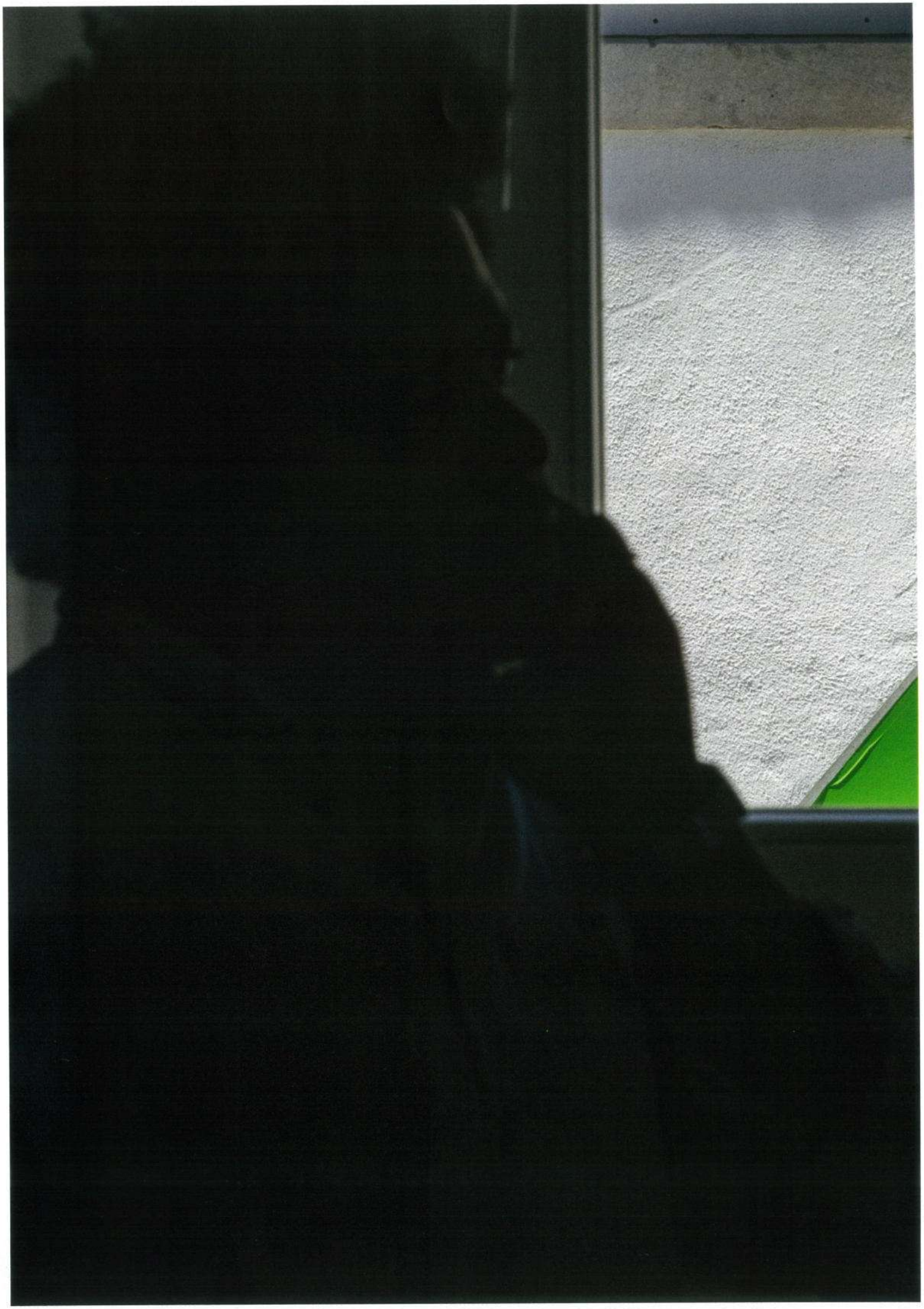
Indicadores de Atividade	Realizado 2023	Realizado 2024	Realizado 2025	Variação 2025/2024 (%)
Nº Voluntários com atividade no ano - Global	507	688	716	4%
Nº Novos voluntários em atividade	181	315	313	-1%
Nº Voluntários cessantes	123	305	174	-43%
Nº Horas realizadas pelos Voluntários - Global	21 689	27 633	26 396	-4%
Nº Serviços e Equipamentos com voluntários	94	104	102	-2%

A partir de julho de 2025, o DEES passou também a integrar a área da promoção da empregabilidade de pessoas com deficiência, através da criação da Unidade de Talento e Transformação do DEES, transferindo as competências da extinta Unidade de Missão Valor T alargando significativamente o âmbito de atuação do Departamento.

Nesta área, a Valor T concentrou a sua atuação no apoio à pessoa com deficiência na procura e na realização do seu potencial profissional, no apoio às entidades empregadoras e parceiras, e na execução da Agenda 2025 da Rede Valor T IES, apoiando **21** Instituições de Ensino Superior na concretização dos respetivos Planos de Ação e promovendo iniciativas colaborativas que valorizam as competências especializadas da SCML. Este trabalho permitiu reforçar a capacitação das instituições parceiras, estimular práticas de inclusão no ensino superior e consolidar uma rede interna de colaboração orientada para a promoção de percursos profissionais mais inclusivos. Reforçou ainda a sua intervenção junto de candidatos e empregadores, assegurando 93,4% de entrevistas de avaliação aos candidatos em fase de apreciação e realizando processos APC em territórios abrangidos por acordos com Centros de Recursos. No relacionamento com o tecido empregador, foram aprovadas e registadas **291** entidades empregadoras e analisadas **1.180** candidaturas a oportunidades profissionais, garantindo ainda a cobertura de 83,3% dos distritos do país. Promoveu igualmente 78 ações de sensibilização sobre a empregabilidade de pessoas com deficiência, contribuindo para o reforço de práticas inclusivas no mercado de trabalho.

Quadro 41 - Valor T

Designação do Indicador	Realizado 2025
% de candidatos entrevistados (entrevistas de avaliação)	93,4
% de processos APC realizados com intervenção dos centros de recursos	40
% de execução dos planos anuais de ação	100
Nº de Instituições de Ensino Superior integradas na rede	21
% de execução dos planos anuais de ação aprovados com cada IES	75
Nº de candidaturas apresentadas a postos de trabalho disponibilizados por EE inscritas na Valor T	1 180
Nº de Entidades empregadoras registadas e aprovadas	291
% de distritos cobertos por postos de trabalho disponibilizados por EE registadas na Valor T	83,3
Nº de ações de sensibilização sobre a temática da pessoa com deficiência	78




(CI)
CASA DO
IMPACTO
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

8.7
PATRIMÓNIO

Em 2025, ficou concluída a construção do Imóvel na Praça José Fontana, 36-39 e na Rua Sousa Martins, 24-28, e Reabilitação do Imóvel na Rua Sousa Martins, 22. Este projeto contemplou a construção de 32 frações habitacionais de tipologias t1 a t3 e duas frações não habitacionais (lojas comerciais) no piso térreo contribuindo assim para o aumento da receita da Santa Casa.

Quanto a outros projetos concluídos em 2025 são de salientar na área da saúde a nova ala do Hospital de Sant´Ana, onde foram acrescentadas mais 41 camas para altas hospitalares, e a renovação e modernização do 3° Piso do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, destinado ao internamento de reabilitação de adultos, o qual possui uma capacidade para 68 camas, a acrescentar ao número total de 88 camas de internamento de adultos e 16 camas de internamento pediátrico, num total de 172.

Já na área social, a Santa Casa alargou a sua resposta aos cidadãos sem-abrigo através do Centro de Alojamento Temporário da Saudade, com capacidade para 48 residentes e reabilitou a Residência Branco Rodrigues, na Parede, de modo a permitir criar um espaço mais inclusivo, capaz de acolher não só estudantes com deficiência visual, como também estudantes normovisuais que frequentem o ensino superior ou técnico profissional. Esta residência tem capacidade para 41 residentes.

Em 2025 foram desenvolvidas, diversas medidas orientadas para a redução de custos associados a arrendamentos a terceiros. Estas, permitiram a renegociação de dois contratos e a cessação de oito contratos, com a reinstalação de serviços da SCML em património próprio, garantindo maior eficiência na gestão de recursos. Um exemplo ilustrativo desta medida foi a reinstalação das Unidades de Desenvolvimento e Intervenção de Proximidade (UDIP) Oriente e Marvila no edifício do antigo Centro Infantil de Santos o Novo.

Em 2025, a SCML é proprietária de **661** imóveis, dos quais 506 urbanos e 155 rústicos. Manteve **707** contratos de arrendamento ativos, concluiu obras em 6 prédios e chegou ao final do ano com 15 obras em curso.

No âmbito da sua atividade corrente apresentou os seguintes resultados:

Quadro 42 - Património

Património	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Número de imóveis propriedade da SCML	673	**664**	**661**	0%
Imóveis urbanos	517	**509**	**506**	-1%
Prédios	274	267	264	-1%
Frações urbanas para rendimento	151	150	149	-1%
Frações urbanas para atividade	60	60	60	0%
Terrenos urbanos	32	32	33	3%
Imóveis rústicos	156	**155**	**155**	0%
Número de imóveis arrendados pela SCML	44	**31**	**24**	-23%
Valor rendas pagas pela SCML (€)	1 695 163,78 €	**2 001 223,70 €**	**1 971 891,00 €**	-1%
Número de contratos arrendamento	692	**717**	**707**	-1%
Valor rendas recebidas pela SCML (€)	8 495 437,99 €	**9 539 267,51 €**	**10 426 283,04 €**	9%
Número de Pedidos de conservação/manutenção	6 678	**5 981**	**5 324**	-11%
Número de Pedidos de conservação/manutenção respondidos	5 925	**3 345**	**4 161**	24%
Número de Prédios com obras concluídas	4	**3**	**6**	100%
Número de Prédios com obras em curso	15	**14**	**15**	7%
Número de Heranças/legados/doações recebidas	4	**5**	**0**	-100%
Valor (€) Heranças/legados/doações recebidas	363 152,09 €	**368 893,84 €**	**965 998,00 €**	162%


SANTA C
APOSTA N
REABILITA
SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

CASA

A

ÇÃO URBANA

scml.pt

8.8
JOGOS
SANTA CASA

Fruto da relação de confiança entre o Estado português e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), o Departamento de Jogos explora os jogos sociais do Estado, em regime de exclusividade para o território nacional e procede à distribuição dos respetivos resultados de exploração aos beneficiários previstos na lei.

Zelando, diariamente, pela Missão que nos foi confiada, garantimos o cumprimento da política nacional de jogos definida, contribuindo para o entretenimento dos apostadores e criando valor, que devolvemos à sociedade através do financiamento de despesas de natureza social. Através dos prémios atribuídos aos apostadores e da distribuição dos nossos resultados a um vasto conjunto de beneficiários (com atuações em áreas tão fundamentais como a ação social, a saúde, o desporto ou a cultura), entre outras formas de redistribuição, asseguramos o retorno à sociedade do dinheiro que é investido nos nossos jogos.

Quadro 43 - Departamento de Jogos

Departamento de Jogos	Números Chave
Vendas Brutas	3.143 milhões de euros
Boas Causas	714 milhões de euros
Boas Causas por dia	2 milhões de euros
Retorno à Sociedade	97,30%
Prémios Atribuídos	1.944 milhões de euros
Prémios Atribuídos por dia	5 milhões de euros
N.º de prémios pagos	223 milhões
Novos milionários (Prémios >= 1M€)	44
Pontos de Venda	5.210
Apostas registadas	1.426 milhões
Valor médio por registo de apostas	2,7 euros
Eficiência de exploração (Gastos/Vendas Brutas)	3,20%
Downloads App JSC e App Placard	803 mil
N.º utilizadores ativos (Site e App JSC)	526 mil

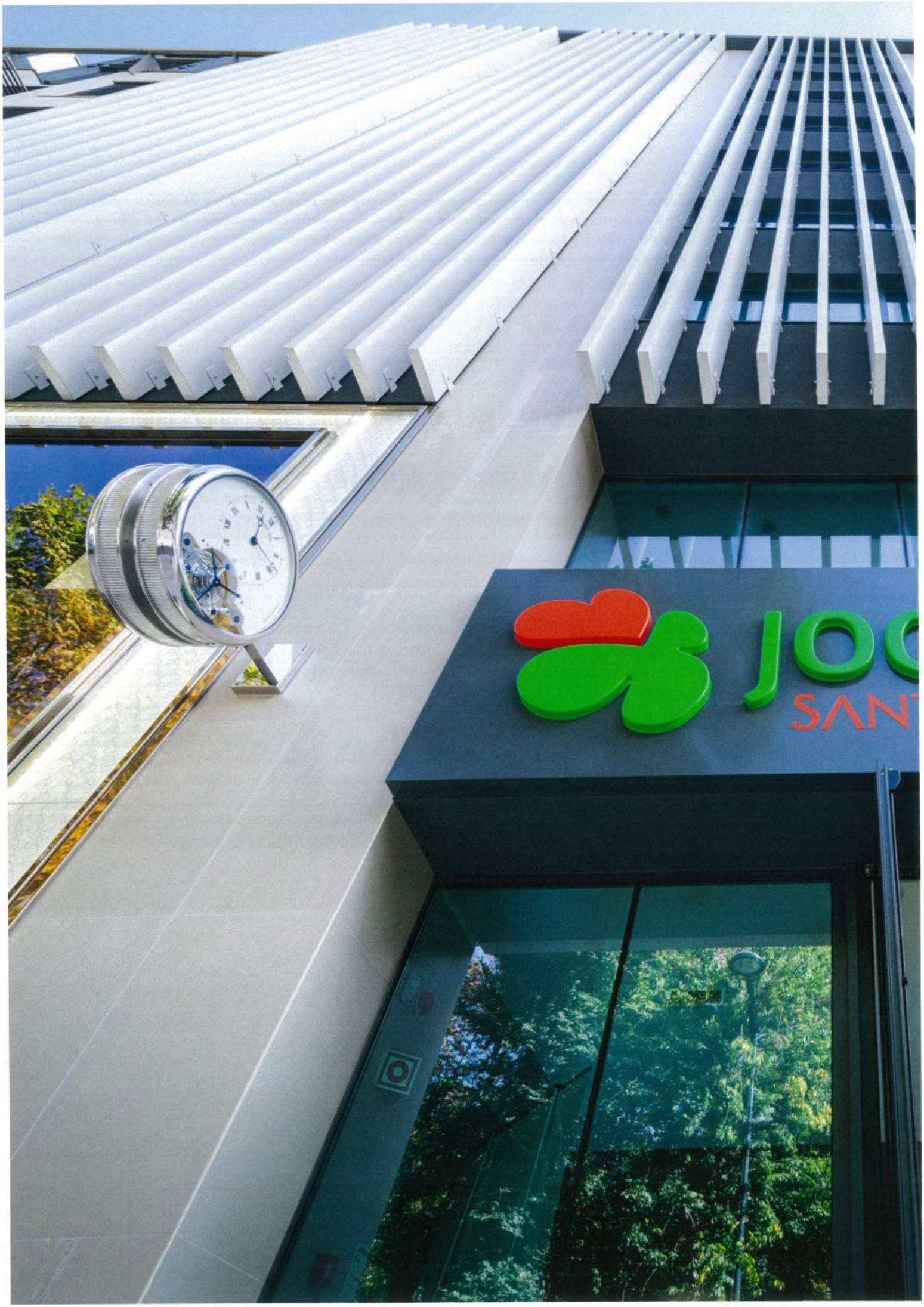
A atividade desenvolvida em 2025 traduziu-se no alcance do segundo melhor volume de vendas de sempre. As vendas através dos canais digitais atingiram mesmo o maior valor de vendas até ao presente, ao atingirem o montante de 137 milhões de euros.

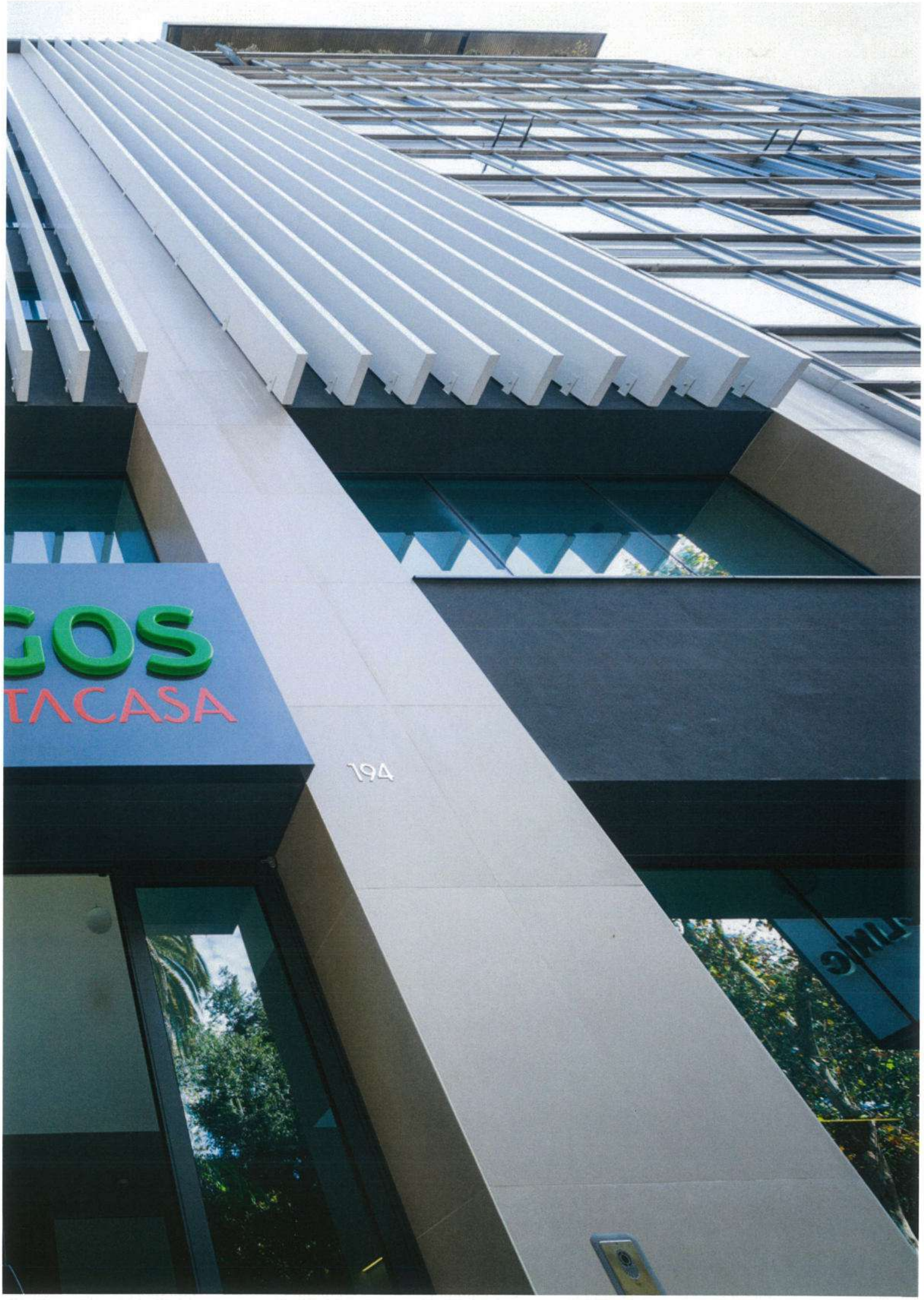
Esta performance permitiu gerar montantes de retorno social de enorme impacto, ultrapassando os 3 mil milhões de euros. Os beneficiários viram os resultados que lhe são destinados crescerem mais de 28 milhões de euros, tendo os resultados distribuídos atingido o valor de 702 milhões de euros.

O alargamento da rede de mediadores em curso levou a que em 2025 tenhamos já contado com 5.210 pontos de venda, mais 285 do que no final de 2024, onde são assegurados mais de 20 mil postos de trabalho. Esta presença constitui um enorme estímulo para as economias locais e coesão social, tendo as remunerações pagas aos mediadores dos jogos sociais do Estado ascendido a 250 milhões de euros.

As nossas marcas estiveram mais uma vez ao lado das causas que apoiamos. No âmbito do Programa IMPULSO | Bolsas de Educação Jogos Santa Casa, atribuímos bolsas de educação a 51 atletas olímpicos, paralímpicos, esperanças paralímpicas e surdolímpicas. Patrocinámos seleções e eventos desportivos, destacando-se o apoio ao desporto feminino. Reforçamos a nossa proximidade da sociedade em eventos emblemáticos e revestidos de valores de partilha e solidariedade.

Em 2025 destaca-se como principal marco da atividade dos JSC a modernização da plataforma de suporte à Lotaria Instantânea que, com a fase terminada neste ano, permitiu a otimização dos processos de encomendas, ao viabilizar a eliminação de redundâncias, o reforço do controlo e a melhoria da monitorização operacional, alinhando simultaneamente a operação com políticas ambientais e com a redução de custos.


JOO
SANT


GOS
TACASA
194

8.9
CULTURA

Em 2025, o Tesouro da Capela de São João Baptista, integrado no Museu de São Roque, foi oficialmente classificado como Tesouro Nacional, reconhecimento que sublinha o seu valor excecional para a história, a arte e a identidade cultural de Portugal.

Este acervo, composto por 298 peças de ourivesaria, paramentaria, rendas, livros e mobiliário, resulta de uma encomenda régia de D. João V às mais prestigiadas oficinas romanas do século XVIII. Mantido desde a sua chegada no local para o qual foi concebido, constitui um conjunto único no panorama europeu pela sua coerência, dimensão e preservação integral no contexto original.

A classificação teve um impacto significativo na valorização do conjunto, traduzindo-se no reforço do prestígio institucional do Museu de São Roque e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no aumento da visibilidade pública e mediática, no crescimento do interesse científico e académico e na intensificação de parcerias nacionais e internacionais. Contribuiu ainda para o desenvolvimento de nova programação cultural, para o aumento da afluência de públicos e para o acesso a mecanismos de financiamento e apoio à conservação.

Este marco reforça a relevância do Tesouro enquanto testemunho singular da arte barroca e da diplomacia cultural portuguesa, garantindo a sua proteção, valorização e projeção pública. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa continuará a assegurar a conservação e fruição deste legado ímpar, agora reconhecido ao mais alto nível de salvaguarda patrimonial.

Refira-se ainda a exposição "Francisco Sá Carneiro e a Construção da Democracia Portuguesa (1934–1980)", organizada pela Associação Cultural Ephemera, no espaço histórico da Mitra que foi visitada em 2025 por 1 836 pessoas.

O podcast "O Boletim" é uma série de conversas promovidas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que explora temas culturais, históricos e sociais ligados à instituição e ao património que tutela. Em cada episódio são convidados especialistas, investigadores, artistas ou intervenientes de projetos e exposições para abordar assuntos variados, desde a história de exposições e personagens históricas relevantes, até à música, publicações, ação social e documentação arquivística da Santa Casa.

O Santa Casa Jazz Fest é um festival de jazz promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Nasceu de uma parceria com o Hot Clube de Portugal, dedicado à promoção da música jazz em espaços históricos de Lisboa. A programação combina atuações de artistas consagrados e emergentes do panorama jazzístico contemporâneo, além de apresentações da Escola de Jazz Luiz Villas-Boas e concertos para diferentes públicos, incluindo momentos familiares e atividades pedagógicas.

Ao longo de 2025, a Igreja e Museu de São Roque, e a Casa Ásia: Coleção Francisco Capelo foram visitados por 37912 pessoas e fruíram das 886 atividades desenvolvidas cerca de 20 602 participantes.

Apresenta-se a evolução dos principais indicadores da atividade cultural:

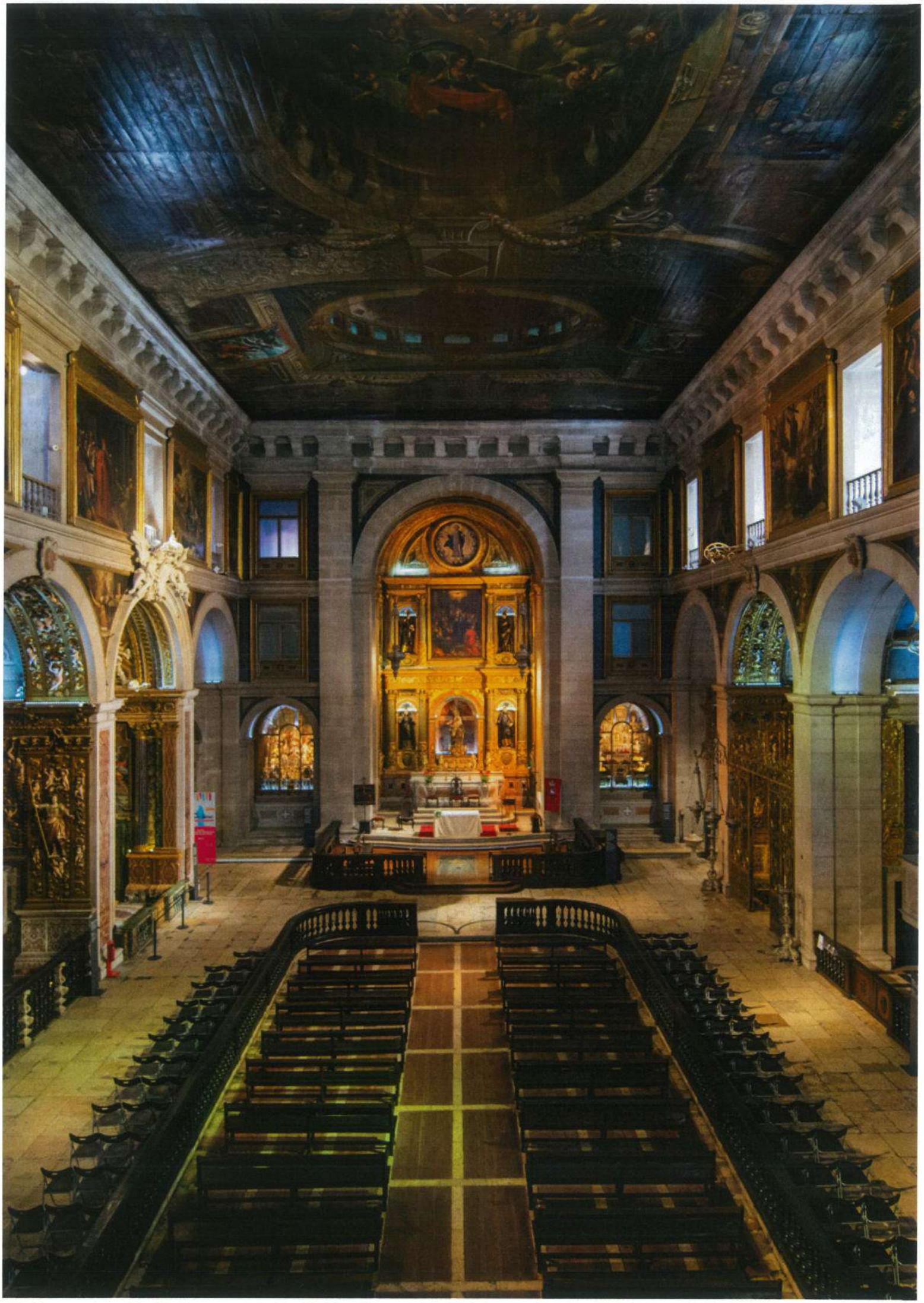
Quadro 44 - Cultura

CULTURA	2023	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Museu de São Roque e Igreja de São Roque				
Visitantes individuais (bilhete Museu) (1)	38 496	20 910	**31 075**	49%
Atividades Desenvolvidas	511	395	**452**	14%
Participantes	8 960	7 154	**7 228**	1%
Arquivo Histórico, Biblioteca e outros edifícios com valor patrimonial (2)				
Atividades Desenvolvidas	400	376	**346**	-8%
Participantes	12 406	10 693	**11 019**	3%
Total visitantes e participantes	59 862	38 757	**49 322**	27%
Total atividades desenvolvidas	911	771	**798**	4%

(1) Inclui o número de Visitantes às exposições temporárias (2023: 14.442; 2025: 5.074 visitantes à exposição *Filhos de todos... Filhos de quem? Os expostos da roda de Lisboa*)

(2) Em 2025, para além dos participantes (70) e das atividades desenvolvidas (1.618) sob o título "Arquivo Histórico, Biblioteca e outros edifícios", inclui ainda por indicação superior um acréscimo de 276 atividades e 9.401 Participantes decomposto por: Podcast "O Boletim" (28 episódios); Santa Casa Jazz Fest (12 concertos e 560 espetadores); Arquivo Itinerante - Santas Casas da Misericórdia (10 SC e 310 pessoas); HOSA (21 visitas culturais e 432 visitantes); Sessões de Leitura pela Biblioteca (138 atividades e 2.085 participantes); Jazigos, Teatro Reflexão e concertos CSPA (67 atividades/concertos/visitas e 6.014 pessoas).

Destaques	2024	2025	Variação 2025/2024 %
Casa Ásia - Coleção Francisco Capelo (3)			
Visitantes individuais	**2 031**	**6 837**	237%
Atividades Desenvolvidas	**64**	**88**	38%
Participantes	**444**	**2 355**	430%
Exposição *Atelier* de Pedro Cabrita Reis no Polo da Mitra da SCML			
Visitantes	**17 801**		
MITRA. Parcerias Exposições Temporárias			
Número de Exposições		**4**	
Visitantes		**5 319**	



8.10
FUNDO RAINHA D. LEONOR

O Fundo Rainha D. Leonor (FRDL) nasce de um Acordo de Parceria entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a União das Misericórdias Portuguesas tendo por principal intuito, apoiar prioritariamente as Misericórdias Portuguesas com desequilíbrios financeiros na finalização da construção e/ou adaptação de equipamentos sociais, comprovadamente necessários para a cobertura da resposta aos cidadãos de todo o País. O Fundo apoia também a recuperação do Património Histórico das Misericórdias.

Em 2025, destacam-se 5 visitas de vistoria às 10 obras em curso e a realização de novo Concurso Nacional de candidaturas para projetos das Misericórdias na área da Recuperação do Património. No âmbito deste novo concurso foram visitadas **46** Misericórdias candidatas e tendo ficado apurados **31** projetos.


FUNDO
RAINHA
D. LEONOR
CONTRATO DE FINANCIAMENTO
INSTITUCIONAL
E A SANTA CASA

8.11 SERVIÇOS INSTRUMENTAIS

A Direção de Estudos e Planeamento Estratégico (DIEPE) assumiu, em 2025, a coordenação do acompanhamento do Plano de Reestruturação, garantindo a monitorização semanal da execução das medidas, a produção de relatórios de progresso e a atualização contínua da informação interna. Até ao final do exercício, encontravam-se concluídas 31 das 100 medidas previstas no Plano de Reestruturação, o que corresponde a uma execução física de 63% e financeira de 21%. Em paralelo, a Direção assegurou apoio analítico aos Departamentos/Serviços da SCML, conduzindo 54 estudos (sociais, de mercado e de opinião) e emitindo 65 pareceres técnicos, maioritariamente associados a procedimentos aquisitivos. Este conjunto de atividades consolidou a capacidade institucional de análise, decisão e monitorização das iniciativas estratégicas.

No âmbito da preparação para a adoção do SNCAP, a Direção Financeira (DIF), desempenhou um papel determinante na identificação dos requisitos legais, contabilísticos e orçamentais e na avaliação do software atualmente usado na SCML, concluindo pela sua insuficiência face ao novo normativo. O diagnóstico sustentou a necessidade de uma reengenharia profunda dos processos financeiros e de uma migração tecnológica para uma nova solução de gestão integrada.

A Direção integrou o Grupo de Trabalho multidisciplinar responsável pela avaliação comparativa de diferentes soluções ERP, pela definição de requisitos e pelo planeamento do projeto que articule a migração tecnológica, reengenharia de processos e requisitos legais, encerrando 2025 com a identificação formal das lacunas do sistema vigente e a elaboração de um documento técnico de referência. Adicionalmente, apresentou o modelo preliminar de implementação e cronograma do projeto com horizonte até 31 de dezembro de 2026.

Estas realizações estabeleceram as bases para uma transformação estrutural da gestão financeira da Instituição.

Em 2025, a Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação (DISTI) prosseguiu a implementação de aplicações que visam facilitar, uniformizar e centralizar a forma como a comunicação da informação é realizada interna e externamente à SCML, aumentando a eficiência e diminuindo o desperdício de tempos de processamento.

Da atividade desenvolvida, destacam-se diversas entregas de novas aplicações e de novas versões de aplicações já existentes, designadamente: Regimento On-Line, Cabimentação e Gestão de Orçamento – [Orçamento e Pedidos de Cabimento], RH Direto, Sistema de Gestão Integrada de Compras e Contratos (SGICC) – [Bolsa de Júris, Fornecedores, Consultas preliminares, Registo de Necessidades], e Timesheet, Sistema de Apoio Domiciliário Integrado, Serviço de Transporte.

Foram alcançados progressos significativos na infraestrutura tecnológica, com destaque para a georredundância dos centros de dados, a redução do Recovery Time Objetive (RTO) e a racionalização de equipamentos, permitindo poupanças relevantes e o reforço da continuidade operacional. A DISTI apoiou ainda o Departamento de Jogos através de desenvolvimentos aplicacionais para diferentes Jogos Sociais. Implementou o sistema de Gestão de Identidades e Acessos para gerir de forma automática, os acessos dos utilizadores a pastas de rede, listas de distribuição e perfis em determinadas aplicações de negócio.

A área de Business Intelligence expandiu a monitorização operacional com mais de 50 dashboards, enquanto o sistema de Application Performance Monitoring (APM) melhorou o desempenho e antecipação de incidentes nas aplicações. No conjunto, 2025 consolidou a evolução tecnológica da SCML, aumentando a eficiência e contribuindo para uma gestão mais informada e sustentável.

Em 2025, o Gabinete Compliance (GC) concentrou a sua atuação na preparação do Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) para assegurar a conformidade com a norma ISO/IEC 27001:2022, condição essencial para a renovação da certificação aplicável à organização e à exploração dos jogos sociais do Estado. Nesse âmbito, foi conduzida uma revisão sistemática de toda a documentação estruturante do SGSI, resultando na atualização de 23 documentos: três Políticas, 16 Normas, o Âmbito do SGSI, o Contexto e Partes Interessadas, a Declaração de Aplicabilidade (SoA) e a Declaração de Conformidade Legal (DCL). Adicionalmente, foi elaborada uma nova Norma, em articulação com a Direção da Cultura, respeitante à eliminação de informação em formato digital/eletrónico.

A auditoria externa de renovação da certificação, realizada pela AENOR Portugal entre 23 e 30 de junho, decorreu com referência às normas World Lottery Association (WLA SCS:2020) e ISO/IEC 27001:2022. A auditoria foi concluída com êxito, não tendo sido identificadas quaisquer não conformidades.

Paralelamente, o GC procedeu à atualização do curso "Sistema de Gestão da Segurança da Informação – SGSI", em formato e-learning e disponibilizado na plataforma UNU, garantindo a sua conformidade com os requisitos da nova versão da norma.

No âmbito da implementação da Política de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais da SCML, destaca-se a realização de um curso em formato presencial junto dos vários serviços e equipamentos. Estas ações presenciais abrangeram 416 trabalhadores que enfrentavam constrangimentos no acesso ao curso disponibilizado em e-learning.

Adicionalmente, como reforço do Programa de Formação relativo aos Regimes Gerais de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas e de Proteção de Denunciantes de Infrações, foi disponibilizado um curso em formato e-learning destinado à generalidade dos trabalhadores.

Em 2025 o GC passou a abranger um conjunto mais amplo de competências, de natureza transversal à SCML, reforçando e alargando o âmbito das matérias relacionadas com compliance. Esta evolução traduziu-se num aumento significativo da prestação de suporte técnico às diversas áreas da organização, decorrente do volume crescente de solicitações enquadradas na compliance transversal.

Em 2025, o Gabinete de Auditoria Interna (GAI) iniciou um ciclo de atualização e alinhamento com as novas Normas Globais de Auditoria Interna (GIAS) que constituem o novo referencial internacional para a função de auditoria. Nesse contexto, o principal objetivo foi iniciar o processo de certificação de qualidade (QAIP) e de auditoria interna, do GAI e da sua equipa até 2027. Para tal, foi realizada uma gap analysis que avaliou o grau de conformidade entre os procedimentos do GAI e os requisitos normativos atualizados, constituindo o primeiro passo estruturante deste processo.

Como resultado desta avaliação e das necessidades identificadas, foram desenvolvidos documentos essenciais à função, designadamente o Estatuto de Auditoria Interna, a atualização do Manual de Procedimentos e o documento "Reconhecimento de Ética e Profissionalismo", reforçando a transparência e o rigor da atividade. Foi também proposta uma revisão do Regulamento Orgânico, com alargamento de competências e alinhamento com as GIAS.

Paralelamente, a equipa do GAI investiu fortemente na capacitação técnica, participando em formações sobre as GIAS 2025 e com a preparação para a certificação Certified Internal Auditor (CIA), totalizando 15 horas de formação, em média por colaborador. Os serviços auditados demonstraram um elevado nível de confiança e satisfação, com 98% de avaliações positivas, refletindo a qualidade e o impacto do trabalho desenvolvido.

A assessoria jurídica à Administração e o apoio técnico-jurídico aos departamentos e serviços da SCML é assegurado pela Direção Jurídica (DIJ). São ainda da sua responsabilidade a elaboração de pareceres e estudos de natureza jurídica, a participação na preparação e redação de projetos de regulamentos e demais atos normativos ou legislativos, bem como, a instrução de processos disciplinares e de inquérito e a emissão de pronúncia sobre todas as aquisições de serviços jurídicos externos. Outra das suas grandes atribuições passa pela coordenação e condução do contencioso da Instituição. Em 2025, sublinha-se a nova competência da DIJ relativa à gestão e tratamento das denuncias em matéria de assédio laboral, através do respetivo canal de denúncias interno.

Em 2025, a Direção de Compras (DICOM) prosseguiu de forma consistente a modernização dos processos aquisitivos da SCML, com destaque para o desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrado de Compras (SGIC), concebido em parceria com a DISTI. Esta solução visa uniformizar e centralizar toda a informação do ciclo de compras, desde a identificação de necessidades até à adjudicação, permitindo maior eficiência operacional, eliminação de redundâncias, melhor monitorização e apoio à decisão. O ano ficou marcado pela entrada em produção dos módulos de consultas preliminares, bolsa de júris e identificação de necessidades aquisitivas, bem como pela entrada em fase de testes dos módulos de ajustes diretos simplificados e contratações excluídas.

Sublinha-se ainda a promoção de boas práticas de contratação pública, reduzindo significativamente o recurso a ajustes diretos.

Assim, 2025 foi um ano de consolidação e aceleração da transformação digital das compras na SCML, reforçando a transparência, a eficiência e o alinhamento com os princípios de boa gestão pública.

Em 2025, a Direção de Comunicação (DIRCOM) consolidou o modelo de comunicação institucional definido no Plano de Reestruturação, contribuindo para a perceção positiva, pública e interna das iniciativas/ações desenvolvidas pela Santa Casa. A implementação de novas metodologias e procedimentos alinhados com a visão estratégica do Provedor e da Mesa contribuíram diretamente para o objetivo de renovar a confiança na Instituição e promover a transparência da sua atividade.

Foram reforçados os canais e conteúdos institucionais, com a produção e divulgação de 944 notícias, quase duplicando a meta inicialmente prevista. A DIRCOM assumiu ainda novas responsabilidades, designadamente a gestão das redes sociais do CMRA, e desenvolveu novos sites para o SOL, CMRA e HOSA.

Ao longo do ano, assegurou a produção e comunicação de grandes iniciativas culturais, sociais e institucionais — como a exposição "Filhos de todos... Filhos de quem? Os expostos da roda de Lisboa", a abertura do Centro Temporário Saudade, o Wonderland, os Santos da Casa e as festividades dos 527 anos, reforçando a visibilidade externa da SCML. Internamente, apoiou a comunicação do Plano de Reestruturação, dos Encontros de Quadros e do Plano de Pré-reformas.

O projeto "Portal do Colaborador" tornou-se, em 2025, uma peça central na modernização da Direção de Pessoas (DIP), ao agilizar processos, reduzir burocracias e melhorar a eficiência através da digitalização. Como plataforma estratégica de selfservice, reúne num único ponto de contacto todas as interações entre a SCML e os seus profissionais, garantindo acessibilidade universal, equidade no acesso à informação e maior autonomia dos colaboradores. Assim, o Portal do Colaborador afirma-se como um elemento essencial na transformação dos modelos de trabalho da SCML, reforçando modernização, simplicidade e proximidade com as Pessoas. Em 2025, foram implementados os módulos de "Férias e Ausências" e "RH Direto" – módulo no qual todos os trabalhadores passaram a poder efetuar pedidos à Direção de Pessoas através do Portal do Colaborador em detrimento do email, permitindo ao trabalhador acompanhar o estado da resposta às suas solicitações.

Em 2025, a Secretaria-Geral (SG) assegurou o necessário apoio ao funcionamento das reuniões da Mesa da SCML e garantiu os procedimentos de divulgação das respetivas deliberações, emitiu certificados, certidões e públicas formas e outros documentos análogos, procedeu à verificação dos documentos legalmente exigidos na assinatura de contratos e protocolos em que a SCML foi outorgante e garantiu a publicitação no Portal BASE dos contratos públicos celebrados. A SG contribuiu, também, com diversas iniciativas para o Plano de Reestruturação da SCML, realçando-se a iniciativa de racionalização da estrutura orgânica da SCML, a iniciativa de Centralização das Compras e da Gestão de Contratos, a iniciativa Fornecimentos e Serviços Externos de Redução de Custos, bem como a medida que visa potenciar a promoção da cedência temporária de espaços da SCML para eventos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que:

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa encerrou as contas relativas ao exercício de 2025 com Resultados Líquidos positivos no montante de 43 637 382,25 euros;

Nos termos da alínea c) do nº 11 das Resolução nº 1/93 do Tribunal de Contas deverá constar do relatório de gestão a forma como deverá ser aplicado aquele resultado.

Deverá o referido Resultado Líquido das contas do exercício de 2025 ser integrado na conta "Resultados Transitados".

Lisboa, 31 de março de 2026,

O Contabilista Certificado da SCML – N.º 35356

(Fernando Jorge Rodrigues Antunes)

O Provedor

(Paulo Alexandre Duarte de Sousa)

O Administrador com o Pelouro Financeiro

(Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego)

9. CONTAS 2025

Demonstrações Financeiras: Departamentos de Ação Social e Saúde, Empreendedorismo e Economia Social, Gestão Imobiliária e Património, Direção da Cultura, Hospital Ortopédico de Sant'Ana, Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, Escola Superior de Saúde do Alcoitão, Unidade de Missão e Serviços Instrumentais.

BALANÇO

(euros)

	Nota	31 de Dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	219 365 813	219 575 901
Propriedades de investimento	8	421 933 559	407 293 298
Ativos intangíveis	9	291 417	229 815
Ativos biológicos	10	4 311 386	3 940 453
Outros créditos a receber	11	-	179 600
Outros ativos financeiros - empréstimos	12	182 375	4 896 651
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	13	2 904 860	3 934 923
Participações financeiras - títulos	14	8 373 169	9 357 981
		657 362 579	**649 408 623**
Corrente			
Inventários	15	712 575	703 586
Clientes	16	7 724 055	2 555 768
Estado e outros entes públicos	17	2 612 245	2 106 751
Outros créditos a receber	11	48 833 579	51 356 893
Diferimentos	18	1 598 152	1 534 577
Ativos Detidos para Venda	19	32 955 133	36 087 713
Caixa e depósitos bancários	5	107 951 103	69 457 457
		202 386 842	**163 802 744**
Total do ativo		**859 749 421**	**813 211 368**
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Fundo social	20	75 815 000	75 815 000
Resultados transitados	21	601 699 152	571 355 801
Ajustamento em ativos financeiros	22	1 211 439	1 346 439
Outras variações no capital próprio	23	16 305 501	14 327 410
		695 031 092	662 844 650
Resultado líquido do período		43 637 382	30 343 351
Total do capital próprio		**738 668 474**	**693 188 001**
Passivo			
Não corrente			
Provisões	24	47 795 822	50 177 367
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	25	3 609 539	9 019 235
Financiamento obtido	27	5 778 874	5 177 784
Outras dívidas a pagar	28	6 797 088	-
		63 981 324	**64 374 386**
Corrente			
Fornecedores	26	12 579 343	9 299 116
Adiantamentos de clientes	16	533 520	533 520
Estado e outros entes públicos	17	5 550 914	5 943 134
Financiamento obtido	27	88 906	689 996
Outras dívidas a pagar	28	37 276 437	38 240 890
Diferimentos	18	1 070 503	942 324
		57 099 623	**55 648 981**
Total do passivo		**121 080 947**	**120 023 367**
Total do capital próprio e do passivo		**859 749 421**	**813 211 368**

O Contabilista Certificado da SCML – N.º 35356

(Fernando Jorge Rodrigues Antunes)

O Provedor

(Paulo Alexandre Duarte de Sousa)

O Administrador com o Pelouro Financeiro

(Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(euros)

	Nota	2025	2024
Vendas e serviços prestados	29	63.053.078	57.047.844
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	30	2.992.397	2.251.220
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	13	(896.564)	(6.481.309)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31	(3.654.902)	(3.358.615)
Fornecimentos e serviços externos	32	(60.916.027)	(58.999.578)
Gastos com o pessoal	33, 25	(177.125.753)	(157.771.010)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	15	80.107	(73.607)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	16	(149.998)	(943.604)
Provisões (aumentos/ reduções)	24	(1.080.269)	(7.360.440)
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	12	(5.014.169)	(1.263.588)
Aumentos/ reduções de justo valor	8, 10	21.515.829	12.637.809
Rendimentos dos Jogos Sociais	34	206.867.955	198.639.003
Outros rendimentos	35	28.777.504	25.864.087
Subsídios atribuídos e outros gastos	36	(28.529.286)	(28.726.517)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**45.919.902**	**31.461.694**
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7, 9	(8.620.436)	(9.252.335)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**37.299.466**	**22.209.359**
Juros e rendimentos similares obtidos	37	6.667.958	8.461.571
Juros e gastos similares suportados	37	(330.042)	(327.578)
Resultado líquido do período		**43.637.382**	**30.343.351**

O Contabilista Certificado da SCML – N.º 35356

(Fernando Jorge Rodrigues Antunes)

O Provedor

(Paulo Alexandre Duarte de Sousa)

O Administrador com o Pelouro Financeiro

(Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(euros)

	Fundo Social	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1 de janeiro de 2024	**75.815.000**	**568.904.694**	**13.934.641**	**2.451.106**	**661.105.442**
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	1.739.208	-	1.739.208
Aplicação de Resultados	-	2.451.106	-	(2.451.106)	-
	-	**2.451.106**	**1.739.208**	**(2.451.106)**	**1.739.208**
Resultado líquido do período	-		-	30.343.351	30.343.351
Resultado integral	**75.815.000**	**571.355.801**	**15.673.849**	**30.343.351**	**693.188.001**
Outras operações					
Distribuições	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
1 de janeiro de 2025	**75.815.000**	**571.355.801**	**15.673.849**	**30.343.351**	**693.188.001**
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	1.843.091	-	1.843.091
Aplicação de Resultados	-	30.343.351	-	(30.343.351)	-
	-	**30.343.351**	**1.843.091**	**(30.343.351)**	**1.843.091**
Resultado líquido do período	-		-	43.637.382	43.637.382
Resultado integral	**75.815.000**	**601.699.152**	**17.516.940**	**43.637.382**	**738.668.474**
Outras operações					
Distribuições	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2025	**75.815.000**	**601.699.152**	**17.516.940**	**43.637.382**	**738.668.474**

O Contabilista Certificado da SCML – N.º 35356

(Fernando Jorge Rodrigues Antunes)

O Provedor

(Paulo Alexandre Duarte de Sousa)

O Administrador com o Pelouro Financeiro

(Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes/ utentes	49.416.348	49.024.112
Recebimentos de inquilinos	9.893.326	9.634.698
Jogos sociais	206.293.919	193.394.755
Estado	1.283.104	417.002
Financiamento externo	4.675.286	2.932.010
Doações	877.592	101.691
Outros recebimentos	31.460.773	25.435.523
Pagamentos a fornecedores	(71.362.636)	(57.421.568)
Pagamentos ao pessoal	(105.293.218)	(99.801.543)
Pagamentos ao Estado	(56.018.861)	(57.020.921)
Pagamentos de Subsídios e Apoios Financeiros	(28.072.726)	(29.520.728)
Outros pagamentos	(7.028.569)	(15.558.558)
Caixa gerada pelas operações	36.124.338	21.616.474
Recebimentos/ pagamentos Departamento Jogos	(3.423.883)	4.161.752
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**32.700.454**	**25.778.226**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	(11.457.569)	(14.041.421)
Investimentos financeiros	(4.529.999)	(7.309.913)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	1.866.163	2.806.731
Outros ativos	13.473.143	166.441
Juros e rendimentos similares	6.581.779	8.478.312
Dividendos	66.317	47.907
Fluxos de caixa das atividades de investimento	**5.999.833**	**(9.851.943)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	(206.642)	(253.039)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	**(206.642)**	**(253.039)**
Variação de caixa e seus equivalentes	**38.493.646**	**15.673.245**
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	**69.457.457**	**53.784.212**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**107.951.103**	**69.457.457**

O Contabilista Certificado da SCML – N.º 35356

(Fernando Jorge Rodrigues Antunes)

O Provedor

(Paulo Alexandre Duarte de Sousa)

O Administrador com o Pelouro Financeiro

(Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego)

ANEXO

1. INTRODUÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como "Santa Casa" ou "SCML") é uma instituição secular sem fins lucrativos com a natureza jurídica de pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, com sede no Largo Trindade Coelho, freguesia da Misericórdia, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa, Portugal, com o NIF 500 745 471.

Ao longo dos seus mais de cinco séculos de existência, a Santa Casa tem desempenhado um papel crítico e fundamental no combate à pobreza e exclusão, prosseguindo obras de misericórdia, em conformidade com o seu compromisso orgânico.

O art.º 4.º dos estatutos refere os fins estatutários da Santa Casa, os quais correspondem à realização da melhoria do bem-estar das pessoas, prioritariamente dos mais desprotegidos, abrangendo as prestações de ação social, saúde, educação e ensino, cultura e promoção da qualidade de vida, de acordo com a tradição cristã e obras de misericórdia do seu compromisso originário e da sua secular atuação em prol da comunidade, bem como a promoção, apoio e realização de atividades que visem a inovação, a qualidade e a segurança na prestação de serviços, e, ainda, o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da economia social.

Dando cumprimento ao determinado no Decreto-Lei n.º 235/2008 de 3 de dezembro, através deste documento são apresentadas as contas do exercício de 2025 da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Departamento de Ação Social e Saúde, Departamento de Empreendedorismo e Economia Social, Departamento de Gestão Imobiliária e Património, Direção da Cultura, Hospital Ortopédico de Sant'Ana, Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, Escola Superior de Saúde do Alcoitão, Unidades de Missão e Serviços Instrumentais.

2. RESUMO DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS:

DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

O Departamento de Ação Social e Saúde (DASS), tem como objetivo gerir, de forma integrada, os serviços e estabelecimentos de ação social, de cuidados continuados integrados e de saúde de proximidade, promovendo a autonomia e a inclusão social, nomeadamente através da prestação de cuidados de saúde e do apoio nas seguintes áreas de intervenção:

a) Infância e juventude;

b) População idosa;

c) Família e parentalidade;

d) Desenvolvimento comunitário;

e) Pessoas com deficiência;

f) Cuidados continuados integrados

g) Grupos sociais desfavorecidos.

DEPARTAMENTO DE EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOCIAL

O Departamento de Empreendedorismo e Economia Social (DEES) tem por objetivo promover, apoiar e divulgar a criação e o desenvolvimento de iniciativas no âmbito do empreendedorismo e economia social, como seja apoiar a criação de microempresas através de programas de cooperação com outras entidades, dinamizar a formação de agentes de desenvolvimento no âmbito da economia social, entre outros.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO IMOBILIÁRIA E PATRIMÓNIO

O Departamento de Gestão Imobiliária e Património (DGIP) tem como objetivo gerir o património imobiliário da SCML com vista à sua preservação, reabilitação, rentabilização e valorização, gerando receitas a reverter para as causas apoiadas e para a atividade desenvolvida pela SCML. Algumas das competências do DGIP a destacar correspondem à definição de políticas de construção e conservação do património da SCML e de outros imóveis, ao planeamento, desenvolvimento e gestão de projetos e obras, à elaboração de propostas sobre aquisição de bens móveis e imóveis, alienação de bens e direitos da Santa Casa, ou mesmo aceitação ou repúdio de heranças, legados e doações.

DIREÇÃO DA CULTURA

A Direção da Cultura (DIC) tem por objetivo evidenciar o património cultural da SCML como instrumento ao serviço do desenvolvimento humano e da coesão social, favorecendo a diversificação e promovendo o acesso generalizado às formas de expressão cultural da SCML.

HOSPITAL ORTOPÉDICO DE SANT'ANA

O Hospital Ortopédico de Sant' Ana (HOSA) tem como principal missão contribuir de forma eficiente para a promoção da saúde da população, respondendo às suas necessidades através da prestação de um conjunto diversificado de cuidados médicos que se caracterizam pelo elevado nível de qualidade, pela facilidade no acesso e pela resposta em tempo útil.

CENTRO DE MEDICINA DE REABILITAÇÃO DO ALCOITÃO

O Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA) tem como atividade principal a Prestação de Serviços na Área de Reabilitação de adultos e crianças. Apostando na qualidade assistencial, na formação contínua e na investigação científica aplicada, o CMRA apresenta-se como uma instituição de prestígio, que tem mantido ao longo dos anos um elevado nível de qualidade na resposta às necessidades do seu público-alvo, orientado para um investimento cada vez mais forte na neuro-reabilitação.

O CMRA é considerado um dos melhores hospitais em reabilitação, estando vocacionado para a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência de predomínio físico ou multideficiência congénita e adquirida, de qualquer idade, provenientes de todo o País.

Refira-se que o HOSA e o CMRA integram o Centro Hospitalar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (CHSCML).

ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DO ALCOITÃO

A Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA) é um estabelecimento de Ensino Superior Particular, pioneiro em Portugal na formação de Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Terapeutas da Fala, sendo desde a sua constituição a Escola de referência nesta área. A ESSA tem como principais atividades o ensino, a investigação e a difusão de conhecimentos nas áreas ministradas, devendo também contribuir, através dos meios que lhe são próprios, para a melhoria do nível de saúde da população.

A SCML promove, através da ESSA, a celebração de acordos de cooperação com instituições de ensino público e privado, nacionais e estrangeiras, tendo em vista a promoção do intercâmbio científico e o desenvolvimento de atividades relevantes para o ensino e investigação, no âmbito científico ministrado ou noutros considerados de interesse.

UNIDADES DE MISSÃO

Com a exceção da Unidade de Missão - Programa Lisboa, Cidade de Todas as Idades, em 2025 foram extintas as restantes Unidades de Missão e as suas atividades foram integradas nos Departamentos e Serviços da SCML.

SERVIÇOS INSTRUMENTAIS

Os serviços instrumentais necessários à prossecução das atribuições da Santa Casa correspondem à Secretaria-Geral, à Direção de Estudos e Planeamento Estratégico, à Direção Jurídica, à Direção de Recursos Humanos, à Direção Financeira, à Direção de Comunicação e Marcas, à Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação, ao Gabinete de Auditoria Interna, ao Gabinete de Relações Internacionais, ao Gabinete de Compliance e à Direção de Compras.

Os órgãos de administração da Santa Casa, definidos através do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, são a Mesa e o Provedor.

Constituem ainda órgãos consultivos e de fiscalização, o Conselho Institucional, o Conselho de Jogos, o Conselho de Auditoria e o Encarregado de Proteção de Dados (EPD).

As demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 20 de março de 2026. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa, bem como a sua posição, performance financeira, alterações no capital próprio e fluxos de caixa.

3. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2025, tendo sido preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excetuando as propriedades de investimento, os ativos biológicos e os ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Santa Casa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 4.23.

DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que tenham implicado a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Estas demonstrações financeiras de acordo com as NCRF não são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que de seguida se descrevem.

CONVERSÃO CAMBIAL

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Santa Casa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da SCML e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como

"Juros e rendimentos similares obtidos" ou "Juros e gastos similares suportados" se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/ operações de financiamento; ou, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos" para todos os outros saldos e transações, reconhecidos na demonstração dos resultados.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira foram como segue:

Cotações de Moeda Estrangeira

Moeda	2025	2024
USD	1,1750	1,0389
CAD	1,6088	1,4948
BRL	6,4364	6,4253
MZN	74,340	65,730

Fonte: https://www.bportugal.pt/taxas-câmbio

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o "custo considerado" determinado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

A partir do exercício de 2025, a Santa Casa passou a capitalizar os ativos fixos tangíveis cujo valor de aquisição seja superior a 1.000 euros. Contudo, também são capitalizados os ativos com valor inferior a 1.000 euros sempre que estejam sujeitos a controlo individualizado e disponham de localização física identificável, bem como quando se trate de aquisição de obras de arte que são reconhecidas como ativo fixo tangível, independentemente do valor

de aquisição.

Dado que o impacto decorrente da aplicação da nova política contabilística de reconhecimento e mensuração não se revelou materialmente relevante para o exercício de 2024, não se procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Quanto às obras de arte os encargos de conservação apenas serão reconhecidos como ativo fixo tangível se a obra de arte já se encontrar reconhecida no ativo da SCML.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do exercício em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, por contrapartida de provisões, quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	Entre 4 a 75 anos
Equipamento básico	Entre 1 a 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 6 a 10 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 1 a 8 anos
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	Entre 1 a 15 anos
Obras de arte	Não Aplicável
Outras ativos tangíveis	Entre 1 a 20 anos

A vida útil atribuída a benfeitorias em propriedades alheias à Santa Casa, englobada no mapa acima na rubrica Edifícios e Outras Construções, corresponde à duração do contrato de arrendamento ou protocolo de cedência vigente.

As vidas úteis dos ativos tangíveis são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (Nota 4.5).

Os ganhos ou perdas na alienação (desreconhecimento) dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de obtenção de rendas e estão reconhecidas pelo modelo do justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado com base na NCRF11 – Propriedades de investimento, atento o descrito abaixo relativamente às frações devolutas.

Para as propriedades urbanas com rendimento foi utilizado o método de rendimento para determinar o justo valor desses ativos. Assim, procedeu-se ao somatório das rendas anuais efetivamente praticadas sobre as quais foi calculada uma perpetuidade com base na taxa média de rendimento de 3,25%.

Para as frações devolutas, procedeu-se a um desconto de 10% sobre a avaliação efetuada em 2025 por avaliadores imobiliários certificados.

Nas propriedades rústicas, o justo valor foi calculado pelo método do rendimento com a valorização autónoma dos ativos biológicos, quando aplicável.

Os ganhos ou perdas provenientes da retirada ou alienação de propriedades de investimento são determinados como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos em resultados.

ATIVOS INTANGÍVEIS

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e corresponde ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os principais ativos intangíveis correspondem aos programas de computador (software) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e à atividade.

A Santa Casa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis mais significativos são conforme segue:

	Vida útil
Programas de computador	Entre 1 a 4 anos

A Santa Casa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos anualmente quanto à sua razoabilidade.

IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Santa Casa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Santa Casa regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o "goodwill", para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos investimentos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados:

a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Santa Casa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os investimentos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os investimentos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Santa Casa classifica e mensura ao justo valor os investimentos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e investimentos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício.

A Santa Casa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os investimentos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a SCML reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da Santa Casa correspondem ao património silvícola da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, explorado diretamente e cujas unidades de produção de cortiça, de olival, pinheiro-bravo, carvalho e eucalipto, se destinam à venda a grossistas de cortiça e madeira.

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita/apanha.

Na determinação do justo valor dos montados de Sobro (produção de cortiça) foi utilizado o método do valor fundiário, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, o rendimento obtido, taxa de capitalização e anos do ciclo de produção. Ao valor fundiário dos montados foi adicionado o valor da cortiça criada, com base no rendimento obtido, taxa de capitalização e número de anos remanescentes para a extração.

As alterações ao justo valor são reconhecidas da demonstração dos resultados na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor".

A Santa Casa classifica os ativos biológicos de produção (sobreiros, azinheiras, pinheiro-bravo, carvalho, oliveira e eucalipto) como não correntes, exceto se estiverem classificados como detidos para venda.

COMPENSAÇÃO DE SALDOS

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

INVENTÁRIOS

Os inventários compreendem:

i) Artigos comercializáveis de "merchandising" para venda ao público (canecas, blocos, cadernos, colares, malas, etc.), essencialmente no Museu de S. Roque e Museu Casa Ásia;

ii) Material de consumo clínico, produtos farmacêuticos, produtos de limpeza e higiene, assim como outros materiais de consumo para utilização nos equipamentos sociais (lares, creches e outros) do Departamento de Ação Social e Saúde, do Hospital de Sant´Ana e do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão;

iii) Artigos relacionados com a prestação dos serviços hospitalares e de reabilitação, ações de internamento, consultas e atos terapêuticos, tais como medicação para administrar a doentes, próteses ortopédicas, materiais clínicos, entre outros.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O método de custeio dos inventários é o do custo médio ponderado.

Os inventários são ajustados por imparidade quando, à data de relato financeiro, as mercadorias que possuam um prazo de validade ou, de acordo com as estimativas de venda, não sejam comercializadas antes de atingirem esse prazo.

CLIENTES/UTENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As rubricas de clientes/utentes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicáveis.

As perdas de imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente clientes/utentes e alunos, são constituídas tendo em conta critérios de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada exercício.

As perdas por imparidade dos Clientes/utentes e dos outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que os valores a receber de terceiros se encontram em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada.

Passivos financeiros

A classificação dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados:

(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Santa Casa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As rubricas de fornecedores e outras dívidas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida, e orfandade, tendo sido constituído um fundo de pensões para o efeito (doravante designado de "Fundo de Pensões"), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição. Assegura, ainda, complemento de pensões e comparticipação de encargos com saúde a alguns colaboradores cujo rendimento per capita dos respetivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida.

A Santa Casa assume adicionalmente a responsabilidade pelo pagamento de reformas, desde a data do direito à reforma até ao momento da passagem efetiva à reforma, dos colaboradores. Estes pagamentos correspondem a parte do salário do colaborador até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte de tempo de 2-3 meses.

Conforme referido na Nota 23, o Fundo de Pensões foi constituído de forma a financiar a totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

• FUNDO DE PENSÕES DA SANTA CASA

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como "CGA"), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80 de 24 de Julho.

O Fundo de Pensões constituído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas (aplicáveis à Santa Casa):

- Decreto-Lei n.º 247/80 – compreende o pessoal que ficou abrangido desde 31 de Julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do art.º 2º), pessoal que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (art.º 3º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a SCML um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem atualização (n.ºs 1 e 2 do art.º 6º);
- Decreto-Lei n.º 94/2000 – os colaboradores da Santa Casa que, até 31 de dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no art.º 1º do referido diploma. As responsabilidades a cargo da Santa Casa são as seguintes:
    - Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei n.º 498/72, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);
    - Quotização à CGA (10% do salário).

Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo fundo de pensões correspondem a:

- Pensão de velhice e invalidez – pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);
- Pensão de sobrevivência imediata e orfandade – em caso de morte de colaborador ativo a Santa Casa pagará uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;
- Pensão de sobrevivência diferida - em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos de sobrevivência a pensão a atribuir pelo CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da SCML será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de "rating" elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao justo valor dos ativos do fundo, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados, deduzido do valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no capital próprio.

- **COMPLEMENTO DE PENSÕES E COMPARTICIPAÇÃO DE ENCARGOS COM SAÚDE**

De acordo com o regulamento de pessoal, todos colaboradores aposentados ou reformados cujo valor do rendimento per capita dos respetivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida, são beneficiários de complemento de pensão.

São atribuídas comparticipações de encargos com saúde aos colaboradores referidos no parágrafo anterior e aos colaboradores no ativo com doença crónica grave e/ou incapacitante.

Foi reconhecida à data de transição uma provisão, com base no número de colaboradores em causa, respetivas idades e montante pago em anos anteriores.

- **FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS**

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica "Outras dívidas a pagar".

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Santa Casa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Santa Casa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinado considerando a classe de obrigações de forma agregada.

- **PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO**

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com fornecedores e colaboradores em processos em que a SCML consta como réu. A Santa Casa reconhece esta provisão quando se estima que há uma probabilidade razoável de incorrer em pagamentos.

- **PROVISÃO PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE JAZIGOS**

A Santa Casa tem uma responsabilidade perpétua quanto à manutenção e conservação de jazigos, no âmbito de processos de herança de beneméritos da SCML. A Santa Casa regista uma provisão por conta dos custos a suportar tendo por base o custo médio de conservação por jazigo e em função do número total de jazigos sob a sua responsabilidade.

- **SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO**

A Santa Casa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos equiparáveis pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente do seu recebimento.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados no resultado do exercício.

LOCAÇÕES

Nas locações consideradas operacionais, únicas às quais a Santa Casa recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

REGIME DO ACRÉSCIMO (GASTOS E RENDIMENTOS)

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

RÉDITO

O Rédito da Santa Casa é determinado pela venda de produtos e prestação de serviços no âmbito das atividades desenvolvidas. As naturezas mais significativas são as seguintes:

i) Receitas da comercialização de artigos de "merchandising" Santa Casa e Museu de S. Roque. O Rédito é reconhecido no momento de venda dos artigos ao cliente final, em conformidade com os critérios de reconhecimento de Rédito por venda de bens contemplados na NCRF 20 – Rédito;

ii) Prestação de serviços de ação social a utentes/clientes prestados em equipamentos sociais, com as seguintes respostas, (o Rédito é reconhecido mensalmente em função dos serviços prestados):

   a) Creche;

   b) Creche familiar;

   c) Jardim-de-infância;

   d) Centro de dia;

   e) Estrutura Residencial (para pessoas idosas, pessoas com incapacidade/deficiência e pessoas com necessidades de acompanhamento terapêutico);

f) Serviço de apoio domiciliário;

g) Apartamentos Terapeuticamente Assistidos;

h) Centro de atividades ocupacionais;

i) Centro de reabilitação para pessoas com cegueira/baixa visão.

j) Outras atividades que possam vir a ser definidas pela Mesa da Santa Casa.

iii) Prestação de serviços de saúde a utentes/clientes, prestados por unidades de saúde de proximidade e por unidades de cuidados continuados integrados;

iv) Venda de material terapêutico efetuada aos utentes, sendo o rédito reconhecido após a entrega do material ao utente, ou seja, com a transferência dos riscos e benefícios inerentes à sua propriedade;

v) Prestação de serviços de saúde, cujo rédito é reconhecido no ato médico quando se trata de serviços prestados pelo HOSA. Quando prestados pelo CMRA, é reconhecido quando é provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e a fase de acabamento do serviço prestado à data do balanço possa ser estimada com fiabilidade. Os serviços prestados são os seguintes:

a) Internamentos: os serviços prestados pelo HOSA e pelo CMRA compreendem os atos cirúrgicos e os períodos de internamento associados. No caso da faturação por GDH (grupos de diagnóstico homogéneo) a faturação é especializada mensalmente e só é faturada após a codificação dos processos clínicos;

b) Consultas externas: serviços de consulta externa nas várias áreas de especialidade tais como, Ortopedia/Traumatologia, Anestesiologia, Cirurgia plástica reconstrutiva e estética, Clínica geral, Fisiatria, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Reumatologia, prestadas a utentes do SNS e outros subsistemas de saúde. Contempla ainda consultas de medicina física e reabilitação especializada, consultadorias e intervenção em reabilitação;

c) Meios complementares de diagnóstico: exames complementares de diagnóstico nas áreas da radiologia, imagiologia e análises, ginásios e laboratórios;

d) Atos terapêuticos: serviços de saúde nas vertentes da medicina física e reabilitação, fisioterapia, terapia da fala e ocupacional, atos de enfermagem, gessos, entre outros.

vi) Matrículas dos alunos da ESSA, inscrições nas licenciaturas, mestrados, pós-graduações, ações de formação contínua, pagamento de candidaturas e propinas de frequência e pagamentos de emolumentos académicos;

vii) Rendimentos do Património Imobiliário: Rendimentos provenientes da rentabilização do património imobiliário da Santa Casa, não utilizado nas atividades de ação social e outras enquadradas no objeto social da SCML, como sendo rendas de terrenos e de edifícios, de estacionamentos, cedência de instalações e condomínios.

OUTROS RENDIMENTOS

• PRÉMIOS CADUCADOS

Santa Casa reconhece rendimentos associados à caducidade dos prémios de Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos, à data em que se vence o direito à reclamação dos prémios, ou seja, 3 meses após a data do sorteio/extração.

Os prémios caducados reconhecidos pela Santa Casa correspondem aos prémios caducados do Euromilhões (conforme o art.° 10° do Decreto-Lei n.° 210/2004, de 20 de Agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.° 44/2011, de 24 de Março), aos prémios caducados da Lotaria Nacional (conforme o art.° 22° da Portaria n.° 1016/2010, de 4 de Outubro), aos prémios caducados das Apostas Desportivas à Cota (conforme o art.° 14° Do Decreto Lei n.° 67/2015, de 29 de Abril), e ainda aos prémios caducados do Totosorteio (conforme o art.° 7.° do Decreto-Lei n.° 43/2016, de 16 de Agosto).

• RESULTADOS DOS JOGOS SOCIAIS

Como beneficiário direto dos resultados gerados pelos Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos, a Santa Casa reconhece como "Outros rendimentos" o valor dos resultados comunicados e pagos mensalmente pelo Departamento de Jogos.

• RENDIMENTOS APOSTAS DESPORTIVAS À COTA E EUROSORTEIO

A SCML reconhece rendimentos associados às deduções legais de 2% sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota e Eurosorteio, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.° 67/2015 de 29 de abril e Decreto-Lei n° 98/2023 de 20 de outubro, respetivamente.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de utentes, inquilinos, jogos sociais e comparticipações, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de impostos indiretos líquidos e subsídios.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos tangíveis, remuneração e liquidação de equivalentes de caixa na sua maturidade ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, pagamento de rendas de locações, juros e despesas relacionadas.

MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a Santa Casa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Santa Casa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

- **ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES**

i) PROVISÕES

A Santa Casa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, a Santa Casa suporta os seus julgamentos com base em opiniões jurídicas para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (Nota 22).

ii) PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos atuariais terão impacto no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso no capital próprio (Nota 23).

iii) ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos no âmbito da atividade (Nota 7 e Nota 9).

iv) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (JUSTO VALOR)

A determinação do Justo Valor das Propriedades de investimento é obtida através da avaliação de cada imóvel, por aplicação dos critérios descritos na Nota 8. Sempre que possível, a Santa Casa recorrerá a avaliadores independentes, sem prejuízo da análise posterior que é desenvolvida aos respetivos resultados e, sobretudo, às justificações apresentadas, ou à falta delas, para variações significativas que ocorram face a anteriores avaliações dos mesmos bens.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

5. FLUXOS DE CAIXA

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

A Santa Casa não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para o período apresentado.

DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

(euros)

	2025	2024
Numerário		
- Caixa	12 971	77 742
	12 971	**77 742**
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	15 998 676	16 144 859
- Depósitos a prazo < 90 dias	26 563 000	36 156 400
- Depósitos a prazo ≥ 90 dias	65 376 456	17 078 456
	107 938 132	**69 379 715**
Outros Activos Financeiros	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	**107 951 103**	**69 457 457**
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total	**107 951 103**	**69 457 457**

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025 é como segue:

(euros)

	2025	2024
Caixa	12 971	77 742
Depósitos bancários	107 938 132	69 379 715
Caixa e equivalentes de caixa	**107 951 103**	**69 457 457**

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

ALTERAÇÕES ÀS NORMAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO

Não se verificaram quaisquer alterações às normas contabilísticas de relato financeiro em vigor para os períodos apresentados.

ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não foi identificada no período findo em 31 dezembro de 2025 qualquer alteração às políticas contabilísticas com impacto relevante no resultado.

ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

No período findo em 31 de dezembro de 2025 não foi identificado qualquer erro relativo a exercícios anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCRF 4.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

(euros)

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Obras de arte	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2025									
Custo de aquisição	38.484.718	267.304.441	27.192.000	5.091.546	24.492.028	11.444.372	10.040.680	5.849.856	389.899.639
Depreciações acumuladas	-	(109.338.728)	(24.447.874)	(4.638.483)	(22.622.149)	-	(9.276.505)	-	(170.323.738)
Valor líquido	**38.484.718**	**157.965.713**	**2.744.126**	**453.063**	**1.869.879**	**11.444.372**	**764.175**	**5.849.856**	**219.575.901**
Adições	-	126.486	566.341	331.597	34.606	207.994	380.597	6.678.836	8.326.458
Alienações	-	-	-	(22.950)	(29.097)	-	-	-	(52.047)
Transferências p/firme	-	1.976.194	-	-	469.016	-	-	(2.445.209)	-
Transferências p/PI	-	-	-	-	-	-	-	(58.922)	(58.922)
Regularizações e abates	-	(0)	(89.011)	-	(2.766)	-	(187)	(9.102)	(101.066)
Depreciação - exercício	-	(6.350.922)	(855.215)	(188.858)	(806.846)	-	(259.573)	-	(8.461.414)
Depreciação - alienações	-			16.045	28.894	-	-		44.939
Depreciação- transf. e abates	-	-	89.011	-	2.766	-	187	-	91.964
Valor líquido	**38.484.718**	**153.717.471**	**2.455.253**	**588.898**	**1.566.451**	**11.652.366**	**885.198**	**10.015.458**	**219.365.813**
31 de dezembro de 2025									
Custo de aquisição	38.484.718	269.407.120	27.669.330	5.400.193	24.963.787	11.652.366	10.421.089	10.015.458	398.014.063
Depreciações acumuladas	-	(115.689.650)	(25.214.078)	(4.811.295)	(23.397.336)	-	(9.535.891)	-	(178.648.249)
Valor líquido	**38.484.718**	**153.717.471**	**2.455.253**	**588.898**	**1.566.451**	**11.652.366**	**885.198**	**10.015.458**	**219.365.813**

As transferências de Ativos em Curso para Ativos Fixos Tangíveis, ocorridas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, no valor de 2.445.209 euros referem-se sobretudo a obras executadas em edifícios afetos à atividade, no valor de 1.976.194 euros, que se encontram reconhecidos na rubrica de edifícios e outras construções e à aquisição de equipamentos para o novo "*data center*".

As adições efetuadas referem-se, sobretudo a obras de reabilitação e beneficiação de edifícios afetos à atividade.

Os valores contabilizados na rubrica de "Obras de arte" correspondem às obras de arte adquiridas após 1992 pela SCML, bem como as obras de arte doadas em 2017 e 2020 pelo colecionador Francisco Capelo.

A SCML procede à depreciação dos ativos fixos tangíveis, conforme as suas vidas úteis estimadas e as obras de arte, pela sua natureza, não estão sujeitas a depreciação.

As depreciações dos Ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Depreciações do exercício" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante o período findo de 31 de dezembro de 2025 a rubrica de propriedades de investimento registou a seguinte evolução, por natureza de ativo:

(euros)

	2025			2024		
	Prop. Invest.	Prop. Invest. em curso	Total	Prop. Invest.	Prop. Invest. em curso	Total
1 de janeiro						
Valor bruto	389 507 976	17 785 322	407 293 298	409 479 482	12 484 776	421 964 258
Justo Valor	**389 507 976**	**17 785 322**	**407 293 298**	**409 479 482**	**12 484 776**	**421 964 258**
Transferências p/firme	14 597 530	(14 597 530)	-	2 064 229	(2 064 229)	-
Transferências p/AFT	58 922	-	58 922	2 219 898	-	2 219 898
Transferências p/ADV	(9 856 495)	-	(9 856 495)	(35 112 713)	-	(35 112 713)
Transferências de ADV	1 075 472	-	1 075 472	-	-	-
Adições	33 871	2 453 191	2 487 062	-	7 386 286	7 386 286
Doações	-	-	-	115 631	-	115 631
Alienações	-	-	-	(676 438)	-	(676 438)
Regularizações e abates	(9 540)	-	(9 540)	(1 537 469)	(21 511)	(1 558 981)
Variação de Justo valor						
Ganhos	41 984 987	-	41 984 987	56 580 209	-	56 580 209
Perdas	(21 100 147)	-	(21 100 147)	(43 624 853)	-	(43 624 853)
	416 292 576	**5 640 983**	**421 933 559**	**389 507 976**	**17 785 322**	**407 293 298**
31 de dezembro						
Valor bruto	416 292 576	5 640 983	421 933 559	389 507 976	17 785 322	407 293 298
Justo Valor	**416 292 576**	**5 640 983**	**421 933 559**	**389 507 976**	**17 785 322**	**407 293 298**

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é detentora de prédios rústicos e urbanos.

Em 2025 foram realizadas as avaliações ao justo valor das propriedades de investimento.

O montante registado na rubrica 'Propriedades de Investimento em Curso' refere-se ao investimento em obras de adaptação e requalificação de propriedades de investimento.

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento até 31 de dezembro de 2025, foram como segue:

(euros)

	2025	2024
Rendas de propriedades de investimento	10 430 997	9 622 837

Os encargos incorridos com conservação e manutenção de propriedades de rendimento até 31 de dezembro de 2025, foram os seguintes:

(euros)

	2025	2024
Encargos com conservação	414 116	373 274

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se a programas informáticos adquiridos para suporte às atividades operacionais e administrativas da Santa Casa. Durante o período de relato é como segue:

(euros)

	2025	2024
1 de janeiro		
Custo de aquisição	12 231 873	12 191 542
Amortizações acumuladas	(12 002 058)	(11 867 569)
Valor líquido	**229 815**	**323 973**
Adições	220 624	40 331
Transferências e abates	-	-
Amortização - exercício	(159 022)	(134 489)
Valor líquido	**291 417**	**229 815**
31 de dezembro		
Custo de aquisição	12 452 497	12 231 873
Amortizações acumuladas	(12 161 080)	(12 002 058)
Valor líquido	**291 417**	**229 815**

A SCML procede à depreciação dos ativos intangíveis em função da estimativa da vida útil e do eventual valor residual.

10. ATIVOS BIOLÓGICOS

A 31 de dezembro de 2024 e de 2025, os ativos biológicos registados referem-se às seguintes naturezas:

(euro

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ao justo valor						
Montado de Sobro (produção de cortiça)	-	3 855 289	3 855 289	-	3 496 369	3 496 36
Olival Velho Tradicional	-	70 896	70 896	-	59 080	59 08
Pinheiro Bravo	-	80 327	80 327	-	82 335	82 33
Carvalho	-	160 000	160 000		152 000	152 00
Eucalipto	-	144 875	144 875	-	150 670	150 67
	-	**4 311 386**	**4 311 386**	-	**3 940 453**	**3 940 45**

No período findo em 31 de dezembro de 2025, os ativos biológicos da Santa Casa compreendem várias unidades de produção de cortiça, de olival, de pinheiro-bravo, de carvalho e eucalipto detidas pela SCML e exploradas como tal.

As medidas de quantificação física dos ativos biológicos, utilizadas a 31 de dezembro de 2025, divididos por tipologia, assim como as estimativas não financeiras efetuadas encontram-se descritas na tabela seguinte:

Ativo biológico/ produto agrícola	Medidas de quantificação	Fatores de cálculo
Montado de Sobro (produção de cortiça) Olival Pinheiro Bravo Carvalho Eucalipto	Método de capitalização do rendimento	Rendimentos possíveis ou efetivos, fluxos contabilísticos dos custo de manutenção inerentes ao ciclo produtivo, taxa de capitalização e anos do ciclo de produção.

A variação ocorrida no valor dos ativos biológicos, para o período apresentado, é como segue:

(euros)

	Montado de Sobro (produção de cortiça)	Pinheiro Bravo	Eucalipto	Olival Velho Tradicional	Carvalhos	Total
31 de Dezembro de 2024	**3 496 369**	**82 335**	**150 670**	**59 080**	**152 000**	**3 940 453**
Adições						
- Aquisições						
- Plantação de árvores						
- Regularizações	-					-
Reduções						
- Extrações	(60 367)			(682)		(61 049)
Variações do justo valor	419 287	(2 008)	(5 795)	12 498	8 000	431 981
31 de Dezembro de 2025	**3 855 289**	**80 326**	**144 875**	**70 896**	**160 000**	**4 311 386**

11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como segue:

(euros)

		2025			2024		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores							
Entidades relacionadas	i)	2 838 047		2 838 047	2 617 161	-	2 617 161
Financiamentos externos	ii)	2 374 078		2 374 078	2 456 855	-	2 456 855
Distribuição de Resultados do DJ	iii)	37 956 932		37 956 932	37 339 419	-	37 339 419
Adiantamentos CTT - Subsídios	iv)	17 653		17 653	39 886	-	39 886
Outros	v)	2 948 171	-	2 948 171	5 607 572	179 600	5 787 172
Pessoal	vi)	527 232		527 232	446 377	-	446 377
Devedores por acréscimos de rendimentos	vii)	2 279 444		2 279 444	2 958 103	-	2 958 103
Cobrança Duvidosa		3 296 852		3 296 852	3 297 502	-	3 297 502
Imparidade de Pessoal		(183 162)		(183 162)	(183 812)		(183 812)
Imparidade de outros devedores		(3 221 666)		(3 221 666)	(3 222 171)		(3 222 171)
Outros créditos a receber		**48 833 579**	**-**	**48 833 579**	**51 356 893**	**179 600**	**51 536 493**

Entidades relacionadas: saldos resultantes das transações operacionais entre a Santa Casa, o seu Departamento de Jogos e as participadas SAS, LHEA, SC Global e o HCVP (Nota 39);

Financiamentos Externos: Valores a receber no âmbito de candidaturas a Medidas e Programas nacionais e da Comissão Europeia, e ao acordo de cooperação celebrado entre o IEFP (entidade que atribui subsídios à formação) e a Santa Casa;

Distribuição de Resultados do DJ: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados do Departamento de Jogos, a distribuir pelos beneficiários dos Jogos Sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011 de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril;

Adiantamentos CTT: Corresponde a adiantamentos efetuados sobre a emissão de vales para pagamento de subsídios;

Outros: corresponde a dívidas de outros devedores. O valor inscrito em 2024 na rubrica não corrente é relativo à dívida da Fundação Ricardo Espírito Santos Silva;

Pessoal: O valor global das dívidas ativas é composto por empréstimos e adiantamentos;

Devedores por acréscimos de rendimentos:

(euros)

		2025	2024
Juros a receber	a)	475 242	467 238
Outros rendimentos	b)	1 804 201	2 490 865
		2 279 444	**2 958 103**

Juros a receber: saldo referente à especialização de rendimentos de aplicações de tesouraria de curto-prazo;

Outros rendimentos: contempla diversas especializações de cuidados de saúde prestados, o protocolo com o ISS, assim como a faturação relativa ao mês de dezembro que é processada em janeiro do ano seguinte.

12. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS

Os movimentos ocorridos em 2025 relacionados com os empréstimos a participadas são os constam no quadro seguinte:

(euros)

	SAS	SOJOGO	Clínica Oriental de Chelas	SC GLOBAL	CVPSGH	LHEA	Total
1 de janeiro de 2024	**0**	**0**	**115.995**	**0**	**0**	**475.000**	**590.995**
Empréstimos Concedidos - Transferências	13.232.635	-	-	-	4.714.276	-	17.946.911
Liquidação parcial do empréstimo	(572.635)	-	-	-	-	-	(572.635)
Transferências p/ ADV	-	-	-	-	-	(475.000)	(475.000)
Reversão de imparidade	-	-	66.379	-	-	-	66.379
Constituição de imparidade	(12.660.000)					-	(12.660.000)
31 de dezembro de 2024	**0**	**0**	**182.375**	**0**	**4.714.276**	**0**	**4.896.651**
Empréstimos Concedidos	-	-	-	3.427.592	549.893	-	3.977.485
Liquidação parcial do empréstimo	(250.000)	-	-	-	-	-	(250.000)
Reversão de imparidade	250.000	-	-	-	-	-	250.000
Utilização da provisão	-	-	-	(3.427.592)	-	-	(3.427.592)
Constituição de imparidade	-	-	-	-	(5.264.169)	-	(5.264.169)
31 de dezembro de 2025	**0**	**0**	**182.375**	**0**	**0**	**0**	**182.375**

Destacam-se:

i) A redução da perda por imparidade por liquidação de parte das responsabilidades inerentes à internacionalização dos jogos;

ii) O reconhecimento da imparidade para os empréstimos à sociedade gestora do Hospital da Cruz Vermelha.

13. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025, os movimentos relacionados com as Participações Financeiras, mensuradas através do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), são os constantes do quadro seguinte:

(euros)

	SAS	SOJOGO	Clínica Oriental de Chelas	SC GLOBAL	CVPSGH	LHEA	Total
1 de janeiro de 2024 (reexpresso)	**1.110.733**	**0**	**0**	**0**	**4.658.435**	**1.829.968**	**7.599.136**
Ganhos / (Perdas)	274.340	-	46.319	(4.837.410)	(1.964.558)	-	(6.481.309)
Ajustamento em ativos financeiros	(190.778)	-	-	-	431	(1.329.968)	(1.520.314)
Prestação de Capital	-	-	-	4.837.410	-	-	4.837.410
Transferências p/ ADV	-	-	-	-	-	(500.000)	(500.000)
31 de dezembro de 2024	**1.194.296**	**-**	46.319	**-**	**2.694.309**	**0**	**3.934.923**
Ganhos / (Perdas)	1.038.854		167.681	-	(2.103.098)	-	(896.564)
Ajustamento em ativos financeiros	(135.000)		-	-		-	(135.000)
Prestação de Capital	-		1.500	-	-	-	1.500
31 de dezembro de 2025	**2.098.149**	**-**	**215.499**	**-**	**591.211**	**-**	**2.904.860**

SOJOGO - ASSOCIAÇÃO GESTORA DOS JOGOS SOCIAIS DE MOÇAMBIQUE

A SOJOGO, entidade gestora dos jogos sociais em Moçambique, foi constituída em novembro de 2004, tendo a SCML participado com bens no valor de 295.116 euros o que correspondia a 40% do Capital Social. Em 2021 a Santa Casa detinha 87,06% da entidade e atualmente detém 68,6% da SOJOGO. Os ativos e passivos e os rendimentos e gastos gerados, conforme expresso nas demonstrações financeiras de 2024 e de 2025 da SOJOGO, são como segue:

(euros)

	SOJOGO	
	2025	2024
Ativos		
Não correntes	78 373	59 380
Correntes	734 141	1 368 102
Total do Ativo	**812 514**	**1 427 482**
Passivos		
Não correntes	-	-
Correntes	3 266 290	4 247 088
Total do Passivo	**3 266 290**	**4 247 088**
Capital Próprio	**(2 453 776)**	**(2 819 605)**
Total do Capital Próprio e Passivo	**812 514**	**1 427 482**
Atividade no ano		
Rendimentos	171 328 480	199 573 423
Gastos	(171 300 103)	(199 470 606)
Resultado líquido	**28 377**	**102 817**
% participação detida	**68,6%**	**68,6%**
	19 462	**70 491**

A 31 de dezembro de 2025, o Capital Próprio da SOJOGO é negativo confirmando a tendência registada em 2024. Assim, foi constituída em 2024 uma provisão na proporção da percentagem de participação detida pela SCML (nota 23), a qual foi reforçada em 2025.

SAS APOSTAS SOCIAIS, JOGOS E APOSTAS ONLINE, SA

Esta Sociedade de Apostas Sociais foi constituída em janeiro de 2017 e a Santa Casa participou com o montante de 270 mil euros. A Santa Casa detém 54% da "SAS Apostas Sociais, Jogos e Apostas Online, SA" (2.700 ações).

Em 2020 a SAS promoveu um aumento de capital social no valor global de 250.000 euros, que foi realizado por todos os acionistas proporcionalmente à sua participação, tendo a SCML ficado a deter 4.050 ações num valor global de 405.000 euros (750.000*54%).

As prestações acessórias de capital concedidas pela SCML à SAS ascendem a 12.232.634,68 euros. Em 2024, a SAS reembolsou o valor de 572.635 euros e em 2025 o montante de 250.000 euros. Assim, o valor em dívida a 31 de dezembro de 2025, líquido dos reembolsos efetuados pela SAS, é 12.409.999,68 euros que se encontra totalmente ajustado.

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2024 e de 2025 e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da Sociedade de Apostas Sociais, são como segue:

(euros)

	SAS	
	2025	2024
Ativos		
Não correntes	253 258	234 951
Correntes	7 054 364	4 859 081
Total do Ativo	**7 307 621**	**5 094 032**
Passivos		
Não correntes	-	-
Correntes	3 422 160	2 876 381
Total do Passivo	**3 422 160**	**2 876 381**
Capital Próprio	**3 885 462**	**2 211 659**
Total do Capital Próprio e Passivo	**7 307 621**	**5 088 040**
Atividade no ano		
Rendimentos	11 698 475	10 351 156,7
Gastos	(9 774 672)	(9 843 119)
Resultado líquido	**1 923 803**	**508 038**
% participação detida	**54%**	**54%**
	1 038 854	**274 340**

COC – CLÍNICA ORIENTAL DE CHELAS

A Clínica Oriental de Chelas, Lda. foi fundada em 1978, com a designação de Policlínica Central de Chelas, tendo iniciado a atividade assistencial nas áreas da enfermagem, radioscopia e clínica geral. Posteriormente com as alterações societárias a designação foi alterada para Clínica Oriental de Chelas, Lda. A forma jurídica da COC é uma sociedade por quotas com um capital social de 30.000 euros.

Em 2020, foi autorizada a aceitação da proposta de doação modal, de duas quotas, uma no valor de 2.000 euros e outra no valor de 26.500 euros, perfazendo um total de 28.500 euros do capital social da COC. A SCML passou a deter 95% do capital social da COC e restante capital próprio (resultados transitados e reservas legais). Em 2025, a SCML adquiriu os restantes 5% da COC pelo valor nominal de 1.500 euros, detendo atualmente a totalidade do capital social.

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2024 e 2025, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da COC, são como segue:

(euros)

	Clínica Oriental de Chelas	
	2025	2024
Ativos		
Não correntes	111 151	139 426
Correntes	594 916	447 532
Total do Ativo	**706 067**	**586 958**
Passivos		
Não correntes	-	-
Correntes	490 567	538 201
Total do Passivo	**490 567**	**538 201**
Capital Próprio	**215 499**	**48 756**
Total do Capital Próprio e Passivo	**706 067**	**586 958**
Atividade no ano		
Rendimentos	1 865 209	1 497 611
Gastos	(1 663 662)	(1 378 227)
Resultado líquido	**201 547**	**119 383**
% participação detida	**100,0%**	**95,0%**
	201 547	**113 414**

SC GLOBAL– SANTA CASA GLOBAL UNIPESSOAL, LDA.

Em 2020, foi aprovado a proposta de Estatutos da Santa Casa Global Unipessoal Lda.

O capital social da sociedade foi fixado em cinco milhões de euros, o qual foi realizado em dinheiro até ao final do primeiro exercício social, ou seja, até 31 de dezembro de 2020. A SC Global é detida a 100% pela SCML.

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2024 e 2025, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da COC, são como segue:

(euros)

	SC Global	
	2025	2024
Ativos		
Não correntes	3 696	586 177
Correntes	235 172	223 643
Total do Ativo	**238 868**	**809 821**
Passivos		
Não correntes	27 885 551	31 926 131
Correntes	129 953	196 832
Total do Passivo	**28 015 504**	**32 122 963**
Capital Próprio	**(27 776 636)**	**(31 313 142)**
Total do Capital Próprio e Passivo	**238 868**	**809 821**
Atividade no ano		
Rendimentos	10 199 139	11 126 344
Gastos	(21 196 295)	(23 476 550)
Resultado líquido	**(10 997 156)**	**(12 350 206)**
% participação detida	**100,0%**	**100,0%**
	(10 997 156)	**(12 350 206)**

Na sequência da aprovação em finais de 2024 pela Mesa da SCML do Plano de Desinvestimento dos Jogos que foi homologado em fevereiro de 2025, a SCML reconheceu até 31 de dezembro de 2025 os seguintes valores relativamente ao processo de internacionalização dos jogos:

i) Capital Social e financiamentos realizados às empresas participadas: 37.255.216 euros;

ii) Passivos sob a forma de empréstimos bancários, valor em dívida a 31/12/2025: 9.418.140 euros;

iii) Responsabilidades contingentes sobre os passivos de empresas participadas: 18.467.411 euros.

Assim, até 31.12.2025 encontram-se reconhecidas nas contas da SCML perdas, no âmbito do processo de internacionalização dos jogos, no valor de 65.140.766,13 euros.

Considerando que as empresas participadas, nomeadamente no Brasil, não têm atividade, nem trabalhadores desde novembro de 2023 é pouco provável que surjam novas ações laborais ou outras responsabilidades até agora desconhecidas. No entanto, poderão existir responsabilidades que, por desconhecimento, não se encontram consideradas no valor que se encontra reconhecido.

CVP - SOCIEDADE DE GESTÃO HOSPITALAR, S.A. (SGH)

A CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (SGH) é a sociedade que explora o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa, mediante contrato de cessão de exploração celebrado desde 3 de agosto de 1998. Esta sociedade tem o capital social de 2.500.000 euros.

Em 2020 a SCML adquiriu à Cruz Vermelha Portuguesa a participação de 54,98% que aquela Entidade detinha na CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (SGH).

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2024 e de 2025, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da CVP, são como segue:

(euros)

	CVPSGH	
	2025	2024
Ativos		
Não correntes	27.404.525	32.001.744
Correntes	19.322.418	18.649.124
Total do Ativo	**46.726.943**	**50.650.868**
Passivos		
Não correntes	22.411.799	22.808.456
Correntes	23.239.746	22.941.530
Total do Passivo	**45.651.545**	**45.749.986**
Capital Próprio	**1.075.398**	**4.900.882**
Total do Capital Próprio e Passivo	**46.726.943**	**50.650.868**
Atividade no ano		
Rendimentos	41.065.913	40.137.333
Gastos	(43.940.244)	(43.262.904)
Imposto sobre o rendimento	(939.672)	(447.910)
Resultado líquido	**(3.814.003)**	**(3.573.481)**
% participação detida	**54,98%**	**54,98%**
	(2.096.786)	**(1.964.557)**

Desde 2020 que a SCML e a Parpública têm financiado as necessidades de tesouraria da CVP-SGH. Nestes termos a SCML financiou a atividade do Hospital da Cruz Vermelha em 20,8 M€. Adicionalmente, a SCML emitiu garantias, no valor de 13,8 M€, que cobrem a totalidade da dívida bancária da SGH.

LHEA - ASSOCIATION FOR LIFELONG HEALTH EDUCATION

A "LHEA - Association for Lifelong Health Education" (LHEA) é uma associação privada sem fins lucrativos que foi criada no dia 3 de maio de 2019, com o objetivo de criar, construir e explorar uma escola de Estudos Pós-graduados em Saúde, no Concelho de Cascais. A Associação foi constituída pelos seguintes associados:

- Faculdade de ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa (UNL);
- Grupo CUF (CUF);
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML);
- Associação Nacional das Farmácias (ANF);
- Câmara Municipal de Cascais (CMC).

A SCML tem uma participação minoritária de 24,39% do fundo constitutivo da Associação.

O Município de Cascais cedeu à sociedade Hospital CUF, S.A., em regime de direito de superfície, um terreno com a área de 18.226,98 m2 pelo prazo de 40 anos, com início em agosto de 2017. A LHEA adquiriu uma quota de 4/18 (cerca de 4.000 m2) desse direito de superfície, pelo valor de 230.000 euros.

O investimento na construção da escola, no valor aproximado de 18,3 milhões de euros, foi financiado em 3,95 milhões de euros por capitais próprios, por empréstimos bancários em 7,7 milhões de euros e por financiamento público (CCDR-LVT) em 7,31 milhões de euros.

A SCML financiou este projeto com 975.000 euros, sendo 500.000 euros sob a forma de fundo constitutivo e o restante, por empréstimo. Adicionalmente, prestou garantia, ao financiamento bancário, no valor de 1,81 milhões de euros.

No dia 28/06/2024 a Universidade Nova de Lisboa (UNL) apresentou, na Assembleia-Geral extraordinária da LHEA, uma proposta de aquisição do direito de superfície e edifício da LHEA pelo valor de 10,99 milhões de euros. A proposta deduz ao total do investimento (18,3 milhões de euros) o valor do financiamento público, no montante de 7,31 milhões de euros e inclui a celebração de um contrato de arrendamento para acomodar os serviços da LHEA com o valor de 14€/m2, acrescido das despesas de manutenção das áreas comuns assim como as obras e reparações necessárias à utilização do locado.

Analisados os riscos e benefícios da proposta apresentada pela UNL a SCML solicitou a autorização Ministerial para proceder à alienação da participação social, pelo valor dos capitais investidos, acrescidos de uma remuneração desses capitais, garantindo a execução e salvaguarda de todas as ações necessárias à mitigação dos riscos associados, nomeadamente término das garantias concedidas, penalizações associadas aos empréstimos bancários contraídos, financiamentos externos obtidos, em particular as autorizações perante entidades terceiras (CCDR entre outras) e quaisquer outros encargos atuais e futuros. A autorização Ministerial foi concedida nos termos em que foi apresentada.

Neste contexto, a participação foi transferida para a rubrica de Ativos não Correntes Detidos para Venda, pelo valor nominal de 500.000 euros, a que acresceu o valor dos empréstimos, no montante de 475.000 euros, provenientes da rubrica de Acionistas / Sócios. Adicionalmente, procedeu-se também em 2024 ao reconhecimento de 1.329.968 euros, por ajustamento do valor da participação.

Em 2025, a retirada da Santa Casa como sócia fundadora foi formalizada em Assembleia-Geral junto dos restantes Associados e aguarda-se a regularização dos montantes em dívida, no valor de 975.000 euros, a que acrescem juros, e a libertação das responsabilidades bancárias no montante de 1.806.420 euros.

14. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – TÍTULOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital de natureza diversa, como segue:

(euros)

Método de mensuração		2025	2024
Ao justo valor			
Ações nacionais cotadas	i)	425 249	256 613
Ações internacionais cotadas	ii)	7 827	7 795
Unidades de Participação Nacionais	iii)	7 124 071	7 282 110
Títulos de dívida pública perpétua		42 521	42 531
Ao custo			
Ações nacionais e internacionais não cotadas	iv)	614 257	614 257
Obrigações nacionais e internacionais não cotadas	iv)	-	1 000 000
Outros	iv)	159 246	154 675
Total		**8 373 169**	**9 357 981**

i) Ações cotadas no índice bolsista PSI 20, as quais se encontram valorizadas ao valor de mercado;

ii) Ações estrangeiras cotadas nos respetivos países, valorizadas ao valor de mercado;

iii) Subscrição de obrigações emitidas por entidades nacionais e internacionais, encontrando-se valorizadas ao justo valor;

iv) Participações de capital em empresas nacionais e internacionais que não se encontram cotadas, encontrando-se valorizadas ao custo histórico.

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

(euros)

	Mensuração justo valor	Mensuração ao custo	Total
1 de Janeiro de 2025	**7 589 049**	**1 768 932**	**9 357 981**
Adições	-	4 571	4 571
Ajustamento de justo valor	199 007	-	199 007
Alienações/Liquidações	(188 390)	(1 000 000)	(1 188 390)
31 de Dezembro de 2025	**7 599 666**	**773 503**	**8 373 169**

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) emitiu em 2020 uma emissão de obrigações de caixa subordinadas elegíveis como fundos próprios complementares. A SCML subscreveu obrigações subordinadas da CEMAH no valor de 1 milhão de euros sendo remuneradas à taxa de juro fixa de 10% ao ano e pagamento de juros semestral (julho e janeiro). Neste contexto, a SCML recebeu de juros um valor global de 500 000€ no período de julho/2021 a julho/2025.

Em novembro de 2025, a CEMAH comunicou à SCML, uma evolução favorável da sua atividade, ou seja, atingiu um rácio de capital de cerca de 22%, nos termos previstos pelo Supervisor, pelo que já não necessitava de manter o empréstimo obrigacionista.

Não obstante o empréstimo ter sido subscrito pelo período de 10 anos, o contrato de subscrição permite o reembolso antecipado ao fim de 5 anos, após ter sido obtida a respetiva autorização do Banco de Portugal. A Entidade Reguladora informou a CEMAH em 6 de novembro de 2025, que ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 77º e na alínea b) do nº 1 do artigo 78º do Regulamento (EU) nº 575/2023, autorizou o reembolso antecipado do empréstimo obrigacionista tendo a SCML sido reembolsável do capital em dívida no valor de 1 milhão de euros.

15. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2025 é o seguinte:

(euros)

	2025	2024
Mercadorias	**113 162**	**114 962**
Outros artigos	75 858	76 763
Artigos papelaria	19 595	20 452
Artigos casa	9 459	9 459
Artigos moda	2 536	2 574
Livros e publicações	5 714	5 714
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	**599 413**	**668 730**
Produtos farmacêuticos	176 506	184 706
Material consumo clínico	301 002	348 517
Aparelhos ortopédicos e outros	108 344	118 484
Limpeza, higiene e conforto	12 861	16 381
Produtos dietéticos	700	641
Imparidade de inventários	**-**	**(80 107)**
Total inventários	**712 575**	**703 586**

O custo dos inventários reconhecidos até 31 de dezembro de 2025 como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 3.358.615 euros.

16. CLIENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 a decomposição da rubrica de clientes/utentes é como segue:

(euros)

		2025			2024		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes de Ação Social	i)	515 490	-	515 490	(703 539)	-	(703 539)
Inquilinos		1 739 237	-	1 739 237	1 111 278	-	1 111 278
Clientes saúde	ii)	5 425 465	-	5 425 465	2 048 664	-	2 048 664
Clientes de estabelecimento de ensino		43 161	-	43 161	94 999	-	94 999
Outros clientes		703	-	703	4 366	-	4 366
Clientes cobrança duvidosa	iii)	50 172 365	-	50 172 365	50 080 688	-	50 080 688
		57 896 421	**-**	**57 896 421**	**52 636 455**	**-**	**52 636 455**
Imparidade de clientes da Ação Social		(63 411)	-	(63 411)	(77 777)	-	(77 777)
Imparidade de inquilinos		(1 798 471)	-	(1 798 471)	(1 661 963)	-	(1 661 963)
Imparidade de clientes saúde		(48 239 980)	-	(48 239 980)	(48 263 744)	-	(48 263 744)
Imparidade de clientes de estab. de ensino		(70 301)	-	(70 301)	(77 001)	-	(77 001)
Imparidade de outros clientes		(203)	-	(203)	(203)	-	(203)
		(50 172 365)	**-**	**(50 172 365)**	**(50 080 688)**	**-**	**(50 080 688)**
Total		**7 724 055**	**-**	**7 724 055**	**2 555 768**	**-**	**2 555 768**

i) Clientes ação social: Valor relativo aos utentes dos estabelecimentos do Departamento de Ação Social e Saúde;

ii) Clientes saúde: Valor relativo aos utentes dos estabelecimentos do Departamento de Ação Social e Saúde, Hospital Ortopédico de Sant´Ana e Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão;

iii) Clientes de cobrança duvidosa: Valores relativos aos serviços prestados/faturados, com grande expressão aos serviços prestados na área da Saúde, cujas faturas se encontram vencidas e com antiguidade muito significativa.

IMPARIDADE DE CLIENTES

(euros)

	2025	2024
1 de janeiro	**50 080 688**	**49 374 853**
Aumentos	218 652	1 210 007
Utilizações	(59 475)	(219 208)
Reduções	(67 499)	(284 964)
31 de dezembro	**50 172 366**	**50 080 688**

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, os saldos de Estado e outros entes públicos são os seguintes:

(euros)

	2025		2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/ rendimento - IRS e IRC	-	876 261	-	856 674
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	2 608 556	1 099 692	2 105 395	1 587 667
Contribuições p/ segurança social e CGA	2 595	3 574 795	262	3 498 627
Outros impostos	1 094	166	1 094	166
	2 612 245	**5 550 914**	**2 106 751**	**5 943 134**

Destacam-se:

i) Os saldos devedores de IVA referem-se a pedidos de reembolso efetuados.

ii) Os saldos credores de Imposto s/rendimento - IRS, contribuições para a Segurança Social e para a Caixa Geral de Aposentações são referentes ao mês de dezembro de 2025, não existindo qualquer valor em mora.

18.DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, a Santa Casa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

(euros)

	2025	2024
Rendas e outros serviços	1 598 152	1 534 577
Gastos a reconhecer	**1 598 152**	**1 534 577**
Rendas de Propriedades de Investimento	808 901	744 633
Outros rendimentos	261 603	197 691
Rendimentos a reconhecer	**1 070 503**	**942 324**

Em gastos a reconhecer encontram-se registados valores relativos a rendas de espaços arrendados pela SCML a terceiros referentes a períodos subsequentes.

Em rendimentos a reconhecer encontra-se registada a especialização de rendas de propriedades de investimento, processadas em dezembro de 2025, referentes a janeiro de 2026.

Em outros rendimentos a reconhecer, estão relevadas as matrículas e inscrições recebidas pela Escola de Saúde de Alcoitão relativas ao ano letivo 2025/2026, bem como outros rendimentos referentes a períodos subsequentes.

19. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

No âmbito do Programa de Investimento e Desinvestimento a SCML selecionou um conjunto de imóveis com base no Regulamento do respetivo programa que pretende alienar a curto prazo. Para o efeito, solicitou autorização Ministerial e transferiu esses imóveis para a rubrica de Ativos Detidos para Venda.

Em 2025, realizaram-se duas Hastas Públicas que permitiram alienar uma parte dos imóveis classificados como Ativos Detidos para Venda e realização de mais-valias relativamente aos valores base de licitação.

(euros)

	2025			2024		
	Investimentos Financeiros	Ativos Detidos para Venda	Total	Investimentos Financeiros	Ativos Detidos para Venda	Total
1 de Janeiro de 2025	975 000	35 112 713	36 087 713	-	-	-
Adições	-	9 893 290	9 893 290	2 304 968	35 112 713	37 417 681
Constituição de imparidade	-	-	-	(1 329 968)	-	(1 329 968)
Transferências p/ PI	-	(1 075 472)	(1 075 472)	-		-
Alienações	-	(11 950 398)	(11 950 398)	-	-	-
31 de Dezembro de 2025	**975 000**	**31 980 133**	**32 955 133**	**975 000**	**35 112 713**	**36 087 713**

20. FUNDO SOCIAL

A Santa Casa não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como "Fundo Social" refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

21. RESULTADOS TRANSITADOS

O movimento registado em resultados transitados é no valor de 2.451.106 euros e é pela aplicação do resultado líquido do exercício de 2024.

22. AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS

O movimento registado em ajustamentos em ativos financeiros até 31 de dezembro de 2025 refere-se a:

(euros)

	SAS	HCVP	LHEA	Total
1 de Janeiro de 2024	**-**	**-**	1.536.785	**1.536.785**
Aumento	-	431	-	431
Redução	(190.778)	-	-	(190.778)
31 de Dezembro de 2024	**(190.778)**	**431**	**1.536.785**	**1.346.439**
Aumento	-	-	-	-
Redução	(135.000)	-	-	(135.000)
31 de Dezembro de 2025	**(325.778)**	**431**	**1.536.785**	**1.211.439**

23. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica "Outras variações no Capital Próprio", refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos até 31 de dezembro de 2024 e de 2025:

(euros)

	Doações	Subsídios	Fundo de Pensões	Total
1 de Janeiro de 2024	**40 568 703**	**3 798 033**	**(31 968 880)**	**12 397 856**
Adições/ Reforços	9 151 701	-	-	**9 151 701**
Perdas e ganhos atuariais	-	-	(6 902 963)	**(6 902 963)**
Regularização por resultados	-	(319 184)	-	**(319 184)**
1 de Janeiro de 2025	**49 720 404**	**3 478 849**	**(38 871 843)**	**14 327 410**
Adições/ Reforços	4 571	-	-	**4 571**
Perdas e ganhos atuariais	-	-	1 135 492	**1 135 492**
Regularização por resultados	-	838 028	-	**838 028**
31 de Dezembro de 2025	**49 724 975**	**4 316 878**	**(37 736 351)**	**16 305 501**

DOAÇÕES

O saldo de "Doações" respeita à integração em património da Santa Casa, respeitante a bens doados por beneméritos, refletindo o valor de avaliação que lhes é atribuído.

O movimento de "Adições/Reforços" está associado em 2024 à transmissão de dois dos equipamentos integrados do ISS, I.P. para a SCML, conforme DL 240/2015-Art. 2°, n° 1.

SUBSÍDIOS

Os saldos de subsídios ao investimento respeitam aos seguintes programas:

(euros)

	2025	2024
POC - Obras de Remodelação / Ampliação do Museu de S. Roque	294 401	311 533
PORLISBOA - UCCI Rainha Dona Leonor	2 660 370	3 014 744
PRR RILVAS	53 250	53 250
PRR IRHU	1 261 856	52 322
OEIRAS	47 000	47 000
	4 316 878	**3 478 849**

Os movimentos do período refletem a regularização dos subsídios ao investimento em resultado da depreciação verificada nos ativos subsidiados, por contrapartida dos resultados do exercício, na rubrica de "Outros rendimentos".

24. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, o detalhe da rubrica de "Provisões" apresenta os seguintes valores:

(euros)

	Processos judiciais	Conservação de jazigos	Outras provisões	Total
1 de janeiro de 2024	**12 811 744**	**4 360 505**	**25 685 403**	**42 857 652**
Dotação	377 521	-	7 562 056	**7 939 576**
Utilização	(5 000)	(35 726)	-	**(40 726)**
Redução	(393 678)	(185 458)	-	**(579 136)**
1 de Janeiro de 2025	**12 790 587**	**4 139 322**	**33 247 459**	**50 177 367**
Dotação	1 762 656	-	-	**1 762 656**
Utilização	(2 259)	(31 962)	(3 427 592)	**(3 461 814)**
Redução	(431 004)		(251 383)	**(682 387)**
31 de dezembro de 2025	**14 119 979**	**4 107 359**	**29 568 484**	**47 795 822**
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	14 119 979	4 107 359	29 568 484	47 795 822
	14 119 979	**4 107 359**	**29 568 484**	**47 795 822**

PROCESSOS JUDICIAIS

Provisão constituída segundo a avaliação que a Santa Casa efetua da sua exposição a contingências legais, nomeadamente processos de natureza laboral e civil nos quais a SCML é ré. Os incrementos registados em 2025 resultam dos processos instaurados no decorrer deste período, correspondendo aos montantes que eventualmente venham a ser encargo da Santa Casa, quando expectáveis ou apurados com base em estimativas por parte da Direção Jurídica da SCML. As reduções decorrem de processos judiciais em curso com conclusão favorável em 31 de dezembro de 2025.

CONSERVAÇÃO DE JAZIGOS

A Santa Casa reconhece uma provisão quanto a encargos perpétuos com a conservação e manutenção de jazigos, responsabilidade assumida no âmbito de processos de herança em que a SCML figura como beneficiária. Considerando que a provisão é suficiente para os encargos futuros em 2025 não foi efetuado nenhum movimento de reforço ou redução da provisão tendo sido utilizada em 31.962 euros.

OUTRAS PROVISÕES

Até 31 de dezembro de 2025 foram reconhecidos na rubrica de outras provisões os seguintes valores que refletem a quota parte dos capitais próprios negativos das seguintes participadas:

(euros)

	SCG	SOJOGO	Total
1 de Janeiro de 2024	**23 800 347**	**1 885 056**	**25 685 403**
Aumento	7 512 796	49 260	**7 562 056**
Redução	-	-	-
31 de Dezembro de 2024	**31 313 143**	**1 934 316**	**33 247 459**
Aumento	-	-	-
Utilização	(3 427 592)	-	**(3 427 592)**
Redução		(251 383)	**(251 383)**
31 de Dezembro de 2025	**27 885 551**	**1 682 933**	**29 568 484**

25. RESPONSABILIDADE POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações ("CGA"), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, a Santa Casa contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos exercícios.

Encontram-se, ainda, registadas responsabilidades com complemento de pensões atribuídos de acordo com o regulamento de pessoal, a todos os colaboradores aposentados ou reformados cujo valor do rendimento per capita dos respetivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida. Estes colaboradores aposentados ou reformados beneficiam também do reembolso de encargos com saúde, bem como aqueles que, encontrando-se no ativo, sofram de doença crónica grave e/ou incapacitante.

Em termos globais, o impacto destas responsabilidades nas demonstrações financeiras da SCML é como segue:

(euros)

	2025	2024
Obrigações no balanço		
Complemento de pensões	(3 609 539)	(9 019 235)
	(3 609 539)	**(9 019 235)**

	2025	2023
Gastos na demonstração dos resultados		
Complemento de pensões	270 575	224 907
	270 575	**224 907**

O estudo atuarial desenvolvido por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2025, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essa data, teve por base os seguintes pressupostos:

	2025	2024
Taxa anual de desconto	3,60%	3,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,62%	3,62%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,25%	1,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	0,75% EVK 80	0,75% EVK 80

A taxa de desconto de 3,60%, aplicada em 31 de dezembro de 2025, tem em conta o comportamento do mercado e os "cash flows" que integram as responsabilidades do fundo de pensões.

Em 31 de dezembro de 2025 a cobertura das responsabilidades da Santa Casa pelos ativos do Fundo era a seguinte:

(euros)

	2025	2024
Valor presente da obrigação	(42 897 424)	(47 483 948)
Justo valor dos ativos do plano	39 287 885	38 464 713
Obrigação no balanço	**(3 609 539)**	**(9 019 235)**

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Fundo de Pensões, a 31 de dezembro de 2024 e de 2025 detalha-se como segue:

(euros)

	2025	2024
1 de janeiro	**47 483 948**	**44 536 547**
Custo serviços correntes	-	25
Custo dos juros	1 335 485	1 770 410
Pagamento de benefícios	(5 913 110)	(6 062 887)
(Ganhos)/perdas atuariais	(8 899)	7 239 853
31 de dezembro	**42 897 424**	**47 483 948**

A 31 de dezembro de 2025, o património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução:

(euros)

	2025	2024
1 de janeiro	**38 464 713**	**39 245 182**
Contribuições entregues	4 544 779	3 400 000
Ganhos/ (perdas) atuariais	1 126 593	336 890
Benefícios pagos	(5 913 110)	(6 062 887)
Retorno esperado dos ativos do fundo	1 064 910	1 545 528
31 de dezembro	**39 287 885**	**38 464 713**

O Fundo de Pensões, na sua totalidade, ou seja, componente Santa Casa e Departamento de Jogos, era composto pelos seguintes ativos, com referência a 31 de dezembro de 2025:

(euros)

	2025	2024
Obrigações	24 150 592	21 405 134
Acções	1 678 041	1 748 300
Depósitos a curto prazo	837 056	1 112 666
Fundos de Investimento	19 339 993	20 806 720
Outros	206 798	163 053
	46 212 480	**45 235 872**

A 31 de dezembro de 2024 e de 2025 o impacto dos gastos suportados com os serviços correntes e juros não foi compensado pelo retorno esperado dos ativos do plano acrescendo aos gastos com o pessoal, os seguintes valores:

(euros)

	2025	2024
Custos serviços correntes	-	(25)
Custos dos juros	(1 335 485)	(1 770 410)
Retorno estimado dos ativos do plano	1 064 910	1 545 528
Total incluído em gastos com pessoal	**(270 575)**	**(224 907)**

26. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 a decomposição da rubrica "Fornecedores" era como segue:

(euros)

		2025		2024	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores gerais	i)	10 607 597	-	6 883 465	-
Fornecedores faturas em receção		1 971 746	-	2 415 651	-
Total saldo fornecedores		**12 579 343**	**-**	**9 299 116**	**-**

Fornecedores gerais: saldos credores referentes a transações de natureza operacional, como sejam aquisições de refeições confecionadas ou honorários por serviços profissionais prestados.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, os saldos de fornecedores em conta corrente mais significativos, referem-se às seguintes entidades:

(euros)

	2025	2024
Entidade		
ITAU - INSTITUTO TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO HUMANA, SA.	2 896 136	2 710 756
AUCHAN RETAIL PORTUGAL, S.A.	1 178 000	-
CLECE, S.A.	738 065	305 249
MEDITERRÁNEA DE CATERING, S.L. - RE	555 681	-
NORDIGAL INDUST. DE TRANSF.ALIM. SA	527 263	135 732
STRONG CHARON - SOLUÇÕES DE SEGURANÇA, SA.	457 939	514 265
SERVIÇO UTILIZAÇÃO COMUM HOSPITAIS	441 044	363 314
SERLIMACLEAN - SERVIÇOS DE LIMPEZA, SA.	426 457	-
HEWLETT-PACKARD PORTUGAL LDA.	270 710	93 999
ENDESA ENERGIA S.A. - SUCURSAL PORTUGAL	182 657	76 583
EUREST (PORTUGAL) SOC. EUROPEIA DE RESTAURANTES, LDA	163 648	163 648
INTERLIMPE-LIMPEZAS MECANIZADAS LDA.	145 439	-
ACCENTURE - CONSULTORES DE GESTÃO, SA.	141 974	-
SCHMITT - ELEVADORES, LDA.	133 727	124 815
MUNICÍPIO DE LISBOA	124 638	122 568
ERS - SOLUTIONS, LDA.	122 907	144 384
WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A	117 270	17 604
MYCAREFORCE, S.A.	116 669	39 165
OMEP-OBRAS MEDIÇÕES E PROJECTOS, LDA.	112 556	54 506
GOLD ENERGY - COMERCIALIZADORA DE ENERGIA, SA.	111 170	119 940
CUNHA & BARROSO LDA.	110 398	110 398
GUESTHOUSE PASCOAL DE MELO, LDA.	101 383	-
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS FARMÁCIAS	100 996	106 031
PROCHILD COLAB AGAINST POVERTY AND	-	141 000
Outros	3 302 615	3 955 158
Total	**12 579 343**	**9 299 116**

27. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, o detalhe dos financiamentos obtidos é como segue:

(euros)

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Entidade						
Banco Santander	88 906	5 778 874	5 867 780	689 996	5 177 784	5 867 780
Total	**88 906**	**5 778 874**	**5 867 780**	**689 996**	**5 177 784**	**5 867 780**

28. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

(euros)

		2025			2024		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos	i)	1 990 863	-	1 990 863	2 147 046	-	2 147 046
Outros credores							
Credores por subsídios a pagar	ii)	64 013	-	64 013	103 429	-	103 429
ISS - Estabelecimentos Integrados	iii)	794 860	-	794 860	794 860	-	794 860
Entidades Relacionadas		-	-	-	1 805 083	-	1 805 083
Ent. beneficiárias do Fundo Invest. e Desenv.	iv)	2 462 661	-	2 462 661	1 867 441	-	1 867 441
Pecúlio de Utentes	v)	2 541 166	-	2 541 166	2 407 258	-	2 407 258
Parpública - acordo		-		-	2 241 773		2 241 773
Outros		4 231 881	-	4 231 881	3 237 870	-	3 237 870
Pessoal		35 749	-	35 749	22 123	-	22 123
Credores por acréscimos de gastos	vi)	25 155 244	6 797 088	31 952 332	23 614 006	-	23 614 006
Outras dívidas a pagar		**37 276 437**	**6 797 088**	**44 073 525**	**38 240 890**	**-**	**38 240 890**

i) Fornecedores de investimentos: o saldo de fornecedores de investimentos respeita a aquisições de bens com a natureza de ativos fixos tangíveis e encargos com reparação e manutenção de equipamentos quando se enquadram dentro da política contabilística estabelecida para a Santa Casa (Nota 4.2);

ii) Credores por subsídios a pagar: saldos relativos a prestações concedidas, pela Santa Casa, a pessoas desfavorecidas;

iii) ISS – Estabelecimentos Integrados: no âmbito da cedência da gestão dos estabelecimentos integrados do ISS, IP., por força do Orçamento do Estado para 2011, cabe à SCML o reembolso referente aos encargos incorridos pelo ISS, IP no período de transição. O montante em dívida aguarda eventual encontro de contas face à dívida do ISS à SCML;

iv) Entidades beneficiárias do fundo de investigação e desenvolvimento (FID): este saldo respeita a compromissos assumidos com entidades no âmbito do FID e cujos pagamentos só estão previstos ocorrer em anos futuros;

v) Pecúlio de Utentes: Valores que estão à guarda da SCML, porque os utentes não têm capacidade de movimentação dos seus fundos ou porque demonstraram vontade de que os seus valores monetários fossem geridos pela SCML;

vi) Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como segue:

CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS

(euros)

		2025	2024
Remunerações a liquidar	a)	22.557.436	21.122.222
Programa Pré-Reforma	b)	8.620.932	-
Outros gastos	c)	773.964	2.491.784
		31.952.332	**23.614.006**

a) Remunerações a liquidar: Especialização de remunerações de trabalhadores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o período, a serem pagos durante o período subsequente;

b) Programa Pré-Reforma: Em 2025 foram celebrados acordos de pré-reforma que representam uma responsabilidade até à idade da reforma de 7.943.567 euros. Este valor foi capitalizado com uma taxa de crescimento de 3,62% e atualizado à taxa de 2,20%, representando a 31 de dezembro de 2025 a responsabilidade de 8.620.932 euros.

c) Outros gastos: Especializações de gastos operacionais diversos.

29. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados a 31 de dezembro de 2025 é o seguinte:

(euros)

		2025	2024
Vendas de Produtos	i)		
Livros e publicações		26 260	22 139
Artigos museu S. Roque		5 136	2 769
Alimentação		35 291	35 053
Trab. Prod. Utentes		10 951	14 064
Artigos médicos		333 499	263 289
Outros bens		10 778	12 848
Subtotal		**421 915**	**350 163**
Prestação de serviços - Ação Social	ii)		
Estrutura Residencial		3 894 674	3 580 687
Serviço de Apoio Domiciliário		1 154 794	1 036 648
Creche		(567)	60 963
Centro de dia		663 818	598 407
Jardim de infância		83 627	76 661
Creche familiar		-	2 182
Outras prestações de serviços		10 990 994	11 407 500
Subtotal		**16 787 339**	**16 763 047**
Prestação de serviços - Ensino	iii)		
Inscrições		113 506	104 703
Matrículas		47 845	59 150
Propinas		1 644 117	1 757 843
Candidaturas		26 445	27 350
Outras		61 082	59 144
Subtotal		**1 892 994**	**2 008 191**
Prestação de serviços - Património	iv)		
Rendas de Terrenos		75 805	62 422
Rendas de Edifícios		10 331 580	9 539 268
Outras		328 165	308 970
Subtotal		**10 735 550**	**9 910 660**
Outras Prestações de Serviços			
Saúde	ii)	32 713 867	27 536 358
Outras		501 413	479 426
Subtotal		**33 215 280**	**28 015 783**
Vendas e serviços prestados		**63 053 078**	**57 047 844**

i) Rédito de vendas de produtos: Rédito das vendas de artigos de merchandising comercializados no Museu de S. Roque e venda de bens doados;

ii) Rédito da prestação de serviços de ação social e saúde: Rédito associado aos serviços de ação social e saúde prestados pela Santa Casa.

iii) Rédito da prestação de serviços de Ensino: Compreende inscrições, matrículas, propinas e candidaturas, decorrente da atividade da ESSA;

iv) Rédito da prestação de serviços inerente ao Património Imobiliário: Compreende rendas de terrenos e de edifícios, de estacionamentos, cedência de instalações e condomínios.

30. SUBSÍDIOS DE FUNDOS EUROPEUS E PROGRAMAS COFINANCIADOS

O detalhe dos rendimentos referentes a fundos europeus e programas cofinanciados, no âmbito de candidaturas a Medidas e Programas Nacionais e da Comissão Europeia, até 31 de dezembro de 2024 e de 2025, é o seguinte:

(euros)

	2025	2024
Acordo de Cooperação com IEFP	1 000 000	1 000 000
PorLisboa - Qualifica	64 965	96 162
Fundação Ciência e Tecnologia	48 813	21 829
Apoio ao Emprego	61 027	207 384
Herdade Évora Monte	74 638	87 512
Programa Apoio Complementar	540 446	38 158
PRR Impulso Adultos	457 037	11 804
Outros	745 471	788 370
	2 992 397	**2 251 220**

31. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, até 31 de dezembro de 2024 e de 2025, é o seguinte:

(euros)

	Mercadorias		Matérias diversas	
	2025	2024	2025	2024
Existências iniciais	114 962	115 773	588 623	812 389
Compras	3 492	1 345	3 818 030	3 277 962
Regularizações	(726)	-	(156 905)	(145 269)
Existências finais	113 162	114 962	599 413	588 623
	4 566	**2 156**	**3 650 335**	**3 356 459**

	2025	2024
Mercadorias	4 566	2 156
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 650 335	3 356 459
Total do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	**3 654 902**	**3 358 615**

32. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos até 31 de dezembro de 2024 e de 2025 é como segue:

(euros)

Rubrica	2025	2024
Refeições confecionadas	15.467.983	15.127.653
Limpeza das instalações	8.009.151	7.628.301
Trabalhos especializados	5.332.496	5.106.545
Vigilância e segurança	5.121.805	5.856.142
Conservação e reparação	4.072.196	3.016.065
Licenças software	3.908.475	3.723.789
Honorários e Trabalho Temporário	3.548.710	3.056.871
Rendas e alugueres	2.701.670	2.959.930
Electricidade	2.343.593	1.808.167
Deslocações, estadas e transportes	2.022.006	2.222.090
Encargos com saúde de utentes	1.170.390	1.086.474
Outros encargos com atividade	1.229.450	1.572.050
Combustíveis e outros fluidos	1.074.714	1.039.607
Lavandaria	1.062.331	903.573
Água	878.210	893.518
Comunicações	484.035	618.086
Seguros	571.092	553.689
Consumíveis	573.443	534.583
Outros artigos e bens de baixo valor	445.387	138.974
Publicidade, patrocinios e com. Institucional	301.404	409.905
Outros	597.487	743.565
Total dos fornecimentos e serviços externos	**60.916.027**	**58.999.578**

Refeições confecionadas: custos suportados com a aquisição de refeições confecionadas, as quais são fornecidas aos Equipamentos Sociais e de Saúde da Santa Casa; Limpeza das instalações; vigilância; comunicações; eletricidade, outros encargos com atividade; combustíveis e outros fluídos; água e lavandaria: rubricas que comportam os encargos de funcionamento;

Trabalhos especializados: valores pagos por conta de serviços de consultadoria, trabalhos especializados de informática e restauro de obras de arte, entre outros;

Conservação e reparação: trata-se de obras de conservação preventivas de edifícios e equipamentos da Santa Casa que não configuram ativos fixos tangíveis;

Honorários e trabalho temporário: valores suportados com pessoal externo à Santa Casa, no âmbito dos serviços prestados pela Ação Social e docentes da ESSA;

Encargos com saúde de utentes: diversos encargos com saúde;

Publicidade, patrocínios e comunicação institucional: encargos no âmbito da comunicação institucional (destacando iniciativas em festivais e em outros eventos de carácter cultural e desportivo) e patrocínios atribuídos, bem como publicação de anúncios de carácter legal e obrigatório, como por exemplo, publicitação de concursos públicos;

Rendas e alugueres: valores suportados com o arrendamento de propriedades imobiliárias e aluguer operacional de viaturas;

Licenças de software: encargo anual com licenciamento dos programas de computador reconhecidos em ativos intangíveis;

Deslocações, estadas e transportes: encargos referentes a pessoal e utentes, incluindo deslocações em atividades de férias de utentes;

Consumíveis: valores suportados com aquisição de consumíveis para equipamento informático, tipográfico e reprográfico, produtos de higiene e conforto, impressos e outro material de consumo corrente;

Seguros: encargos com seguros de utentes, de responsabilidade civil inerente à atividade e seguros sobre equipamento e imóveis;

Outros artigos de baixo valor: eletrodomésticos, equipamentos eletrónicos, artigos de decoração, equipamento informático e mobiliário diverso de valor até 200 euros são reconhecidos como gastos do período (Nota 4.2).

É, ainda, de referir que a Santa Casa goza de isenção incompleta de IVA, dada a atividade que prossegue. Decorrente desta situação, o IVA não é dedutível, pelo que se repercute diretamente em Fornecimentos e Serviços Externos.

33. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos até 31 de dezembro de 2024 e de 2025, foram como segue:

(euros)

	2025	2024
Remunerações		
Órgãos sociais	592.745	642.096
Pessoal	131.860.812	125.382.359
Subtotal	**132.453.558**	**126.024.455**
Encargos sociais		
Prémios para benefícios reforma	270.575	224.907
Encargos sobre remunerações	28.270.319	26.611.281
Gastos de ação social	1.239.435	604.532
Outros	14.891.865	4.305.836
Subtotal	**44.672.195**	**31.746.555**
Gastos com o pessoal	**177.125.753**	**157.771.010**

O número de empregados da Santa Casa a 31 de dezembro de 2025 é 5.904.

34. RENDIMENTOS DOS JOGOS SOCIAIS

Os rendimentos dos Jogos Sociais em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 é como segue:

(euros)

	2025	2024
Jogos sociais	185 879 712	178 744 222
Prémios caducados	11 495 495	9 278 143
Rendimentos Apostas Desportivas à cota	7 656 343	8 497 796
Rendimentos Eurosorteio	1 836 405	2 118 842
	206 867 955	**198 639 003**

- **Jogos sociais:** consiste no rendimento da Santa Casa enquanto beneficiária dos Jogos Sociais, conforme percentagem de afetação dos resultados do Departamento de Jogos contemplada no Decreto-Lei n.º 56/2006, alterado pelo Decreto-Lei nº 44/2011 de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º 106/2011 de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril;

- **Prémios caducados:** rendimentos derivados da caducidade dos prémios dos Jogos Sociais de Lotaria Nacional, Euromilhões, Apostas Desportivas à Cota e Totosorteio explorados pelo Departamento de Jogos (Nota 4.20);

- **Rendimentos Apostas Desportivas à Cota:** trata-se essencialmente do rendimento da Santa Casa pelas deduções legais de 2% sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 67/2015 de 29 de abril.

- **Rendimentos Eurosorteio:** trata-se essencialmente do rendimento da Santa Casa pelas deduções legais de 2% sobre receitas do Eurosorteio, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 98/2023 de 20 de outubro.

35. OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos obtidos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 foram como segue:

(euros)

	2025	2024
Correções relativas a períodos anteriores	2.241.823	689.981
Protocolo com Centro Distrital de Lisboa	23.896.112	22.860.201
Heranças, legados e doações	960.584	156.935
Outros	1.678.985	2.156.970
	28.777.504	25.864.087

Protocolo com Centro Distrital de Lisboa: reembolso de subsídios atribuídos pela Santa Casa a utentes em situação de toxicodependência, refugiados, requerentes de asilo e para tratamento de alcoólicos, bem como ajudas técnicas, de acordo com o orçamento anual aprovado pelo Centro Distrital.

36. SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS E OUTROS GASTOS

Os subsídios atribuídos e outros gastos obtidos até 31 de dezembro de 2024 e de 2025 foram como segue:

(euros)

		2025	2024
Subsídios e ajudas técnicas	i)	26 728 256	27 373 136
Encargos com formandos / alunos	ii)	507 126	430 821
Correções relativas a períodos anteriores		158 799	11 112
Indemnizações por rescisão de contratos		181 630	12 700
Outros	iii)	953 476	898 749
		28 529 286	**28 726 517**

i) Subsídios a utentes e a entidades para diversas finalidades e ajudas técnicas atribuídas a utentes;

ii) Encargos de formação (ex: bolsas de estudo) suportados pela Santa Casa no âmbito da Ação Social;

iii) Outros: outros gastos que não se incluem nas rúbricas anteriores.

37. JUROS E GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES

O detalhe dos juros e gastos e rendimentos similares em 2024 e 2025 foram como se segue:

(euros)

		2025	2024
Gastos e perdas financeiras			
Juros pagos		(330 042)	(327 578)
		(330 042)	**(327 578)**
Rendimentos e ganhos financeiros			
Juros obtidos	i)	1 776 188	1 842 875
Juros de aplicações financeiras do DJ	ii)	4 672 043	6 361 998
Juros de obrigações		133 337	100 004
Dividendos investimentos financeiros		66 317	47 907
Outros		20 073	108 787
		6 667 958	**8 461 571**

Juros obtidos: juros de aplicações de curto prazo;

Juros de aplicações financeiras do DJ: reconhecimento pela Santa Casa, dos juros das aplicações financeiras do Departamento de Jogos, conforme previsto no artigo 5° do Decreto-Lei 44/2011 de 24 de março.

38. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pela Santa Casa, à data do balanço a 31 de dezembro de 2025, correspondem a locações operacionais de viaturas, cujo resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de dezembro de 2025, é a seguinte:

(euros)

Rendas vincendas	< 1 ano	1 - 5 anos	Total
Aluguer Operacional de Viaturas	344.850	848.434	1.193.284
	344.850	**848.434**	**1.193.284**

39. CONTINGÊNCIAS

Passivos contingentes

A 31 de dezembro de 2025 não se verificam passivos contingentes.

40. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2025, a Santa Casa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

A 31 de dezembro de 2025 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção da Mesa da Santa Casa em como não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a SCML.

41. PARTES RELACIONADAS

REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais (Provedor, Mesa da Santa Casa e o Conselho de Auditoria) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Santa Casa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da SCML ascenderam, conforme mapa seguinte:

(euros)

	2025	2024
Mesa da SCML	592 745	642 096
Conselho de Auditoria	56 477	56 092
	649 222	**698 188**

TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Entidades contabilísticas (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Departamento de Jogos (DJ)

Entidades contabilísticas (com personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

SAS Apostas Sociais

SOJOGO

SC Global

Clínica Oriental de Chelas

CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (SGH)

LHEA - Association For Lifelong Health Education

(b) transações e saldos pendentes

TRANSAÇÕES

(euros)

	2025	2024
SC Global	50	123 525
LHEA	2 267	2 267
HCVP	182 832	182 832
SAS	245 018	86 598
TOTAL	**430 167**	**395 222**

SALDOS DEVEDORES E CREDORES

No final dos exercícios de 2024 e de 2025, os saldos resultantes de transações efetuadas e saldos pendentes com partes relacionadas são como segue:

(euros)

	2025		2024	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Outras Contas a Pagar / Receber				
Departamento de Jogos (DJ)				
Lucros dos Jogos Sociais	37 956 932	-	37 339 419	-
Referentes a remunerações	1 225 405	-	788 974	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	461 547	-	-	1 805 083
Referentes à aquisição de activos fixos	-	-	-	-
Referentes a Impostos	720 927	-	1 432 701	-
Referentes a juros	-	-	264	-
	40 364 811	**-**	**39 561 358**	**1 805 083**
SC Global				
Referentes à aquisição de bens e serviços	50	-	123 525	-
	50	**-**	**123 525**	**-**
LHEA				
Referentes a juros	2 267	-	2 267	-
	2 267	**-**	**2 267**	**-**
HCVP				
Referentes a juros	182 832	-	182 832	-
	182 832	**-**	**182 832**	**-**
SAS Apostas Sociais				
Royalties	245 018	-	86 598	-
	245 018	**-**	**86 598**	**-**
TOTAL	**40 794 979**	**-**	**39 956 580**	**1 805 083**

Os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços, impostos e juros.

42. GARANTIAS PRESTADAS

(euros)

	2025	2024
SC Global	11 422 000	11 422 000
CVPSGH	13 800 000	13 800 000
LHEA	1 806 420	1 806 420
MUSEU DE SÃO ROQUE	115 000	0
	27 143 420	**27 028 420**

A Santa Casa Global Unipessoal, Lda contraiu um empréstimo a cinco anos, no valor de 11.422.000 euros, no qual a SCML é parte como garante. Considerando que existe uma probabilidade elevada da Santa Casa Global não dispor dos meios financeiros para conseguir pagar o serviço da dívida do empréstimo foi constituída uma provisão no passivo do Balanço da SCML que inclui o montante da garantia prestada.

As garantias prestadas ao CVP- Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A., sob a forma de cartas conforto, garantem os empréstimos bancários efetuados por aquela participada. Por limitação da Parpública que detém cerca de 45% da SGH-CVP a Santa Casa garante, sem prejuízo exercer o direito de regresso, a totalidade das responsabilidades assumidas nesse âmbito.

Aguarda-se que as garantias prestadas à LHEA, sob a forma de cartas conforto, sejam garantidas pelos restantes Associados da LHEA, na sequência da formalização de saída da SCML.

Em 2025 foi prestada uma garantia adicional no valor de 115.000 euros para garantir os riscos de transporte de uma Obra de Arte a exibir no Museu de São Roque.

43. EVENTOS SUBSEQUENTES

A SCML realizou a 4 de fevereiro de 2026 realizou-se a quinta hasta pública de imóveis. A sessão tive lugar na Sala de Extrações e foram adjudicados imóveis que permitiram arrematar imóveis pelo valor de 6.986.905 euros e até ao momento de aprovação das contas receber o valor de 922.152,50 euros.

Lisboa, 31 de março de 2026,

O Contabilista Certificado da SCML – N.º 35356

(Fernando Jorge Rodrigues Antunes)

O Provedor

(Paulo Alexandre Duarte de Sousa)

O Administrador com o Pelouro Financeiro

(Luís Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego)

Anexo 1 - Associações nas quais a SCML participa

A Santa Casa participa em múltiplas organizações e associações, de âmbito local, nacional e internacional, ou desenvolve com estas entidades projetos e iniciativas, numa perspetiva estratégica de consolidar e reforçar a sua missão e vocação, assim como divulgar os seus domínios de atuação.

AÇÃO SOCIAL

– Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa

– Associação Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social - LCTEPS (CoLabor)

- Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI)

– Associação ProChild

– Casa Pia de Lisboa, I.P.

– Comissão Tripartida da Rede Social

– Conselho Consultivo e Conselho Geral da Fundação INATEL

– Conselho Nacional de Adoção

- Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

- Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva

– Fundação Ricardo Espírito Santo Silva

– Grupo de Intervenção e Monitorização da Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa em Situação de Sem Abrigo

– Instituto para as Políticas Públicas e Sociais

QUALIDADE, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

– Associação Lisboa E-Nova – Agência de Energia e Ambiente de Lisboa

JOGOS SOCIAIS DO ESTADO

– CIBELAE – Corporação Ibero Americana de Lotarias de Estado

– SLE - Services Aux Loteries en Europe, SC

PATRIMÓNIO

– Conselho Municipal de Habitação

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

– Caixa Económica Montepio Geral

– Clínica Oriental de Chelas

– Conselho de Fundadores da Fundação da Juventude

– CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A., entidade gestora do Hospital da Cruz Vermelha

– Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

– LHEA – Lifelong Health Education Association

– MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa

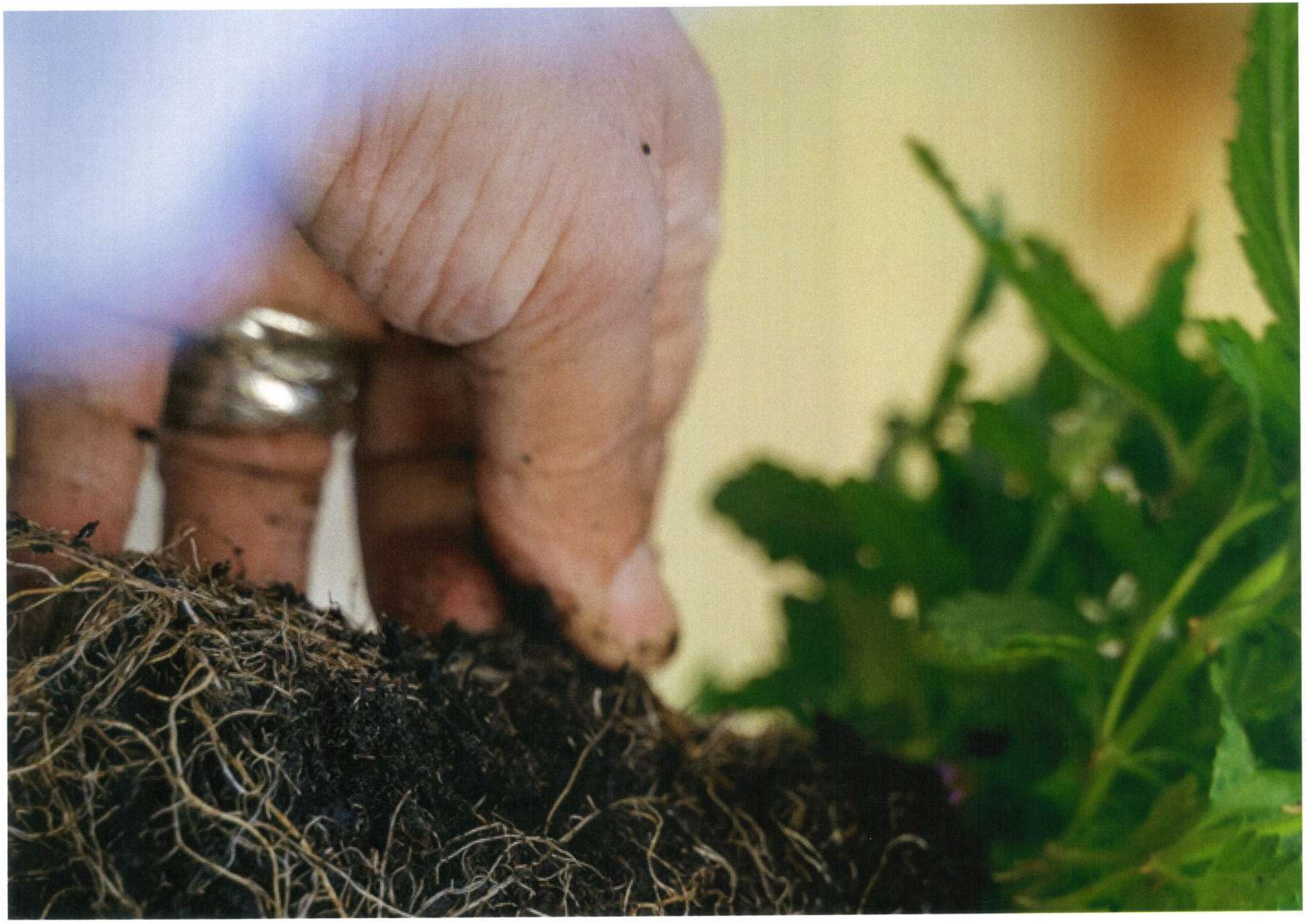
– Santa Casa Global, Unipessoal, Lda.

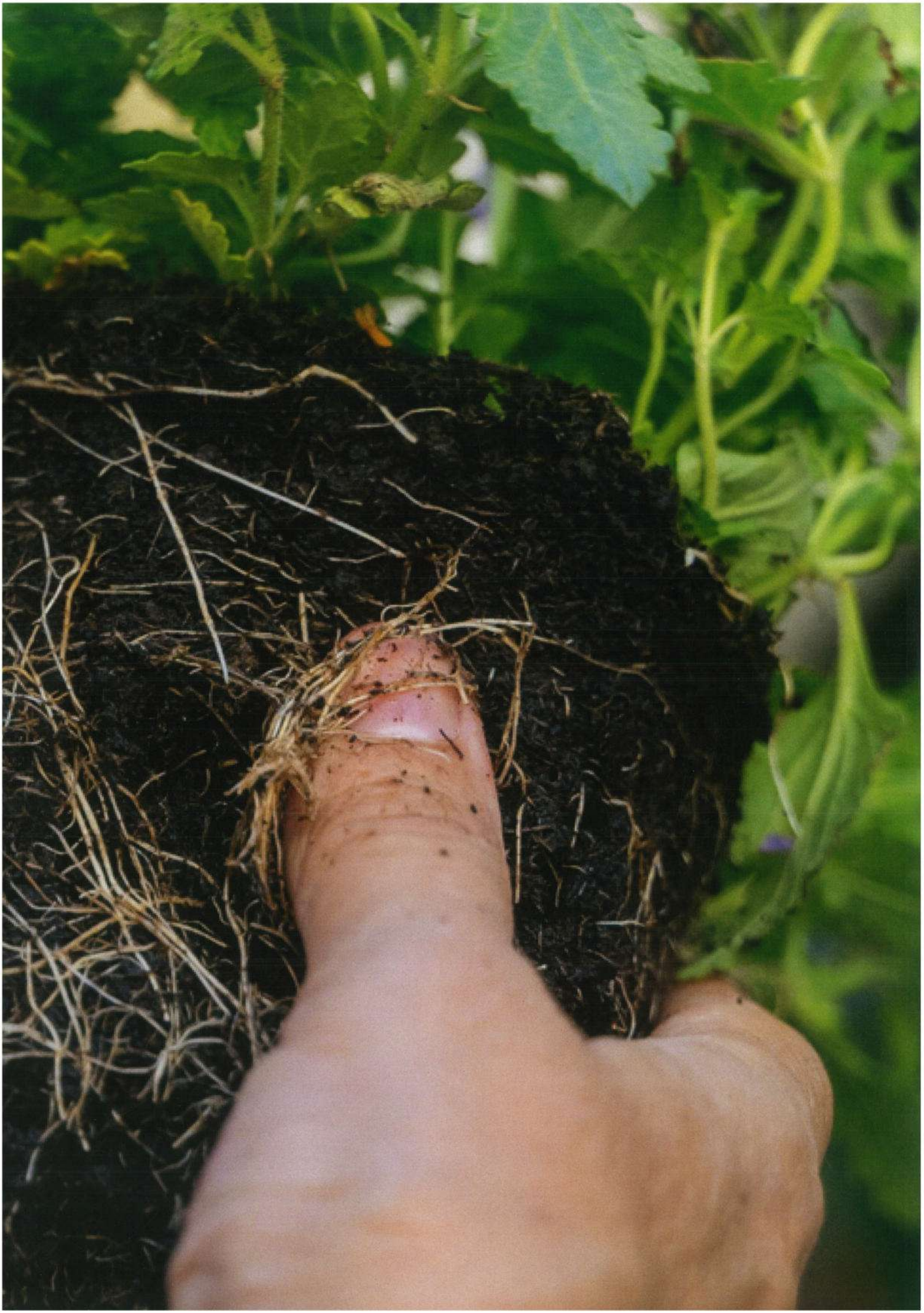
– SAS – Sociedade de Apostas Sociais

– SOJOGO – Associação Gestora dos Jogos Sociais de Moçambique.

ÍNDICE DE QUADROS

ÍNDICE DE GRÁFICOS





SANTA CASA

Misericórdia de Lisboa